



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ÍTALO GORDIANO DE CERQUEIRA

**Dinâmica digital da maconha: uma abordagem sociológica sobre os perfis
das Associações brasileiras de Cannabis Medicinal no Instagram**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2023

ÍTALO GORDIANO DE CERQUEIRA

Dinâmica digital da maconha: uma abordagem sociológica sobre os perfis das Associações brasileiras de Cannabis Medicinal no Instagram

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Sergipe - UFS, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C497d Cerqueira, Ítalo Gordiano de
Dinâmica digital da maconha : uma abordagem sociológica sobre os perfis das Associações brasileiras de cannabis medicinal no Instagram / Ítalo Gordiano de Cerqueira ; orientador Ivan Fontes Barbosa. – São Cristóvão, SE, 2023.
111 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Sociologia. 2. Maconha – Aspectos sociais. 3. Associações, instituições, etc.. 4. Instagram (Rede social on-line). I. Barbosa, Ivan Fontes, orient. II. Título

CDU 316.472.4:582.635.38

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é resultado de convivências, indagações e questionamentos, provocados em coletivo e individualmente. Agradeço à Universidade Federal de Sergipe e ao Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa que, institucionalmente e didaticamente, foram os responsáveis pelas provocações e desafios de se produzir uma pesquisa acadêmica no primeiro quartel do século XXI sobre o consumo da maconha.

Agradeço aos meus pais, Angela Gordiano e Dado Cardoso, pela compreensão, apoio e credibilidade. Aprendendo junto comigo sobre o potencial terapêutico da maconha e sua proibição de danos irreparáveis à história da sociedade brasileira.

Agradeço a Raiane Santos e Bruno Henrique, por desde o final da graduação estarmos em constante contato sobre o universo acadêmico, os desdobramentos teóricos e empíricos da unidade universitária construída por diversas mãos e pensamentos, compartilhando o peso de sermos pesquisadores e tornando a caminhada mais leve.

À Lucas e Maiara, por terem sido presentes nessa jornada e estar vivenciando à Universidade enquanto espaço nosso. A Regina (Gina) e Pâmela por muito me ouvirem falar sobre essa pesquisa e seus percalços, risos e lamúrias divididos entre nós.

Aos professores do PPGS-UFS que sempre estiveram disponíveis para trocar ideias e conversar sobre a vida, os objetos de pesquisa, as dificuldades empíricas e os dados que nos atingem. Entre risos e preocupações construímos continuamente a produção sociológica brasileira e nos orgulhamos disso.

Ao GEPSET (Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia, Educação e Trabalho) enquanto grupo de pesquisa que aglutina pesquisadores diversos sob o guarda-chuva da sociologia e suas diversas vertentes. À Profa. Dra. Marina Sartore, a Profa. Dra. Danielle de Noronha e Profa. Dra. Vilma Soares, por acolherem essa pesquisa e contribuírem para a construção e resultados aqui apresentados.

Essa pesquisa foi parcialmente financiada pela CAPES.

RESUMO

Neste trabalho, o propósito é analisar o discurso de três associações de cannabis medicinal no Instagram, a ABRACE (Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança), a APEPI (Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal) e a Associação Curando Ivo. Partindo da discussão acerca do sentido positivo pelo qual transmitem e compartilham informações a partir do digital, analisando as publicações na plataforma digital Instagram e averiguando o modo discursivo do qual compartilham imagens, informações e visões de mundo sobre o consumo da maconha. Constatando que o digital possui potencial discursivo, ou seja, transporta discursos, e esses, por sua vez, transportam relações de poder. A cannabis medicinal assume o destaque e, através do consumo do óleo canabidiol, as associações de cannabis medicinal conseguem formar coletivos, espriar seus ideais e realizar atividades. Além de construir uma ampla rede conectada a diversos atores sociais contribuindo para a subversão da imagem criminal da qual a planta foi associada a partir de um empreendimento moral durante o primeiro quartel do século XX.

Palavras-chave: maconha, cannabis medicinal, associações, discurso, plataforma digital

ABSTRACT

This work analyses the discourse showed by three associations of medicinal cannabis on Instagram: first ABRACE (Brazilian Association of Support on Cannabis Hope), second APEPI (Association of Support for Research and Patients of medicinal cannabis), and, lastly, the Association Curing Ivo. The discussion here presented is jump-started from the positive meaning that these associations transmit and store information in the digital platform. To do so, this work analyses these associations' publications on Instagram and investigates the discursive way in which they conceived ideologies, information, and worldviews about the consumption of marijuana. In this process, it was observed that digital platforms have discursive potential, meaning they convey discourses, and these, in turn, carry power relations. Medical cannabis stands out, and through the consumption of cannabidiol oil, these medical cannabis associations are able to form collectives, spread their ideals, and carry out activities. Additionally, they build a wide network connected to various social actors, contributing to the subversion of the criminal image that the plant has been associated with due to a moral endeavour in the early twentieth century.

Keywords: Marijuana, medicinal cannabis, associations, discourse, Digital plataforma.

Em uma cultura aparentemente regida por tecnologias de hipervisibilidade, somos levados a acreditar que tudo pode ser visto, mas também que tudo está acessível ao nosso consumo e para ele disponível

Avery F. Gordon

A ontologia crítica de nós mesmos tem de ser considerada não como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; precisa ser concebida como uma atitude, um éthos, uma vida filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente uma análise histórica dos limites que nos são impostos em um experimento com a possibilidade de ultrapassá-los.

Michel Foucault

Sumário

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.2 PROPOSTA TEÓRICA E ANALÍTICA.....	29
1.2.1 NETNOGRAFIA: CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE DADOS DIGITAIS	32
1.2.2 SOCIOLOGIA DIGITAL: UMA TOPOLOGIA DOS DADOS NA ATUALIDADE.....	36
1.3 TRABALHO DE CAMPO.....	41
1.4 PERSPECTIVA DO PESQUISADOR	42
CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DA PROIBIÇÃO DA MACONHA NO BRASIL	44
2.1 EMPREENDIMENTO MORAL: A CRUZADA MÉDICA DE RODRIGUES DÓRIA E OS FUMADORES DE MACONHA NO SÉCULO XX	46
2.2 VIDA E POLÍTICA: JOSÉ RODRIGUES DA COSTA DORIA (1857 - 1938).....	49
2.3 A MEDICINA LEGAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA	52
2.4 A ESTABILIZAÇÃO DA IMAGEM CRIMINAL SOBRE A MACONHA DURANTE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO JORNALISMO BRASILEIRO	57
2.5 OS PROGRAMAS MATINAIS DOS ESTÚDIOS GLOBO, REDE RECORD E O CONSUMO DO CANABIDIOL	66
CAPÍTULO 3: AS ASSOCIAÇÕES DE CANNABIS NO INSTAGRAM E O DISCURSO POSITIVO SOBRE A MACONHA	71
3.1 O CONSUMO PARTINDO DO GIROSCÓPIO SOCIOLÓGICO	75
3.2 ABRACE, APEPI E CURANDO IVO: AS PUBLICAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES NA PLATAFORMA DIGITAL INSTAGRAM.....	79
3.3 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE CANNABIS MEDICINAL NO INSTAGRAM.....	82
3.4 PUBLICAÇÕES REFERENTES AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022	91
3.5 MÉDICOS PRESCRITORES, ADVOGADOS E CONSULTORES CANÁBICOS: UM NOVO EMPREENDIMENTO MORAL SOBREPONDO AS IMAGENS CRIMINAIS DO CONSUMO DA MACONHA NO BRASIL?.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
BIBLIOGRAFIA	110

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** - Perfil da associação ABRACE no Instagram
- Imagem 2** - Perfil da associação APEPI no Instagram
- Imagem 3** - Perfil da associação Curando Ivo no Instagram
- Imagem 4** - Chá da Tarde
- Imagem 5** - Comunidade no Orkut “eu odeio acordar cedo”
- Imagem 6** - Comunidade no Orkut “Eu amo minha MÃE!”
- Imagem 7** - Hieróglifo Deusa egípcia Seshat
- Imagem 8** - Cigarros Índios
- Imagem 9** - Notícia de 1955
- Imagem 10** - “Dicionário canábico”
- Imagem 11** - “Como se tornar um associado”
- Imagem 12** - “Terapêutica endocanabinoide”
- Imagem 13** - “APEPI em números 2021”
- Imagem 14** - “Você sabia que possuímos”
- Imagem 15** - “O curso presencial e on-line”
- Imagem 16** - “Curso on-line de Cultivo”
- Imagem 17** - “A posologia se refere”
- Imagem 18** - “O CBN (canabinol)”
- Imagem 19** - “Você conhece nosso café Curando Ivo?”
- Imagem 20** - “A história da família Suzin”
- Imagem 21** - “Cannabis em pauta”
- Imagem 22** - “Terapêutica Endocanabinóide”
- Imagem 23** - “CANNAFOBIA preconceito com quem usa cannabis”
- Imagem 24** - “Na última semana”
- Imagem 25** - “Maconha é o melhor remédio do mundo”
- Imagem 26** - “Precisamos mostrar para aqueles”
- Imagem 27** - “Apepi em números”
- Imagem 28** - “APEPI SAÚDE” Câncer e Cannabis
- Imagem 29** - “Toda comunidade científica”
- Imagem 30** - “Afinal, o que é ingresso solidário?”

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O percurso acadêmico que proporcionou pesquisar as relações com a temática da maconha, teve por início durante o PIBIC/2019-2020, coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Barbosa *A estabilização das representações criminais e psicotrópicas dos usuários e dos usos da Maconha no Brasil no segundo quartel do século XX*. Do qual, fiz presença enquanto pesquisador colaborador e pude desenvolver os trabalhos realizados no PIBIC durante a construção da monografia *Maconha, medicina e empreendimento moral* (2021), Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe defendida no ano letivo de 2020.2.

A pesquisa foi realizada utilizando o método analítico de revisão bibliográfica e documental, baseando a pesquisa sob o horizonte teórico da Sociologia do Desvio, difundida pelo sociólogo estadunidense Howard Becker, em sua obra *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Assim, foi possível averiguar os enclaves na história natural da proibição da maconha no Brasil. Dessa forma, o empreendimento moral surgiu a partir do discurso médico-legal do início do século XX e as medidas profiláticas orientadas pelos trabalhos científicos da época conduziram as imagens sobre a maconha ao status de periculosidade e criminalidade. O resultado de tal empreendimento foi extraí-la do circuito social-cultural, alocando-a na esfera criminal.

Com isso, foi possível localizar no discurso do médico José Rodrigues da Costa Dória, sergipano, político e legista, a estrutura da centelha que pôs “gás” ao empreendimento moral, analisando a obra *Os fumadores da maconha: efeitos e males do vício*. E assim, montar, a partir da história, uma cruzada moral que foi “gerada por interesse pessoal, armada com publicidade e condicionada pelo caráter da organização” (Becker, 2008, p. 155), da qual foi difusora para a criação do órgão CNFE (Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes) em 1936, principal órgão de fiscalização dos usuários de substâncias ilícitas no século XX, no Brasil.

Não obstante, a influência de Dória espalhou valores para o campo científico, dos quais foram interferindo em circuitos dos fumadores da planta, a qual era vendida abertamente nas feiras de Propriá, no estado de Sergipe (Dória, 1915 [1986]). Valores estes, difundidos na obra *“Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros”* (1958), elaborada a pedido do Ministério da Saúde, reunindo diversos trabalhos com argumentos espelhados no trabalho de Rodrigues Dória.

A depreciação da maconha, descrita por Dória, propagada pelos circuitos científicos, e, coercitivamente, sob responsabilidade do Estado, tornou possível a criminalização de uma prática que era pertencente não somente ao circuito cultural brasileiro, mas que era difundida em boa parte do continente Americano. Não foi um movimento único e exclusivo do Brasil, mas acreditamos que por conta do médico em questão, a maconha recebeu o estereótipo que vinga até hoje na sociedade contemporânea (Cerqueira, 2021).

Nos Estados Unidos, a criminalização seguiu o circuito cultural e foi encontrado nos imigrantes mexicanos a centelha que deu fogo na disseminação da figura marginalizada do uso e do usuário da maconha (Becker, 2008). Antes disso, a planta era amplamente utilizada, assim como aqui no Brasil. Todo esse movimento começa a ser desenvolvido no início do século XX. Um século, que por si só, rende estudos até hoje. Segundo Luísa Saad (2019), foi um período da história em que a medicina surrupiou o uso livre de medicamentos e a maconha foi suporte para embasar a necessidade do controle de determinadas substâncias estarem sob a prescrição médica.

A teoria desenvolvida por Howard Becker (2008) propõe duas definições diferentes para outsiders. O primeiro, a começar por alguém que desrespeita as regras impostas por determinado grupo social, pode ser visto como um estranho por aqueles que pertencem a esse grupo. A segunda, um pouco mais complicada, é imposta do ponto de vista de quem a viola pode ter uma visão diferente da validade da norma, aceitando e não aceitando sua imposição, e então considera seu juiz um estranho. (Becker, 2008). Devido a esses vínculos sociais, as pessoas envolvidas no uso, venda e produção de determinadas substâncias psicoativas são alvo de instâncias de controle social formal, tais como: sistemas jurídico, policial e penitenciário.

No Brasil, devido à relação de poder entre o Estado e o indivíduo, o autoritarismo relacionado ao tema considera tráfico de drogas o plantio e cultivo da planta. Assim, ativistas denominam que a mobilização coletiva, justificada pela garantia de acesso à saúde prevista na constituição, é chamada de “desobediência civil não violenta” (Barbosa, 2016). Portanto, a procura por uma forma de cuidar da saúde por meio de uma substância controlada pelo Estado foi a centelha inicial para que as organizações coletivas que originaram as Associações de Cannabis Medicinal viessem à tona.

Segundo as pesquisas de Monique Oliveira (2016) e Ana Rodrigues *et al* (2021) a cobertura midiática, em específica a televisiva, teve maior influência para que o tema sobre o consumo da maconha fosse emitido ao público pela esfera medicinal encorajando outras pessoas a buscarem o tratamento para situações refratárias ao tratamento clínico.

A planta¹ tem em seu sistema canabinoide, inúmeras substâncias, porém, as mais conhecidas são a THC (Tetrahydrocannabinol) e a CBD (Canabinol), a primeira é a que possui o efeito psicotrópico, deixando o usuário “chapado” e a segunda dispõe de propriedades não psicotrópicas, portanto, mais utilizada em tratamentos terapêuticos.

Para as autoras, o tratamento de crianças epiléticas foi o ponto de partida para a recepção do tema pelos meios de comunicação tradicionais brasileiro, em específico o audiovisual. As autoras apontam que a visibilidade do tema se deu a partir da divulgação pelo Fantástico do documentário *Ilegal* (2014) e pelo debate levantado em programas matinais como Encontro e Bem-estar na Globo e Hoje em dia na Record (Rodrigues, 2021).

Tanto o documentário citado, quanto as reportagens nos programas matinais de entretenimento focaram na forma medicinal de usar as substâncias extraídas da maconha para tratamento de crianças epiléticas. No caso do documentário, a história de Anny Fischer com quatro anos, na época, é o foco, mostrando a luta diária contra as convulsões que chegavam a ser mais de 80 quando a criança não estava sob administração do óleo em sua dieta diária. Em 2014, após muita luta, os pais de Anny conseguiram liberação da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para importação do produto. (Oliveira, 2016)

Desde 2014 o uso medicinal da cannabis no Brasil tem sido debatido enquanto pauta de saúde pública, em especial para pacientes refratários aos métodos tradicionais medicamentosos. Pesquisas diversas já comprovam os bem sucedidos casos em benefício do uso do extrato da planta para auxiliar em afecções diversas, como autismo, Parkinson, epilepsia, Alzheimer, entre outros (Carlini, Karniol, Renault & Schuster, 1974; Garcia, Cruz, Silva, Cardoso & Arruda, 2020; Carvalho, et al., 2020; Barbosa, Barros, Lima, Silva, & Souza, 2020; Silva, et al., 2020)

Todavia, as Associações de Cannabis Medicinal se destacam na seara do uso dos extratos da maconha para tratamentos diversos, pois concentram inúmeros pacientes de diversas patologias, que tem o estado de saúde constantemente alterado e buscam uma maior qualidade de vida. São organizações não governamentais, compostas, em sua maioria, por familiares de pacientes com divergências patológicas. O movimento que surgiu com o caso da Anny Fischer, desdobrou no surgimento das associações e tem mostrado importância na construção de conhecimento coletivo, amparo às famílias e pacientes, atividades diversas e o movimento positivo sobre o consumo da maconha pelo viés medicinal.

Assim, iremos investigar o discurso acerca da cannabis medicinal na atualidade, através do digital, a forma de apresentação da luta coletiva, a formação do discurso dessas entidades e

¹ Neste estudo maconha e cannabis serão sinônimo, mas *cannabis medicinal* estará vinculado diretamente às Associações de Cannabis Medicinal.

seus modos de publicização. De modo específico, procuraremos olhar os discursos dos atores envolvidos no processo de positivação do consumo da maconha: as associações de cannabis medicinal. Para isso, utilizaremos a plataforma digital Instagram², retroalimentada por dados digitais dos mais diversos, entre fotos, vídeos, live, legendas, e etc. Dos quais proporcionam uma experiência entre o material e o discursivo no contemporâneo (Lemos, 2020).

Analisando os perfis das associações de cannabis medicinal, iremos focar em uma análise baseada na hipótese central da rede digital possuir potencial discursivo, ou seja, como transporta discursos, e esses, por sua vez, transportam relações de poder. Para isso, analisaremos os perfis de três associações de cannabis medicinal no Brasil, são estas: a ABRACE (Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança), a APEPI (Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal) e a Associação Curando Ivo.

A ABRACE Esperança (Imagem 1) é uma associação localizada no nordeste, na Paraíba, em João Pessoa, e está sob administração do fundador e Diretor Executivo Cassiano Gomes. Foi a primeira associação do Brasil a tramitar judicialmente para obter ampla liberação para cultivo e produção do CBD³ (canabidiol) extraído da maconha. Cassiano, o diretor da ABRACE, relata em um Podcast⁴ que sua mãe, sofrendo de dores musculares crônicas, e já não reagindo aos medicamentos, lhe impulsionou coragem, fazendo com que fosse atrás de 50g de maconha e produzisse o óleo, extraíndo os fitocanabinoides a partir do contato com azeite de oliva.

Imagem 1 - Perfil da associação ABRACE no Instagram



Fonte: Instagram

² O Instagram é um aplicativo que entrou no mercado focado especificamente para aparelhos móveis, hoje pode-se realizar algumas tarefas pelo site, via navegador, em um notebook ou computador de mesa, mas majoritariamente o seu uso é feito por dispositivos móveis; tablet; smartphone (SILVEIRA, 2018, p.31) E, segundo a *Meta*, empresa que administra o aplicativo, hoje o número de usuários ultrapassa 1 bilhão.

³ Substância fitoterápica extraída da planta cannabis sativa. Esse insumo é o produto responsável pelo movimento das associações em vários estados e municípios. É uma das substâncias não psicotrópicas da maconha.

⁴ Disponível em: <https://youtu.be/8Goctn0B0rc> Acesso em 03 Jan de 2022.

Depois dessa iniciativa, Cassiano comenta ter encontrado pessoas com a mesma situação da sua mãe, inclusive responsáveis por crianças e adultos com epilepsia. Dos quais, reunidos em sua casa, começaram a se movimentar tanto para a produção irregular do óleo, quanto para projetarem o futuro que hoje é espelhado na ABRACE e no alcance que a associação tem dentro do espaço sobre a cannabis medicinal no Brasil.

Importante salientar que não há no Brasil nenhuma associação com liberdade de exercer suas atividades plenamente sem a necessidade da liberação judicial, a qual tramita em sub judice e fiscalização dos órgãos do Estado competentes. Portanto, as associações que trabalharemos nesta pesquisa não têm plenos poderes sobre suas atividades. Não comercializam abertamente o óleo, necessitam da prescrição médica e da formalização do associado para só então fornecimento do óleo (Mynd, 2022).

Na esteira das apresentações, a APEPI (Imagem 2) é uma associação carioca, sediada no RJ - Rio de Janeiro e tem uma advogada como presidente e fundadora, Margarete Brito. Suas atividades começam por volta de 2014, mas tomam cunho judicial para ampliar a área de atuação durante o segundo semestre do ano de 2016. Para a sua institucionalização, foi de grande importância a presença na Marcha da Maconha⁵ do Rio, tanto para ampliar a rede de conexões entre mães e pais de crianças epiléticas, quanto para ganhar espaço na sociedade civil e dar início a APEPI.

Compreendemos que o uso medicinal da maconha surge a partir do contato com pacientes refratários aos tratamentos tradicionais da medicina clínica. Em específico, o pivô foi iniciado para o tratamento de crianças com epilepsia, que foram ganhando espaço midiático e recepção da sociedade civil, trataremos disso ao longo do capítulo 2 deste trabalho.

Inclusive, a sigla APEPI, relata Margarete Brito, em uma das lives no Instagram acompanhadas durante a pesquisa, que o “EPI” era uma referência à epilepsia, patologia que iniciou o projeto APEPI. Porém, foi retirado o nome da patologia por entender que a associação alcançaria mais pacientes de diversas patologias. Optou-se por não mudar a sigla já que estava conhecida, como vemos na imagem abaixo, APEPI corresponde a “Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal”.

⁵ A Marcha da Maconha é um movimento social organizado por ativistas das mais diversas causas e tem como pauta principal chamar atenção das autoridades políticas para tratar o tema da maconha.

Imagem 2 - Perfil da associação APEPI no Instagram



Fonte: Instagram

Por último, mas não por menos, contamos com a presença da história da Curando Ivo. Associação fundada pelo filho do seu Ivo, Felipe Suzin, que deu à associação o nome do seu pai, pois a partir do *habeas corpus* para cultivo individual, Seu Ivo pode fazer tratamento para a patologia que interfere em seu bem estar: o Alzheimer. Com isso, Felipe utiliza as plataformas digitais para poder compartilhar o cotidiano do seu Ivo com o consumo da cannabis medicinal e reunir esforços para a institucionalização da associação.

Imagem 3 - Perfil da associação Curando Ivo no Instagram



Fonte: Instagram

Estas associações são organizações não governamentais que têm proporcionado à sociedade brasileira uma experiência no desenvolvimento social a partir do consumo da maconha, pelo viés medicinal (CASTRO, 2020). Entretanto, não estão limitadas a esse arranjo da saúde. Percebemos que compartilhar informações, conteúdos, lives e reuniões virtuais, têm sido instrumentos levados à sério por essas entidades na ampla divulgação de suas atividades, debates, pontos de vista e experiências com o uso da cannabis medicinal.

Um fator presente e que predomina a formação das associações é a heterogeneidade, ou seja, um coletivo de indivíduos ao se juntarem para formalizar determinada associação pode ter interesses diferentes dos demais coletivos que surgem da mesma intenção de construir coletivamente uma associação. Entretanto, todas precisam passar pelo mesmo processo

institucional, isto é, reconhecimento em cartório do estatuto discriminando as atividades, os responsáveis, seus respectivos cargos, formalização do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e solicitação à ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para plantio e fornecimento dos óleos aos associados.

Apontadas as premissas da pesquisa, temos por hipótese que as associações de cannabis medicinal contribuem com um discurso que positiva o consumo da maconha atualmente. E esse discurso, contido em suas páginas do Instagram, não são só contrárias às estabelecidas pelo empreendimento moral de Rodrigues Dória, mas também compartilham de conhecimento e discursos que colocam em questionamento os saberes médicos do século passado, e, portanto, assumem o protagonismo na construção dessas imagens sobre o manuseio terapêutico da maconha.

Assim, atravessadas por contradições, as funções organolépticas e materiais da planta *cannabis sativa*, de gênero angiosperma e possuente de três variedades em seu modo natural: sativa, indica e ruderalis, tem sido pauta para o debate público, aproximando e afastando discussões, narrativas e discursos que tencionam acerca da funcionalidade botânica, têxtil, industrial, seus modos de uso psicotrópicos, fitoterápicos e sociais na atualidade.

Com isso, o uso recreativo e o uso medicinal têm sido presentes nos debates que rodeiam o tema maconha, apesar do espraiamento por meio da nomenclatura cannabis⁶ (nome científico da maconha) e o principal pilar do debate ser o CBD, por conta das suas propriedades não entorpecentes. Dessa forma, a planta tem ganhado espaço nas mais diversas esferas da realidade social, mostrando o potencial positivo do uso da planta e abrindo possibilidades para novas maneiras de recepção do debate acerca do consumo da cannabis medicinal.

Hoje é sabido que não se fala somente da maconha enquanto produto ilícito e do tráfico. A experiência internacional, como Holanda na Europa, Estados Unidos e Canadá na América do Norte, assim como Uruguai e Argentina na América do Sul ou a Ásia com a Tailândia, são exemplos de que a planta não tem uma única forma de ser incorporada ao sistema cultural e de leis de uma nação, podendo ser integrada em suas mais variadas possibilidades de consumo e manuseio. Com isso, moldando as regularidades sociais em termos de crenças e valores partilhados, costumes, convenções e práticas sociais comuns a coletivos de indivíduos e a estrutura que valida esses aspectos culturais.

⁶ Rodrigues *et al.* (2021) ao analisar o conteúdo relacionado a sobreposição da nomenclatura entre maconha e cannabis/canabidiol nos programas matinais das redes Globo e Record, entre 2014-2018, constatou que a substituição do nome maconha foi se dando gradualmente devido a alguns eventos como presença de familiares e pacientes usuários do canabidiol no programa e a liberação da ANVISA para importação do óleo derivado da maconha em janeiro de 2015.

No Brasil, a política de controle de substâncias psicotrópicas, assim como o manuseio, cultura e produção dos mesmos, está sob a condição regulatória da Lei nº 11.343/2006, proibindo o uso livre da planta cannabis sativa e suas derivações, a não ser sob liberação e fiscalização dos órgãos competentes da União. É por meio dessa mesma lei, que restringe o consumo, o cultivo e a cultura da planta cannabis, que as Associações de Cannabis Medicinal têm conseguido validar seus objetivos coletivos e recorrer à justiça para obter liberação, realizar atividades e fornecer o óleo canabidiol aos associados.

Assim, resguardadas pela liberação judicial, estatuto de funcionamento deliberado por assembleias com todos os membros e autenticado em cartório, conseguem realizar convenções, simpósios, cursos de prescrição, eventos sobre o modo terapêutico de consumir a cannabis medicinal em tratamentos refratários aos métodos tradicionais da medicina clínica. Reunindo pacientes/usuários/não usuários e profissionais de diversas áreas da saúde que utilizam, se interessam e prescrevem o uso do canabidiol para o tratamento de seus pacientes/clientes.

Entretanto, desmistificar o senso comum sobre o tema não tem se mostrado de modo já aceito abertamente pela sociedade. Ainda hoje existem conflitos entre órgãos como o Conselho Federal de Medicina, argumentando sobre a não utilização do CBD para outras patologias que não epilepsias específicas, ignorando resultados em diversos outros tratamentos, ou da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que disponibiliza a burocracia para importação do óleo de modo dificultoso.

Utilizar das plataformas digitais para capturar os discursos dessas associações, nos proporciona acesso às narrativas que permeiam o uso da cannabis medicinal. E além, nos fazendo refletir sobre a presença do advento digital como canal de comunicação para atrair atenção de diversos indivíduos, não só pacientes, dando amplitude ao alcance dessas associações, positivando as imagens negativas sobre o uso da planta em sociedade.

Assim, buscamos analisar os principais discursos positivos que foram compartilhados sobre o consumo da maconha nos perfis selecionados. Para isso, teremos dois momentos de dados: o primeiro referente à coleta primária, que foi realizada entre dezembro de 2021 e abril de 2022 e o segundo momento referente às publicações do mês de dezembro de 2022.

Essa separação serve também como modo comparativo de tratarmos dos discursos realizados no mesmo ano, mas em períodos semestrais diferentes. Tratar as postagens que mencionam os aspectos positivos da cannabis medicinal ajuda a montar as imagens da maconha e entender que além da questão medicinal, as associações estão em conjunto trabalhando sobre diversos temas como informações sobre as propriedades da planta, promovendo atividades pedagógicas e construção de redes solidárias.

Assim, teremos três capítulos apresentando as discussões desta pesquisa. No primeiro momento, no qual estamos, trataremos das questões teóricas e metodológicas da pesquisa, discutindo o problema de pesquisa, a proposta teórica e analítica, o trabalho de campo e a expectativa do pesquisador. São seções que veremos à frente e que objetivam os argumentos deste trabalho.

Depois, no segundo capítulo, teremos o recorte cultural-histórico, do qual os fumadores de maconha do início do século XX - os diambistas - foram os sujeitos cerceados e criminalizados diante suas práticas de consumo da sumidades floridas da planta cannabis. E como os canais de mídia da época foram os responsáveis pela estabilização desse cerceamento, apontando narrativas depreciativas e de periculosidade ao corpo social como principais elementos desse discurso.

Em seguida, o terceiro capítulo é composto pela proposta de apreensão e análise pela perspectiva do digital, utilizando as associações de cannabis, apresentando *prints*, onde encontramos o discurso positivo no compartilhamento de informações acerca da maconha por meio da plataforma digital Instagram. Exploraremos as postagens buscando elementos da publicação, legenda e o materiais relevantes para podemos extrair informações e justificar a hipótese apontada acima.

No final do terceiro capítulo, dedicamos uma seção que tratará sobre o desdobramento realizado através desta pesquisa, ao ser ponto de referência na construção do projeto de pesquisa aprovado na seleção para o curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFS para o ano letivo de 2023.1, e, portanto, continuidade do estudo aqui apresentado.

Ademais, entenderemos sobre a história da proibição de uma planta usada milenarmente pelo ser humano, e mais, pelo ser humano em coletivo. E que, por vontade individual, posição de poder, discurso e legitimidade, foi alvo institucional e moral de interdição e criminalização. Hoje, podemos notar a luta coletiva que as associações, os pacientes e usuários da cannabis medicinal possuem para reconstruírem a imagem sobre o uso da maconha e desmistificar o estereótipo negativo sobre a planta.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Seguindo uma recomendação feita pela OMS (Organização Mundial da Saúde), em 2019, a Comissão de Drogas Narcóticas das Nações Unidas, em dezembro de 2020, retirou a maconha e a resina derivada da maconha da lista de substâncias mais perigosas. Evento

posterior a liberação da maconha para fins recreativos no Canadá, em alguns estados dos Estados Unidos e no Uruguai com o pioneirismo mundial, desde 2013.

A legislação brasileira segue a Convenção Única de Entorpecentes da ONU de 1961, sob decreto legislativo Nº 54.216⁷. E como elemento das listas postadas no Artigo 51, a cannabis aparece duas vezes, constando na Lista I e Lista IV, ao lado de substâncias como heroína e cocaína, ou seja, a reconhecimento do Estado, a maconha permanece enquanto entorpecente de alto dano. De maneira compassiva, o Conselho Federal de Medicina recomendou o uso do canabidiol (CBD) apenas em crianças com epilepsia refratárias ao tratamento convencional⁸.

Na perspectiva legislativa, no parágrafo único, o TÍTULO I, da lei nº11.343 de 2006 de drogas, discrimina que “Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos” (BRASIL, 2006). Está aí, a deixa para as associações iniciarem a busca judicial para começarem a produzir o óleo e terem suas atividades legitimadas, fugindo do alvo policial de vigilância e coerção (MOTTA, 2020).

Dentre as divergências, e negativas, do governo presidido por Jair Bolsonaro (2018 - 2022) ocorreu um decreto que sinalizou de modo contrário o movimento apresentado pelas associações de cannabis medicinal. Assim, por mais que já estivessem transitando pela sociedade as organizações que originam as associações, o governo reforçou os aspectos negativos do uso no Brasil. O então Decreto Nº 9.761, de 11 de Abril de 2019, sancionado pelo ex-presidente, informando sobre o uso da maconha ter se tornando mais comum e proibindo o cultivo, diz que:

Dentre as drogas ilícitas, a maconha, em nível mundial, é a droga de maior consumo. No Brasil, a maconha é a substância ilícita de maior consumo entre a população. [...] 2.4. O plantio, o cultivo, a importação e a exportação, não autorizados pela União, de plantas de drogas ilícitas, tais como a cannabis, não serão admitidos no território nacional. [...] 6.2.10. Coibir o plantio e cultivo, não autorizado pela União, de plantas de drogas ilícitas, tais como as do gênero cannabis. (Decreto; 2019)

Apesar da prática do governo estar ligada diretamente a desinformação e despreparo para lidar com situações do cotidiano, ou seja, fake news⁹ e ignorância acerca de determinados

⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-publicacaooriginal-1-pe.html> Visitado 03/04/2022

⁸ Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2014/2113> Acesso em 13 Abr.2022

⁹ *Fake news* em tradução livre, do inglês, seria informações falsas e corresponde às mensagens compartilhadas com conteúdos de inverdade. No Brasil é amplamente difundida entre o jornalismo e já está na “boca do povo”. E segundo a CUT o governo propagou entre os seis primeiros meses de governo mais de 900 notícias falsas, correspondendo a 3,6 por dia. Disponível em: <https://bit.ly/3x1rp9b> Acesso em 06 Jan. 2022

temas - ainda tendo como base o decreto - localizamos informações que contrariam toda a discussão apontada pelas associações do uso da maconha na questão da promoção à saúde, bem-estar e autocuidado. De modo errôneo o governo descreveu:

Ademais, o uso de maconha, especialmente no público adolescente, gera preocupação em decorrência das consequências nocivas do seu uso crônico, tais como maiores dificuldades de concentração, aprendizagem e memória, sintomas de depressão e ansiedade, diminuição da motivação, sintomas psicóticos, esquizofrenia, entre outros prejuízos. (DECRETO, 2019)

Essa planta possui diversas utilidades, sua fibra resistente foi usada inúmeras vezes pelas embarcações lusitanas. Na Renascença, o cânhamo era usado como matéria prima para produção artística de artefatos. Tanto que, por exemplo, a palavra canvas usada em várias línguas para designar “tela”, é uma corruptela holandesa do latim 'cannabis': daí o '*oil on canvas*' (óleo sobre a tela) (Cerqueira, 2021). Hoje, alguns artistas utilizam todo o derivado da planta para produzir uma pintura (Imagem 4). Na imagem apresentada, a artista @eva.green.420¹⁰ divulga seus trabalhos realizados a partir do uso da tinta feita pelas partes da planta, assim como a tela, feita a partir da fibra.

Imagem 4: Chá da tarde



Fonte: Instagram

A fibra da maconha era comumente usada em confecção de cordas, cabos, velas e até produtos que serviam de vedação dos barcos, que precisavam de reparos devidos às extensas navegações que findaram em “grandes descobertas”. Inclusive, o decreto do rei D. João V, de 1656, comprova que o incentivo à produção de maconha era uma política de Estado (Barros; Peres, 2011, p.3).

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/eva.green.420/> Acesso em: 09 de Out. 2022

Atualmente, durante o ano eleitoral de 2022, pudemos acompanhar um movimento político que foi a bancada da cannabis¹¹, um conjunto de candidatos dispostos a argumentar, e representar, parte da sociedade civil por diversos estados. Resultando em candidatos aos cargos de deputados estaduais e federais. Com a intenção de montar uma frente coletiva e dar avanço a discussão sobre a cannabis, que está parada desde 2015, com o Projeto de Lei 399/2015, que tem por objetivos a regulamentação do uso farmacológico e industrial da cannabis sativa em território nacional.

Inclusive, vale registrar que no dia 14 de dezembro de 2022, a ANVISA¹² tomou uma decisão que até então não havia acontecido. O instituto do cérebro, sediado em Natal-RN, pleiteou a solicitação para cultivo da maconha na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e recebeu o aval do órgão público para amplo cultivo e pesquisa acerca da cannabis e seus insumos. Essa instituição pesquisa “a respeito da eficácia e segurança de combinações de fitocanabinoides no manejo de sintomas associados a distúrbios neurológicos e psiquiátricos” (Folha, 2022). E agora conta com liberação para ampliar estudos científicos sobre a cannabis.

Dessa forma, abrindo precedentes para que outras solicitações como essa possam ser reivindicadas por outras instituições de pesquisa, pesquisadores individuais e como embasamento para o *habeas corpus*. Assim, conseguimos ver que o consumo da maconha tem minado diversas esferas e se tornado cada vez mais amplo. Sendo assim, a positivação do consumo da maconha tem sido posta em posição horizontal dentro da sociedade brasileira.

Prescrever e utilizar a cannabis medicinal já é uma realidade brasileira e as associações fazem parte desse circuito através da elaboração de conhecimento, consumo, produção do CBD e rede entre médicos prescritores, advogados ativistas e consultores canábicos. O que investigamos são as estratégias de espraiamento de suas atividades, formas discursivas e articulação com a sociedade civil para somar forças ao movimento da cannabis medicinal no Brasil. Daí o foco na análise do discurso por meio da plataforma digital Instagram sobre as publicações de cunho positivo que tratam dos benefícios do uso da planta e seus derivados.

Entendemos que as associações utilizam da plataforma para contrapor a estrutura negativa superposta no social e no Estado sobre o tema. A maneira de compartilhar conhecimento, histórias de vida, produtos, resultados e depoimentos por meio do Instagram abrange o alcance dessas entidades e espalha seus discursos ideológicos no digital. Relatando

¹¹ Disponível em: <https://www.bancadadacannabis.com.br/> Acesso em: 09 de Out. 2022

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/anvisa-autoriza-pesquisa-cientifica-nacional-com-produtos-derivados-de-cannabis> Acesso em: 11 Out. 2022

as experiências, mobilizações, atividades e planejamentos relacionados à cannabis medicinal no cotidiano.

Assim, a escolha das duas primeiras associações (ABRACE e APEPI) para análise de discurso foi devido a legitimidade jurídica; foram as primeiras do país a iniciarem a corrida judicial para cultivo, extração, pesquisa e fornecimento do CBD. Hoje se encontram sob a condição de sub judice, ou seja, o processo está em andamento. Mesmo assim, conseguem realizar as atividades nas associações. Já a Curando Ivo, selecionamos pela sua aparição midiática, onde ganhou visibilidade na internet e na televisão, chegando a participar do programa televisivo apresentado pela Fátima Bernardes, “Encontro”¹³.

Importante ressaltar que existem outras associações que vão além da esfera de produção e fornecimento do CBD, no caso da SBEC¹⁴ (Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis) e da FACT¹⁵ (Federação das Associações de Cannabis Terapêutica). São associações que cumprem funções, respectivamente, de levantamento de estudos sobre a cannabis e de conexão entre as demais associações no país. Atualmente existem mais de 30 associações nas macrorregiões do país que lutam pela ampliação do direito ao cultivo coletivo, individual, pesquisas e mercado (ZONATTO, 2020).

Segundo Frederico Policarpo (2020), ao tratar do associativismo canábico, resalta pontos que transitam de forma universal à todas as associações, em sua leitura; (1) caráter antiproibicionista; (2) apoio institucional de Universidades e centros de pesquisa; (3) o acesso legal a maconha fazendo valer o uso da judicialização e solicitação de *habeas corpus* para cultivo individual; (4) rede de solidariedade entre os membros.

Falar sobre maconha tem saído cada vez mais da esfera do tráfico e enquanto elemento somente do circuito de marginalidade. Podemos observar quando profissionais da saúde começam a se articular em volta do tema para desmistificar a imagem construída sobre o consumo da maconha, seja na sua forma recreativa ou na medicinal.

Para Policarpo (2020), é possível entender os eixos em torno das associações compreendendo que elas partem de uma posição antiproibicionista, ou seja, apesar da maconha ser alvo de criminalização, elas submetem-se à desobediência civil e pressionam os órgãos competentes para atingirem seus objetivos. Com isso, conseguem apoio institucional das universidades, assim como participação individual de acadêmicos e pesquisadores.

¹³ Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/noticia/portador-de-alzheimer-amenizou-doenca-com-o-uso-de-oleo-derivado-do-cannabidiol.ghtml> Acesso em: 09 de Out. 2022

¹⁴ Disponível em: <https://sbec.med.br/> Acesso em: 09 de Out. 2022

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/factbrasil/> Acesso em: 09 de Out. 2022

A ampliação das atividades das associações chega também no que diz respeito ao *habeas corpus*, ainda segundo o autor, “as associações de uma forma ou de outra, têm um papel fundamental na articulação dessas demandas legais de pacientes e seus familiares” (Policarpo, 2020, p. 51). Dessa forma, entendemos a rede de solidariedade que faz parte das associações no modo de se organizarem. E além disso, a participação de profissionais de diversas áreas nesse movimento engaja e legitima essas entidades, como médicos, advogados, consultores canábicos, entre outros.

De antemão, temos na sociedade brasileira, nomes como Dr. Drauzio Varella, Padre Ticão (Antonio Luiz Marchioni, 1954 - 2022), Dr. Sidarta Ribeiro e Dr. Elisaldo Carlini (1930 - 2020) os quais destacam os benefícios do uso da maconha administrada de modo fitoterápico. São nomes que compõem esse movimento de posituação das imagens sobre o consumo da maconha, alertando sempre a sua potencialidade terapêutica e a importância do uso em proporcionar qualidade de vida aos pacientes.

Seja de forma religiosa ou medicinal, como no caso do Padre Ticão, que chamava a cannabis medicinal de “santa erva” e defendia o uso medicinal. Inclusive, deixando claro sua opinião em lives e em entrevistas, como a concedida à TV Democracia¹⁶, ressaltando que “fazer uso da cannabis é um direito e é sagrado”; ou na perspectiva médica onde contribuições como as do Dr. Drauzio Varella se destacam, com um documentário disponível no YouTube chamado #DrauzioDichava¹⁷, apontando o consumo da maconha entre a juventude paulistana; ou da influência do Dr. Sidarta Ribeiro, neurocientista, o qual tem discutido em suas palestras sobre o consumo da maconha e as possibilidades à saúde do sono em consonância com o uso terapêutico da planta.

Para além de receberem reconhecimento pela trajetória profissional e social, são pessoas dispostas a discutir sobre o tema da maconha. A posição médica, ou de líder religioso, coloca-os em uma esfera de legitimidade e contribui para uma maior visibilidade de suas ideias em espaços de grande alcance por meio de entrevistas, lives, e publicações em suas páginas e perfis pessoais. Se for pontuado de maneira mais estratégica, as plataformas engajam maior contato com o usuário da maconha (conectando-o e fortalecendo os argumentos a respeito desse uso), o do paciente e o das pessoas que não são usuárias nem pacientes, mas que são afetadas por esse tipo de rede de interação.

¹⁶ Disponível em: <https://youtu.be/8delovnlX6Y> Acesso em: 03 de abr. 2022

¹⁷ Disponível em: <https://youtu.be/ds4p9UDThM4> Acesso em: 03 de abr. 2022

Na esteira do digital, o consumo visual das imagens é a principal fonte de informação que circula na *timeline* ou *feed*, que são a parte das plataformas digitais em que os usuários têm mais contato com conteúdo compartilhado pelos perfis seguidos, ou seja, o espaço do aplicativo Instagram mais visitado, por exemplo. Com imagens que sejam atrativas ao usuário, este, por sua vez, fica facilmente seduzido a navegar diretamente nos perfis de seu interesse, desta forma o sistema de recomendações, ou algoritmos, regula as mídias digitais (Santini, 2020)

A plataforma digital utiliza a internet para conectar pessoas, fortalecendo a noção de grupo e os diversos interesses que circulam diariamente pela rede digital. De tal forma, o consumo de internet no Brasil se destaca e o brasileiro está cada vez mais conectado. Um estudo do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2019, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou que cerca de 87,9% dos domicílios visitados estavam conectados à internet¹⁸. O advento da internet na experiência do brasileiro já demonstrava a força e pervasividade do uso computacional na experiência do cotidiano, consolidado desde o início dos anos 2000.

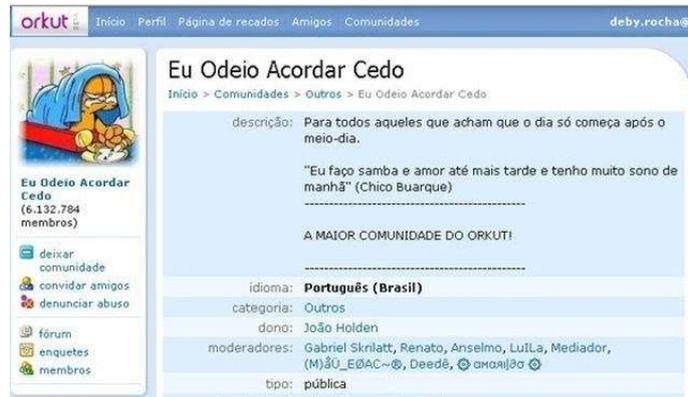
A partir dos anos 2010 surgem as plataformas digitais que mediam a conexão entre os usuários e promoveram a criação de conteúdo descentralizado, junto ao projeto de *web 2.0*, que tem por característica principal a contribuição dos usuários produzindo saberes coletivos. Um exemplo que pode ser resgatado da experiência brasileira com a internet foi o uso do Orkut¹⁹, plataforma que bastante se popularizou por suas comunidades criadas com títulos emblemáticos como “Eu Odeio Acordar Cedo” (Imagem 5) ou “Eu Amo a Minha MÃE!” (Imagem 6).

Foram comunidades que, em seus milhões de membros, trocaram interações e engajaram discussões entre os participantes, e que esteve presente no cotidiano do brasileiro. O Orkut foi uma ferramenta de interação intergeracional e demonstrou de forma efetiva que o Brasil possui um enorme potencial para interagir socialmente por meio da internet.

¹⁸Disponível em: <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>> Acesso em 10 de abr. 2022.

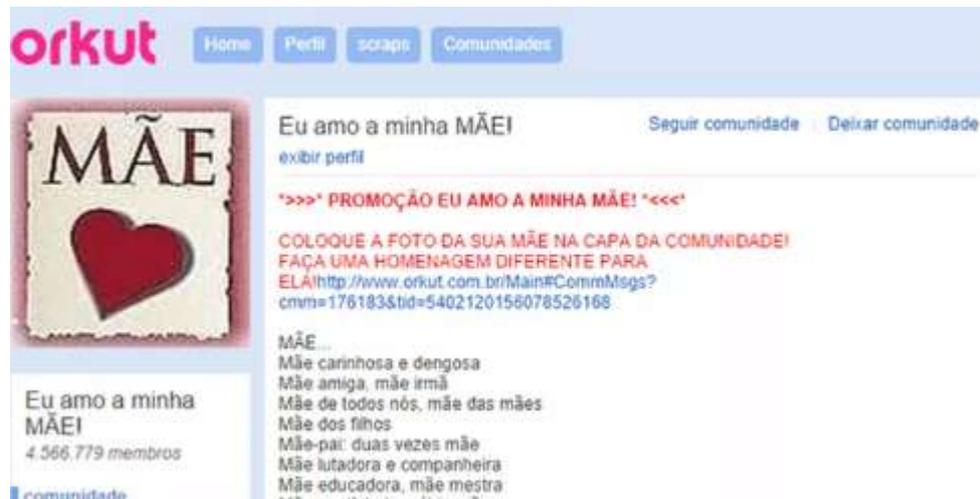
¹⁹ Na descrição de Jean Segata (2016, p.98-99): “O Orkut foi um site que funcionou entre 2004 e 2014 e que era apresentado como uma comunidade virtual de amigos. Tratou-se de um protótipo para o que hoje chamamos de redes sociais na internet, pois inovou ao reunir em uma única plataforma as discussões em grupos, típicas das listas, a troca de mensagens comuns aos e-mails e aos chats, a divulgação de textos e fotos como aquelas que já aconteciam nos blogs e nos fotoblogs”

Imagem 5 - Comunidade no Orkut “eu odeio acordar cedo”



Fonte: Google Imagens

Imagem 6 - Comunidade no Orkut “Eu amo minha MÃE!”



Fonte: Google Imagens

A conexão estabelecida por meio desses sites de relacionamento foi baseada em configuração P2P (*peer-to-peer*) (Silveira, 2018. p. 32) e desta forma evoluíram ao que comumente conhecemos como plataformas digitais. De qualquer forma, a configuração P2P se desenvolveu e proporcionou a expansão de empresas como Instagram, administrada pelo grupo META, evoluindo ao sistema de recomendações feitas através dos algoritmos, conectados à internet pela esfera digital²⁰ de tecnologia de informação e comunicação, que inevitavelmente faz parte do cotidiano individual e coletivo na sociedade contemporânea.

²⁰ Para Paranhos (2021, p. 2): “Atualmente, esse digital envolve tanto os suportes materiais de equipamentos (como notebooks, tablets e smartphones), os diferentes tipos de rede e a variação na qualidade dos acessos (banda larga fixa ou celular), os conteúdos compartilháveis (frequentemente gerados em outras mídias como jornais, revistas e televisão), os dados digitais (enquanto produto das atividades computacionais, realizadas a partir do

Com isso, o “universo canábico”²¹, conta com a presença de diversos atores sociais que engajam discursos por uma aceitação na sociedade - com relação a consumir maconha. Aqui, podemos apontar três: os médicos, como agentes da saúde pública, as Associações de Cannabis, como agitadores sociais, e os cultivadores individuais, como pacientes ou consumidores da maconha de forma habitual, que optaram pelo plantio, produção e consumo de forma individual; embora isso não caracterize a ausência de cultivadores individuais nas associações. E a partir deles essa pesquisa começou a ser desenhada em minha jornada enquanto mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFS.

Acreditei, em um primeiro momento, que os cultivadores individuais (*growers*) estariam contribuindo para um impacto significativo no imaginário social acerca do consumo da maconha. Principalmente a partir de relações digitais, auxiliando trocas de informações on-line. Os localizei por meio de “diários de cultivo” que são tópicos criados dentro de um fórum na internet, o GrowRoom²². E fui observando como os mesmos estavam trocando informações e criando negociações entre saberes acerca do cultivo individual, estabelecendo uma certa identidade, sendo a do “cultivador de maconha”.

Mas não, aquele fórum que logo me disponibilizou questionamentos sobre a troca de informações entre maconheiros e suas possíveis contribuições para uma positivação por meio do discurso sobre o consumo da maconha, foi perdendo espaço em meu *olhar sociológico* para um outdoor que estava chegando no Brasil a *cannabis medicinal*. Decidi conversar com o orientador sobre a forma pela qual as associações de cannabis estavam representando o consumo da maconha nas plataformas digitais, e foi decidido que o enfoque no discurso das associações era de maior relevância para explorar a positivação em torno do consumo.

Os cultivadores individuais, apesar de contribuírem no compartilhamento de informações e saberes técnicos sobre o uso e manuseio da planta, não tinham visibilidade e engajamento nas plataformas digitais, portanto, não alcançavam além dos membros interessados no cultivo individual, ou seja, estariam limitados ao circuito dos entusiastas do plantio individual.

Assim, tendo iniciado a proposta dessa pesquisa a partir da observação dos diários de cultivo, desses cultivadores individuais no GrowRoom, somou-se à época em questão, final de

consumo da internet e das tecnologias digitais) e, por fim, mas não por menos, as redes sociais e as plataformas on-line (como *Facebook, Twitter, Instagram, YouTube*).

²¹ Por universo canábico faço referência às relações que se encontram mediadas pelo uso da maconha em comum aos usuários e que por meio da internet conseguem estabelecer vínculos dos mais variados tipos uns com os outros; como troca de experiências, diálogos informativos e organização coletiva concentrada em torno do tema.

²² Disponível em: <https://growroom.net/> Acessado 01 de jan. 2023

2020, pandemia, onde os recursos de comunicação foram intensificados por meio da internet. Quando o projeto de pesquisa foi construído no momento delicado da pandemia, estávamos, boa parte da sociedade, em casa, sob quarentena. O acesso ao site, junto com as reflexões oriundas do contato com o PIBIC já citado, provocou inquietações sobre a articulação desse grupo específico, principalmente por utilizarem um fórum na internet como ponto de encontro para fins de construção de conhecimento coletivo.

A mudança de ator social, saindo do foco nos cultivadores individuais do site de internet e atingindo os perfis das associações no Instagram se deu de acordo com o desenvolvimento da pesquisa. Dos dois anos de mestrado, $\frac{3}{4}$ desse tempo foi todo mediado pela conexão com a internet, das aulas às apresentações, eventos e investigação da pesquisa. Então um elemento foi complementando o outro. Até a cannabis medicinal aparecer e com ela a articulação das associações pela plataforma do Instagram e então a atenção enquanto pesquisador começa a ser redirecionada até chegarmos a materialidade desta pesquisa.

Abdicar dos cultivadores de maconha e focar nas atividades das associações dentro da plataforma digital foi validada diante o fator do alcance, enquanto o GrowRoom é um site apenas conhecido no circuito de determinados maconheiros, as associações ampliam o alcance de sua visibilidade em modo aberto. Já os cultivadores individuais restringem suas interações pelo site/fórum e seus perfis no Instagram geralmente são privados, necessitando da solicitação para serem seguidos.

Apesar de em ambos os movimentos haver uma dinâmica digital da maconha, os circuitos são diferentes e atingem diferentes públicos. A dinâmica das associações é aberta, busca espriar de forma discursiva elementos positivos do consumo da cannabis medicinal. Os atores cultivadores individuais, apesar de terem importância reconhecida pelas técnicas de cultivo e manuseio da planta, não espriam suas ideologias e nem se articulam em grandes movimentos, como as associações.

Assim, a dinâmica digital da maconha, por meio das associações, aparece de modo mais aberto, não limitada a um fórum de alcance específico e nem de perfis fechados na plataforma Instagram. Portanto, optamos pela pesquisa coletar os dados das associações e inferir sobre elas as contribuições para a positivação do consumo da cannabis medicinal no Brasil. Entendendo que o processo de assujeitamento dessas entidades passa pela esfera judicial, científica, cultural e social. Ou seja, essa dinâmica vai além de um único fim, diferente dos cultivadores individuais. E além, a formação discursiva de suas publicações demonstram a seara positiva desse arranjo.

Indo à perspectiva do digital, o Instagram é uma empresa administrada pelo grupo Meta, também atual dona do Facebook e WhatsApp. Essa plataforma digital, o Instagram, possui diversos instrumentos para criação de mídia on-line, e por meio das publicações os usuários trocam entre si visões de mundo, replicam informações e criam conexões entre os demais usuários. Atualmente, a plataforma alega ter em seu tráfego de dados a quantidade superior a 2 bilhões de usuários²³.

O aplicativo exerce tamanha influência entre os usuários que é possível observar frases onde a palavra “instagramavel” faz parte do vocabulário e corresponda a forma de analisar determinada coisa, paisagem, objeto, utilizando como referência o nome da própria plataforma para alegar um enquadramento estético, ou seja, o que está sendo analisado ou observado corresponderia a maneira de enxergar através das referências encontradas na plataforma, como filtro, edição e até mesmo engajamento.

Segundo Sérgio Silveira (2018, p. 37) “as plataformas reúnem pessoas que querem ou necessitam se agrupar ou pertencer a redes de amizade, negócios, afetos e entretenimento”, o Instagram tem sido uma plataforma presente nas diversas formas de negociações sociais, de valores simbólicos à ideológicos, ou seja, atravessando esferas que movem os interesses dos indivíduos em compartilhar ideias, vontades, produtos e serviços.

Com isso, na seara da relação entre consumo da maconha e a plataforma digital do Instagram, investigarmos e verificarmos, por meio dos dados obtidos por essa pesquisa, a questão que moveu a interpretação dos dados, baseada em: Quais são os discursos positivos acerca do consumo da maconha compartilhados nos perfis das associações de cannabis medicinal?

Tomamos por objetivo geral compreender os discursos espalhados pela plataforma digital do Instagram e como específico buscaremos apontar os que positivam o consumo da cannabis medicinal, bem como os percalços que possam ser demonstrados diante a realidade material encontrada no Brasil de 2022. Assim, essa pesquisa se insere no campo da Sociologia Digital, dialogando com o método de Análise de Discurso de matriz francesa.

Contaremos também com leituras realizadas durante o curso acerca da netnografia (ou etnografia virtual) a fim de não descartarmos as leituras feitas durante a construção desse trabalho. *Apesar de não ser a metodologia utilizada*, foi bastante útil para auxiliar reflexões e contribuições acerca da esfera digital no cotidiano, bem como os modos de apreensão dessa realidade a partir do olhar científico.

²³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2022/10/numero-de-usuarios-do-instagram-ultrapassa-2-bilhoes-e-se-aproxima-do-facebook.ghtml> Acesso em 29 de dez. 2022

A maior dificuldade enfrentada pela pesquisa tem sido a forma de coletar esses dados e enquadrá-los relevantes às hipóteses de pesquisa. Como apreender as imagens e os contextos espalhados pelas associações, levando em consideração as múltiplas maneiras de apresentar o mesmo tema a partir das publicações no Instagram? Ou seja, quais postagens justificam o discurso positivo acerca do consumo da cannabis medicinal? Para isso, utilizaremos as publicações onde encontraremos benefícios terapêuticos, indicações de tratamentos e atividades promovidas pelas associações, com fins pedagógicos, políticos, ideológicos e de entretenimento.

Nesse sentido, na próxima seção, contaremos com as leituras realizadas sobre a formação discursiva de matriz francesa, e a relevância do digital na vida cotidiana, que já não está desconectado da realidade atual. E assim, refletir acerca dos discursos por meio de uma plataforma digital demonstrando a pervasividade do advento tecnológico digital em nossa era, no início do século XXI.

1.2 PROPOSTA TEÓRICA E ANALÍTICA

Começamos pelo discurso, o qual é amparado pelo sujeito e a história, que retroalimentam as experiências sociais de modo sutil e estabelecem significados na ordem social. Foucault (2012, p. 24), em “A Ordem do Discurso”, traz um pensamento fundamental sobre isso quando diz que o discurso “permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja todo dito e de certo modo realizado”. Entender o porquê disso e também sobre como se organizam as informações na sociedade é algo fundamental na sociologia, visto que por meio das mensagens e ideias podemos compreender a forma como uma determinada sociedade funciona.

Ainda consoante com o autor, Foucault (2012, p. 20), menciona acerca dos procedimentos internos do controle do discurso, aponta os princípios de classificação, de ordenação e de distribuição. Acerca dos procedimentos de controle do discurso propõe três leituras (1) poderes pertencentes ao discurso; (2) conjurar os acasos de sua aparição; (3) determinar as condições de seu funcionamento.

A análise do discurso de matriz francesa, preocupada com o contexto que tal discurso está sendo construído, com os atores e entidades, destaca a investigação sobre a formação ideológica dada, articulando com o que pode ser dito, levando em consideração o contexto em que os sujeitos estão inseridos. Segundo Foucault (2012) o discurso não tem sentido nele mesmo, mas sim em suas derivações discursivas. O suporte ideológico aparece em formação discursiva, inseridos em um contexto. Consoante, Orlandi (2009, p. 15) menciona:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora essas coisas lhe interessem. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando

Para Brandão (2004) a análise de discurso não se limita somente aos estudos linguísticos, ou seja, focando somente na parte gramatical da análise. Para essa autora, há complementos que devem ser levados em consideração, elementos externos à língua, como os históricos, sociais, culturais e ideológicos que permeiam a produção de um discurso e que se refletem nele mesmo devido a esses arranjos em seu entorno. Assim, a autora propõe:

Um conceito fundamental para a AD é, dessa forma, as condições de produção, que pode ser definido como conjunto dos elementos que cercam a produção de um discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso (Brandão, 2004, p. 6)

Portanto, a influência externa e as relações de poder sob o discurso são constantes, como visto, elementos que o cercam contribuem para o espraiamento e, de certa forma, a fixação no imaginário social de determinada época. Dessa forma, observa-se que o contexto em que as plataformas digitais estão inseridas são de grande relevância para a análise de discurso, ainda mais se filtrarmos e colocamos como foco determinados aplicativos, plataformas, perfis e usuários, como no caso das associações de cannabis, aqui supracitados.

Na sociedade circulam comunicações, posicionamentos, compreensões, arquiteturas e uma série de elementos que transmitem informações sobre a maneira como se apresentam e se organizam os pensamentos compartilhados. O que é dito, explicitado, e também o que não é, como um silêncio, indicando não somente uma mensagem imediata, mas também revela, sob um olhar mais atento, os aspectos subjacentes que permitem ou impedem a manifestação dessa mensagem.

Para a Análise de Discurso, a linguagem é a mediação necessária entre o homem, a realidade natural, social, e “essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência quanto a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (Orlandi, 2015, p. 13). Como instrumento analítico, proporciona explorar o sentido da linguagem falada pelo homem e o impacto transformador que há nesse processo retroalimentar. Nesse sentido, a análise de discurso não vai pensar sujeito como uma consciência produtora, mas como uma posição que

emerge, no/do/pelo discurso, a ideologia contida no significado do texto e os fatores que o tornam exequível.

Não se trata de um raciocínio ou de uma crença individual, mas de um sistema estruturado de valores que se imbricam quando algo é dito. Dessa forma, a tríade que teoriza a análise do discurso ampara-se em: discurso (o que se diz), sujeito (que posição ideológica emerge no que se diz) e história (que fatores históricos se inscrevem na materialidade, constituindo-a do exterior) (Magalhães; Kogawa, 2019 p. 15).

A análise de discurso tem como foco “como este texto significa?” (Orlandi, 2015), ou seja, é pelo discurso, e por meio dele, que emerge tanto a subjetividade (ideologia) quanto a historicidade (exterior). Fazendo surgir questionamentos como: em quais condições surgem os textos na plataforma digital Instagram? E completar com a questão: em que sentido esses textos, que significam, positivam a formação discursiva de determinados atores? As associações de cannabis medicinal, por sua vez, sobrepõem a imagem do consumo da maconha atrelada a perspectiva do crime e do tráfico. Ressocializando as funções terapêuticas e medicinais da planta discursando no digital as diversas possibilidades de a maconha estar presente no cotidiano.

Porém, como então apreender esse discurso? Leonardo Nascimento (2020), Richard Miskolci (2017) e Marcos Paranho (2021) ao proporem discussões acerca da sociologia digital enquanto área da disciplina, propõe aos sociólogos a missão de estabelecerem vínculos e relações entre os “comportamentos digitalmente mediados” e aqueles “não digitalmente mediados”, nesse sentido é possível relacionar o que é dito na plataforma digital com o que é feito fora dela.

Porém, para extrairmos dessa nova tipologia de dados, a linguagem e o discurso ideológico/político, precisamos observar o digital de modo diferente às outras tecnologias, assim, “o que torna o digital qualitativamente diferente das tecnologias anteriores é a capacidade que ele proporciona de monitoramento, análise e informação sobre a vida social” (Nascimento, 2020, p. 165).

Para maior desenvolvimento da pesquisa, no primeiro momento, tive contato com a Netnografia, área da antropologia estabelecida desde a inserção da internet no cotidiano dos “internautas”. Não obstante, fui em direção a discussão recente a cerca de uma subárea da Sociologia, a Sociologia Digital, tendo seus estudos mais difundidos agora no início da década de 20 e propondo uma análise dos dados fornecidos pela tecnologia digital.

Entretanto, visitei a Netnografia apresentada por Robert V. Kozinets (1997) em “*Realizando pesquisa netnográfica on-line*”, não para fazer valer neste trabalho o método

difundido pelo autor, mas como contribuições reflexivas. A obra descreve maneiras de analisar a influência tecnológica na sociedade e a propagação das comunidades virtuais, buscando fundamentos teóricos para a pesquisa qualitativa da realidade digital.

Na esteira sociológica, autores como Richard Miskolci (2016a, 2017b), Leonardo Nascimento (2020) e Marco Paranho (2021) discutem as relações sociais a partir da sociologia digital, levantando reflexões pertinentes sobre a maneira de analisar e interpretar dados das relações digitais. E, como análise aprofundada, contribui no processo de tratamento dos dados coletados para pesquisa produzidos e consumidos diante a experiência com o digital.

Apesar de não ter realizado uma etnografia digital, ou uma netnografia, decidi conservar a leitura e a discussão já feita a partir das contribuições dessas metodologias a fim de enriquecer mais ainda a maneira como observamos o fenômeno do digital dentro da perspectiva sociológica. De forma complementar, teremos leituras e apontamentos feitos a partir da lógica do consumo e o que alguns autores relevantes para a área têm a contribuir para entendermos como o consumo também é uma prática social sem desconexão entre o individual e o coletivo.

Juntar à Análise de Discurso, com a Netnografia, a Sociologia Digital e o consumo, a partir de apontamentos teóricos, nos possibilita compreender como esses quatro elementos fornecem instrumentos de investigação sobre as práticas de se utilizar o digital no cotidiano. E além, não somente consumo passivo, mas ativo, fornecendo dados, formando discursos e consumindo informações. Amarrando então, a partir das associações de cannabis medicinal no Instagram, o processo de assujeitamento imbricado com o consumo digital no cotidiano.

1.2.1 NETNOGRAFIA: CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE DADOS DIGITAIS

A netnografia surge no final do século XX e início do século XXI, sendo usado pela primeira vez nos estudos de Robert V. Kozinets (1997), professor de marketing na Universidade do Sul da Califórnia, nos EUA. Metodologia esta, que propõe compromisso com análise de dados fornecidos pelas relações construídas e mediadas pela tecnologia de comunicação e informação on-line.

Para continuarmos o debate, irei tomar por netnografia o ramo virtual da etnografia, seguindo definições descritas por Kozinets (2014, p, 61-62) como “uma pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo on-line” a qual “usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal”. Ou seja, servindo como aporte para coleta de informações contidas nos circuitos virtuais de sociabilidade, como blogs, sites, aplicativos, plataformas e mídias sociais on-line.

Dessa forma, Rafael Mesquita *et al* (2018) realizou uma pesquisa bibliométrica acerca do uso da netnografia enquanto método de pesquisa citado pelos pesquisadores em publicações de artigos e periódicos através da *Web Of Science*, entre 1997 - 2015, tratando do método como aporte sobre os estudos das comunidades virtuais, visando o conhecimento acerca da sua cibercultura²⁴. Essa, que por sua vez, fundamenta-se na relação entre a sociedade e o virtual (Lemos; Valentim, 2006). De tal forma, quando utilizada a netnografia para explorar aos fenômenos dos ambientes culturais digitais, a metodologia apresenta-se como:

Uma forma especializada de etnografia adaptada às contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediados pela tecnologia. Em uma analogia com a criação supra, uma aldeia nativa se transforma em um campo virtual, o material em um *software* e a lancha ou barco no que o internauta quiser (MESQUITA *et al*, 2018, p. 149)

A mudança tecnológica está para a sociedade de modo instigado, investido e contínuo, de acordo com o tempo e espaço no qual é explorada e desenvolvida a partir de instrumentos específicos de acordo com o espaço, o tempo e determinadas técnicas. Fazendo parte também de desejos dos indivíduos em conjunto, ou seja, desejos populares. Portanto, “com nossas ideias e ações, escolhemos tecnologias, as adaptamos e moldamos” (Kozinets, 2014, p. 28).

De tal maneira, a netnografia incorpora propostas, apresentando um quadro de “metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta a novas técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por computador” (Kozinets, 2014, p. 62). E como produto, por meio de “um relato através de textos escritos, imagens, sons, e vídeos da cibercultura on-line, que informa através dos métodos da antropologia cultural” (Kozinets, 2014, p. 62), ou seja, dados que possam ser apreendidos pelo pesquisador e colaborem para a discussão acerca das atividades digitais presentes na relação do indivíduo com o coletivo.

Dentre as relações sociais *on-line* e *off-line*, Rocha e Montardo (2005 *apud* Mesquita *et al*, 2018 p. 150) apontam que a importância da netnografia compreende-se também na exploração das características específicas da sociedade contemporânea “como a virtualidade, desmaterialização e digitalização de relacionamentos, produtos, formas e conteúdo, que fazem parte do contexto da cibercultura”. Portanto, espelho para analisar determinadas informações, que realizem a manutenção das relações entre os atores sociais envolvidos pelo digital, como a utilização de plataformas digitais, por exemplo.

²⁴ Para André Lemos (2004, p.3) “a cibercultura potencializa aquilo que é próprio de toda dinâmica cultural, a saber o compartilhamento, a distribuição, a cooperação, a apropriação dos bens simbólicos”, ou seja, potencializa as práticas culturais em escalas maiores, devido a produção exacerbada de dados.

Os apontamentos de Robert Kozinets (2014) surgem como um passo a passo na experiência de analisar e coletar dados dentro das narrativas para os estudos voltados à fóruns, grupo de notícias, *blog*, rede social e etc. Suelen Silva (2015, p. 341) descreve três tipos de capturas de dados que podem ser obtidos através da coleta de dados netnográficos, que são estes:

Durante a coleta e análise de dados, três tipos de capturas são importantes: dados arquivados, dados extraídos e dados de notas de campo. A primeira coleta consiste em copiar diretamente de comunicações mediadas por computador, dados da página, *blog*, site da comunidade ou grupo observado, assim como fotografias, trabalhos de arte e arquivos de som, dados cuja criação e estimulação o pesquisador não esteja diretamente envolvido. A segunda coleta refere-se aos dados extraídos que o pesquisador cria por meio da interação com os membros, tais como dados levantados por meio de entrevistas por correio eletrônico, bate papo, mensagens instantâneas etc. O terceiro tipo de coleta diz respeito às notas de campo experienciadas pelo pesquisador, sobre as práticas comunicacionais dos membros das comunidades, suas interações, bem como a própria participação e o senso de afiliação do pesquisador etc.

Os dados corroboram para uma investigação das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais, contribuindo para uma descrição das atividades que se fazem presentes, por exemplo, nas plataformas digitais. O primeiro tipo de coleta descrita por Suelen Silva (2015) auxilia o desenvolvimento da pesquisa ao proporcionar contato direto com os dados, podendo os mesmos serem coletados e utilizados para reflexões na busca de questionamentos entre as tecnologias digitais, as causas e os efeitos na sociedade.

Entretanto, observar as interações virtuais não significa necessariamente atingir os objetivos da pesquisa ou ter dados que colaborem com as respostas para a problemática. Atravessamentos e frustrações compõem o cenário da pesquisa e podem facilmente aparecer, desviando os rumos iniciais. As páginas responsáveis pela maioria das interações podem se desfazer ou os usuários podem ser movidos para outros sites e aplicativos, como um enxame de abelhas transitando de espaço.

O pesquisador se vê então em uma posição inesperada, e a surpresa também faz parte dos elementos e experiência da pesquisa social. Lima (2020) apontou que a comunidade da qual observava, a Survivor Download, grupo formado por fãs do reality show estadunidense Survivor, passou por uma mudança na posição de onde se encontrava. Lima (2020) aponta que com o fim do Orkut, local originário da concentração da interação entre os fãs do programa, o grupo se direcionou ao Facebook e lá foi arquivado. No caso da comunidade apontada pelo autor, o motivo que a torna menos necessária foi o aparecimento de um site especializado.

Nesse caso, uma plataforma que trouxe novos moderadores e formou a criação de um novo agrupamento de pessoas interessadas no programa Survivor. Dessa forma, a antiga administração da página no Facebook achou mais vantajoso arquivá-la. As contribuições das pesquisas no/do/pelo digital apontam o fluxo de pertinência, demonstrando como a mudança digital se assemelha às mudanças culturais. Assim como o comportamento coletivo, as tecnologias passam por mudanças na sua maneira de, não só integrar a sociedade, mas também da sociedade moldá-la aos seus anseios e interesses.

As tecnologias inovadoras, e as visões globais dominantes, geralmente legitimam e naturalizam mutuamente as tecnologias da época (Escobar, 2016, p.50). Carregando consigo a mudança na etapa promissora de novas lógicas sociais e de regimes sensoriais criativos. Para Arturo Escobar (2016) por meio das transformações das tecnologias, aparecem possíveis tipos de comunicação, trabalho e formas de ser. Ao comentar sobre investigação social acerca da tecnologia na sociedade, o autor ressalta:

O ponto de partida da presente investigação é a crença de que qualquer tecnologia representa uma inovação cultural, no sentido de que ela produz um mundo. Toda tecnologia emerge de condições culturais particulares ao mesmo tempo em que contribui para a criação de novas condições culturais (ESCOBAR, 2016, p. 22)

As condições culturais e tecnológicas de um tempo e espaço contribuem para as particularidades da tecnologia no cotidiano. A geração do primeiro quartel do século XXI tem sido marcada não somente pelo uso da internet, mas de plataformas digitais, que facilitam a comunicação entre usuários (Van Djick, 2016). Aplicativos presentes nos sistemas operacionais dos smartphones e os quais mediam essa comunicação em grande escala.

A influência promovida no cotidiano pelo uso desses aplicativos auxilia as pesquisas fornecendo a condução de indicadores de comportamentos. O *Snapchat*²⁵ aplicativo de fotos que tinha interesse em retirar o embelezamento das fotos, mostrando o momento real em sua captura, sem a preocupação estética dos efeitos de edição é um exemplo. O aplicativo se espalhou, e desde sua criação em 2011 alcançou públicos de várias nações, principalmente do continente americano.

Matheus e Bibiano (2017) destacam a efemeridade das fotos no aplicativo, apontando esse elemento como principal atrativo para o uso. Pois, após o seu uso ele apaga tudo que é publicado em 24h e tem o seu tempo de visualização é determinado pelo usuário, assim como pode escolher os amigos específicos a receberem/visualizarem as imagens compartilhadas.

²⁵ Aplicativo desenvolvido pelos estudantes Evan Spiegel, Bobby Murphy e Roggie Brown da Universidade de Stanford, na Califórnia (EUA).

Possuindo essas especificidades, o aplicativo ganhou destaque na criação e disseminação de um termo, o “manda nudes”. Havendo, por meio do aplicativo, um grande número de compartilhamento de fotos íntimas entre os usuários. Popularizando o termo e a prática do usuário de fotografar o corpo e estabelecer relações sexuais on-line.

Desde o início do presente século, passamos por transformações em tempos recordes, fomos do computador ao telefone móvel em questão de poucas décadas, e esse avanço tecnológico fornece investigações que orientam as relações sociais e discussão do modo com qual o digital tem feito presença nos circuitos de transmissão de informações. Na medida em que dados são processados, alterando as lógicas sociais de compreensão do mundo, estabelecendo condições e novas negociações culturais.

As maneiras das quais as conexões digitais estão estabelecendo relações, tomam criações tecnológicas que datam dos computadores ao avanço no uso de cabos submarinos intercontinentais e a satélites que orbitam em torno do planeta terra, monitorados por conexão de *software* (Miskolci, 2017). Dessa forma, apontam como de maneira pervasiva o digital estabelece a relação com o mundo material, permeando várias instâncias da atividade humana sobre o domínio das tecnologias de comunicação e informação (TIC).

Partindo da perspectiva de que seja inexistente as rupturas entre on-offline e tomando por consideração que as mídias digitais “mediam e modificam a forma como vivemos nossa vida off-line dentro de um contínuo articulado independente” (Miskolci, 2013, p. 16), ou seja, a internet é o tecido de nossas vidas (Castells, 2012) que constitui a era digital na qual estamos inseridos (Lupton, 2015), analisaremos os discursos das associações na plataforma digital Instagram, inferindo que nesses discursos há um potencial transitório e que esses transportam relações de poder.

Engajando tais reflexões, a netnografia e a Sociologia Digital tem surgido no horizonte teórico apontando como a realidade social pode ser tratada com base nos dados consumidos e produzidos digitalmente pelos usuários dessa realidade. Unindo esforços, pesquisadores e investigadores sociais têm apresentado reflexões pertinentes para tais leituras contemporâneas. A seção seguinte apresentará uma introdução e discussão sobre alguns pontos da pesquisa social no/do/pelo digital e as possibilidades técnicas dessa abordagem.

1.2.2 SOCIOLOGIA DIGITAL: UMA TOPOLOGIA DOS DADOS NA ATUALIDADE

A dinâmica flexível do digital proporciona ao pesquisador rastros dos comportamentos sociais, ou seja, que exercem uma força na experiência do cotidiano. Por exemplo, hoje é

impossível não pensarmos em consultar o acervo da biblioteca para checagem dos exemplares antes de irmos tomar emprestado um livro ou então na criação e manutenção de relações amorosas e/ou sexuais por meio de plataformas digitais²⁶.

Relações como essas contribuem para uma mudança no comportamento, não só do indivíduo e da coletividade, mas também do pesquisador social enquanto investigador dessa realidade. O termo, sociologia digital é alcunhado pela primeira vez pelo sociólogo da *Smith College*, em Northampton, Massachusetts, nos Estados Unidos, em 2009. no artigo *Digital Sociology: Emergent Technologies in the Field and the Classroom* (Sociologia digital: tecnologias emergentes no campo e na sala de aula), citado por Leonardo Nascimento (2016, p. 221) em seu texto *A sociologia digital: um desafio para o século XXI*, é pontuadas as mudanças no cenário sociológico, tais quais acontecem:

[...] dos relacionamentos e nas comunidades, provocadas pelas redes sociais digitais; as alterações na relação com o espaço; o crescimento e a disseminação da vigilância; a desigualdade digital e o capitalismo da informação; o sistema de ensino e o cuidado com a saúde na era digital.

Depois disso, a dimensão de publicações começa a ser ampliada. Segundo o autor, em 2013 surge um dossiê *Digital Sociology: Critical Perspectives* (Sociologia digital: perspectivas críticas), coletânea de trabalhos apresentados para reflexão sobre “necessidade de a sociologia se deslocar conceitualmente para além das oposições binárias de virtual/real e continuidade/transformação” (Nascimento, 2016, p. 221). E mais recentemente, Deborah Lupton (2015, p. 8 *apud* Nascimento, p. 222) em sua obra *Digital Sociology*, argumenta da necessidade de a sociologia perceber que todas as dimensões que a disciplina toca está conectada com o digital, assim:

Eu argumentaria que a sociologia precisa fazer o estudo das tecnologias digitais central às suas atribuições. Todos os tópicos que os sociólogos agora pesquisam e ensinam estão inevitavelmente conectados às tecnologias digitais, quer eles se concentrem na sociologia da família, da ciência, da saúde e medicina, do conhecimento, da cultura, da economia, do emprego, da educação, do trabalho, do gênero, do risco, do envelhecimento, da raça e etnicidade. Estudar a sociedade digital é se concentrar em muitos aspectos que têm sido preocupações centrais para os sociólogos: individualidade, identidade, embodiment, as relações de poder e as desigualdades sociais, redes sociais, estruturas sociais, instituições sociais e teoria social. (Lupton, 2015, p. 8 *apud* NASCIMENTO, 2016, p. 222)

Na esteira das mudanças que ocorrem no mundo social, Paranhos (2021, p. 4) adverte, acerca dos estudos da Sociologia Digital, ser necessário que a sociologia olhe para o digital, e

²⁶ Aplicativos de “pegação” ou amorosos; ex: *Grindr* (encontro para fins sexuais entre homossexuais) e o *Tinder* (voltado para encontro de pessoas com interesses cruzados, propondo o “like” e “superlike” como primeiro estabelecedor de contato; aprovação e reprovação estão imbricadas nesse processo de seleção).

esse olhar “não significa apenas olhar para o mundo de forma diferente, através das ferramentas e das mídias digitais, mas também de entender como o próprio mundo social vem sendo transformado digitalmente”. Possibilitando a análise do mundo real, e apreendida pelas técnicas da sociologia de explorar as relações contidas nos dados com o universo fora deles.

Alguns compreendem a sociologia digital como subárea da sociologia, com objeto próprio de investigação. Há os que reconhecem nela o potencial conceitual que seja transversal e articulado, outros se preocupam mais com os aspectos metodológicos, apontando-a como possibilidade para dar conta da intensidade de relações sociais mediatizadas pelas tecnologias digitais (Miskolci, 2016).

O engajamento, junto ao sistema de recomendações, os compartilhamentos, as lives e as publicações, que são partes funcionais integradas às plataformas digitais, oferecem um processo pedagógico ao indivíduo durante seu uso, estabelecendo comunicações e transmissões de informações, portanto, circulação de dados em grande escala (big data). Paranhos (2021) pondera que os dados não são apenas consumidos, mas também produzidos pelo usuário e compartilhadas em rede, o autor destaca:

Para além dos seus usos, as tecnologias digitais passaram a constituir parte da vida cotidiana, ao reconfigurar os mais distintos aspectos do social. As relações e as experiências sociais vêm se tornando, cada vez mais, tecnológicas, ao mesmo tempo em que passaram a ser mais conectadas, exibidas e compartilhadas em rede. Através da produção incessante de dados digitais, as pessoas passaram a ser observadas, monitoradas e documentadas, ao mesmo tempo em que realizam o consumo de tais tecnologias, e ao consumir tornam-se também produtores de dados digitais. (PARANHOS, 2021, p. 6)

O consumir é um fator importante para a retroalimentação dos dados nesse processo de produção e movimentação das informações acerca dos mais distintos aspectos sociais. Interferindo também em mudanças nas esferas do fazer sociológico, na medida em que o ofício do sociólogo, na visão do autor, passa por alterações mediante as mudanças promovidas pelas tecnologias de informação e comunicação digital, ponderando, portanto, que:

Se, antigamente, o sociólogo tinha que acessar livros e documentos nas antigas e enormes bibliotecas físicas, agora, buscar informações e referências on-line e construir suas próprias bibliotecas digitais tornaram-se realidades recorrentes no ofício do sociólogo após o advento da web 2.0: na produção de conteúdo e conhecimento, de forma coletiva, entre os usuários da internet e das tecnologias digitais em conexão. Em termos sociológicos, a nossa sociedade passou a ser marcada pela conexão em rede, através dos meios tecnológicos, e, sobretudo, nas mudanças promovidas por meio dessas conexões, de como construímos as nossas relações sociais mediadas pelas tecnologias, cada vez mais, conectadas, on-line. (Paranhos, 2021, p. 4)

O modo como estamos tão conectados ao digital pode ser percebido quando afirmações como “estou sem carga”, “tô quase desligando” ou “sem bateria social pra sair” são usadas para expressar cansaço e evidenciam como o tecnológico digital já está habituado em nossa realidade material. A forma pela qual nos comunicamos em sociedade, enquanto indivíduos, uns com os outros, sofre interferências de acordo com a evolução das tecnologias e a apropriação dessas tecnologias permanecem de modo sutil, alterando e configurando arranjos sociais e culturais, valores e símbolos, desejos e motivações.

Em especial, as tecnologias da informação e comunicação. Neste momento, estamos diante de uma realidade cada vez mais digital. E que apesar de não determinar formas de comportamentos, para não cairmos no determinismo tecnológico (Santini, 2020), influencia as maneiras em que cada indivíduo, em sua subjetividade, manifesta seus desejos, anseios e interesses, negociando formas de entender o mundo externo. A experiência é da pele para dentro.

Consumir, através dos sentidos, proporcionam a uma pessoa aprender, de modo passivo, sobre o que se observa. Mas também não descaracteriza as reações, existem comentários, mensagens no *direct*, enfim, há uma troca de informações constantes. Com uma linguagem sobre determinado tema, que exprime um sentido.

O que nos leva ao objetivo desta pesquisa, onde, coletar as publicações dos perfis das associações, nos dá percepções sobre como a linguagem dessas organizações estão sendo compartilhadas pelo digital. Para entendermos, no momento específico da história, como o seu discurso se forma em torno de questões da saúde, sobrepondo as imagens - e muitas vezes nem lembrando delas - criminais recorrentes quando o tema da maconha é evocado.

Em termos sociológicos, Richard Miskolci (2017b, p. 23), autor de *Desejos digitais Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*, afirma que “o que define a nossa era é conexão em rede por meios comunicacionais tecnológicos”. A tecnologia digital difere-se das anteriores, pois, “se opõe ao analógico, enfatizando o aprimoramento tecnológico, enquanto a conexão em rede por meio das plataformas enfatiza a maneira como se constroem as relações sociais”. Na obra citada, o autor propõe uma análise do comportamento sexual por meio da plataforma digital *Grindr*, apontando como o desejo homossexual está presente nas relações trocadas entre os usuários e suas buscas por prazer sexual.

Ao flertar com a sociologia do desejo, desconstruindo a naturalização da homossexualidade, insere-se em um novo e profícuo campo: a sociologia digital. Evidenciando a construção do desejo, e “explorando a forma como [...] homens usaram meios tecnológicos

para a busca de parceiros do mesmo sexo” (Miskolci, 2017, p. 46). Uma rica etnografia voltada a demonstrar como os aplicativos proporcionam aos parceiros do mesmo sexo, maior visibilidade e segurança durante a negociação do desejo homossexual, alterando a lógica heterossexista que ainda limita e aprisiona comportamentos divergentes do heteronormativo.

Diante a esteira da objetividade dos fenômenos em sociedade, da força cultural presente no fluxo de crenças e desejos, e como atingem proporções objetivas e subjetivas no construir significado na mente das pessoas (Castells, 2013), se dá em meio de conexões em rede, Nascimento (2020, p. 165) em *Sociologia Digital: uma breve introdução* aponta que o interesse aos teóricos da sociedade, compete o efeito que esses mecanismos e procedimentos têm no nosso modo de vida como a experiência fortalece os laços e visões de mundo compartilhados, fortalecendo e afastando relações com o outro.

De modo incisivo, Nascimento (2020, p. 165) revela que o smartphone proporciona acesso às plataformas e promove experiências na vida do usuário de forma geral (ou seja, afeta todos os campos da vida social), sendo revolucionário “no sentido de não conseguirmos evitar os efeitos e nem retornar, mesmo que desejemos, ao estado social anterior ao seu aparecimento”, o autor complementa afirmando que:

Os dispositivos de *hardware* e *software* estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, nas instituições, nos meios de transporte, na indústria, na economia etc. De maneira tão profunda que o funcionamento da própria sociedade se tornou dependente destas tecnologias. Sob o termo “digital” nós devemos entender não apenas as estruturas de *software* e *hardware*. Por outro lado, o digital é mais que somente a internet, a rede mundial de computadores conectados. O que torna o digital qualitativamente diferente das tecnologias anteriores é a capacidade que ele proporciona de monitoramento, análise e informação sobre a vida social (idem, grifos do autor)

O monitoramento e análise dos dados da vida social relacionados ao digital, lançam luzes sobre a maneira como discursos estão circulando. Nesse sentido, observar as publicações das associações de cannabis no Instagram proporciona uma maior noção de diferença entre o discurso médico-legista do século passado e o discurso terapêutico, voltado para a saúde, o bem-estar e o autocuidado presentes na divulgação das associações e o modo terapêutico de se consumir a maconha.

A sociedade da qual vivemos é complexa, recheada de relações interpessoais, cada indivíduo com sua visão de mundo construída e reforçada coletivamente. As ciências humanas exploram essas relações, suas causas, impactos, como se estabelecem, por quem se estabelecem e como fazem manutenção dessa relação de poder. Ao construir significados na mente das

peessoas, essas relações ensinam a linguagem, que por sua vez exerce força sobre o sujeito. Assim, essa pesquisa serviu para investigar essa linguagem, entender a relação de força exercida através do poder, demonstrando o sentido positivo de suas publicações.

Talvez a maior dificuldade do pesquisador no, do, e pelo digital seja como apreender os dados e apontar o discurso como engajadores das relações sociais e de determinadas formas de compreensão o mundo. As plataformas, são, portanto, consideradas mediadoras que moldam ações sociais (Van Dijck, 2016). No ambiente *on-line*, as sociabilidades crescem em número, tamanho, gênero e diversidade (Maestri; Dadalto, 2021).

Visitando os perfis das associações de cannabis medicinal ABRACE, APEPI e Curando Ivo, foi possível explorar publicações que demonstrassem relevância e pertinência para costurar discursos em suas negociações de poder, ou seja, as ideologias presentes nas associações e compartilhadas pelo Instagram.

1.3 TRABALHO DE CAMPO

Para execução da pesquisa, os perfis no Instagram das associações foram a fonte dos dados que iremos analisar e tomar como base para a hipótese dessa pesquisa. Primeiramente, teremos os dados coletados referentes ao primeiro semestre de 2022, datados de 25/12/2021 a 03/01/2022 - 16/03/2022 a 11/04/2022. Em seguida trataremos das informações coletadas referentes ao mês 12/2022. Preferiu-se tomar estes caminhos devido ao tempo da confecção do trabalho e por se tratar de um trabalho que analisa o digital, a quantidade de dados disponíveis são de enorme extensão.

Trazer as postagens selecionadas e devidamente tratadas de acordo com o interesse da pesquisa, demonstra que até sobre a face facilitadora do digital, ao sociólogo ainda cabe a leitura minuciosa, dado por dado, aqui: publicação por publicação. Porém, ainda assim, no momento em que se encontra os arranjos do nosso país, temos limites e precisamos nos desdobrarmos em mil para poder ao menos executar os objetivos da pesquisa acadêmica em coletar, analisar, criticar e relevar os dados, mesmo com todos os percalços ao nosso redor devido aos últimos anos.

Artesanalmente, no que atinge a observação, separação e tratamento de dados, podemos contar somente com o meu computador e a disponibilidade da internet para mergulhar nos perfis das associações aqui trabalhadas e trazer à luz da discussão a leitura acerca do tema proposto, que amplamente tem sido acessado pela esfera pública e tocado diversas mentes por meio do aplicativo digital Instagram.

Pude contar também com os PDF's, livros disponíveis tanto pela BICEN quanto pela internet e sua infinitude de dados e informações, que se desenfreadamente lidos podem mais confundir do que contribuir. Busquei sempre refletir observando as postagens, passeando pelos comentários, analisando as mensagens tendo em mente como poderia contribuir para a inferência deste trabalho.

Assim, o critério de seleção das publicações foi de acordo com a leitura e análise das informações contidas nas mesmas. Então, priorizamos os dados que demonstram determinada positividade do consumo da maconha, seja pela esfera medicinal ou abordando outras maneiras de uso e manuseio do tema em sua forma discursiva, valorizando e destacando os benefícios de se consumir a cannabis medicinal para diversos fins.

1.4 PERSPECTIVA DO PESQUISADOR

Essa seção será dedicada exclusivamente para o relato da minha experiência durante esses dois anos de mestrado. Apontando as sensações que me atravessaram enquanto pesquisador em formação e as dificuldades que cercaram a pesquisa durante sua execução nos dois anos que passaram.

Foi durante o primeiro ano de pandemia que submeti o projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Com a aprovação, surgiram um mix de sentimentos e incertezas. Apesar da caminhada enquanto cientista social formado pela mesma universidade, carecia em mim pontos que reconhecesse a legitimidade da sociologia em meu olhar.

Apesar de ser da casa, ainda estava andando em um tema não tão explorado pelos diversos cursos da universidade. Abordar a maconha como tema e as relações em sociedade como objetivos de pesquisa foi/é uma aventura, da qual não há arrependimentos ou vontades de mudança de objeto e objetivos. Muito pelo contrário, a cada passo dado observo miríades de possibilidades acerca de um tema vivo e que mexe com a vida em seu sentido mais abstrato: estar vivo.

Entretanto, apesar de pesquisar maconha, nem tudo são flores. Além de estarmos diante de uma pandemia de danos até hoje incalculáveis, o início do mestrado foi sem financiamento da CAPES, e como pesquisador de vulnerabilidade socioeconômica, é sempre um peso a ser administrado entre o cansaço, dedicação e sobrevivência. Pior ainda foi depender do auxílio fornecido pelo governo federal, financiado por um governo anticiência, enquanto estava produzindo ciência. Mas sem contradições não há indagações e motivações.

Por mais de 8 meses, esse pesquisador que vos escreve e essa pesquisa que aqui apresento, ficou sem financiamento. Todavia, desistir nunca foi opção. E cá estamos, investigando discursos por meios digitais acerca de uma planta, cujo estereótipo inicialmente esteve associado às funções botânicas, mas negativada pelo seu circuito cultural. Do qual, práticas como a de se fumar, foram mal vistas e descritas de modo a orquestrar uma mudança na imagem que a pertence naturalmente: a de uma planta.

As perspectivas que posso deixar registradas aqui, é que, com tudo isso ao nosso redor, esta pesquisa rendeu indagações, que levadas à seleção de doutorado, proporcionaram a aprovação no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe, para a turma de 2023.1. E com isso, a pesquisa ainda terá muito para ser desdobrada ao investigar a relação entre profissionais de diversas áreas e a sobreposição das imagens criminais do consumo da maconha pelas terapêuticas, da saúde, do bem estar e do autocuidado. Buscando um empreendimento moral nessa sobreposição dos atores que movimentam esse fenômeno de superação a um estereótipo que já não corresponde ao proibicionismo.

Assim, neste capítulo foram expostos a introdução, a problemática, a proposta analítica e discussão sobre o contato que tive com a netnografia e a Sociologia Digital. No próximo capítulo, tomaremos os discursos e circuitos que dilapidaram o consumo da maconha, reconhecida enquanto diamba, principalmente no Nordeste, lido como norte na época referida e foram os agentes da estabilização negativa do uso e dos usuários da maconha.

Em seguida, analisaremos e discutiremos os dados que argumentam acerca da apropriação da maconha pelas Associações de Cannabis Medicinal do Brasil, por meio da plataforma digital Instagram. Observando, a partir das publicações em seus perfis, o espraiamento do discurso e imagens divergentes das narrativas secularmente construídas pelos agentes da medicina e do jornalismo.

CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DA PROIBIÇÃO DA MACONHA NO BRASIL

A sociedade, enquanto coletivo de indivíduos, é uma organização que utiliza da natureza para sustento, manutenção e estabilidade das relações humano-natureza. Nossas práticas estão inexoravelmente interligadas ao exterior, ou seja, ao natural, a fauna e a flora. Seja com a botânica, onde se aproveita as propriedades das plantas para cuidados com a saúde, alimentação, apreciação, rituais ou com a domesticação de animais, consumo das carnes, utilização de peles e partes como objetos decorativos. Das mais variadas utilidades, a fauna e flora estão sob apropriação do homem, instrumentalizadas de acordo com o espaço e tempo, modificando diversas vezes o manuseio desses produtos da natureza não-humana.

A maconha, por sua vez, é produto da natureza e pertence às relações biológicas que estão inseridas em ambiente natural, solo, luz, etc. Já enquanto objeto, está condicionada às diversas utilizações sociais da relação humana entre natural e social. De certo, relacionar esses dois elementos nos possibilita explorar as questões morais e institucionais que inviabilizam o acesso a planta da maconha, cientificamente reconhecida como *cannabis*, de variações genéticas entre sativa, indica e ruderalis.

O registro na história acerca do uso e manuseio dessa planta vai muito além do contemporâneo. É possível encontrar rastros, por exemplo, em hieróglifos na antiga sociedade egípcia, na qual a deusa Seshat, com auréola de uma planta com cinco pontas, era associada à escrita, à astronomia, à arquitetura e à matemática (Imagem 6). Já no continente Americano, Luiz Mott (1986) relata que as caravelas vindas da Europa portuguesa tinham suas velas feita com cânhamo²⁷, remetendo o uso de um derivado da maconha nas navegações portuguesas.

Imagem 7 - Hieróglifo Deusa egípcia Seshat



Disponível em:

<https://www.facebook.com/DesvendandoEgitoAntigo/posts/2233187660228432/>
acessado em 03 de Jan. 2023

²⁷ Curiosamente, o cânhamo é um anagrama da palavra maconha.

Apesar da diversidade da flora existente nos diversos continentes, é sabido que desde sempre a relação sociedade-natureza proporcionou conhecimento aprofundado acerca da pluralidade e das funções organolépticas das plantas. Não é à toa que se tem um amplo conhecimento acerca dos perigos e benefícios de determinadas espécies. Seja pela beleza mortal, como no caso do acônito e suas flores roxas, ou no esverdeado acentuado do boldo, que em seu amargor ajuda a ressaca após o consumo excessivo do álcool.

Dentre tantas possibilidades, de manuseio e apropriação por nós, seres humanos, da natureza, quais seriam os fatores que colocariam em prova a utilidade de uma determinada planta? Seria sua estética mortal, como no caso do acônito? Ou a funcionalidade terapêutica no caso do boldo? Quais eventos propiciam uma proibição e a liberação do uso ao ponto de sabermos que o acônito é venenoso e prejudicial, mas que o boldo, por sua vez, é utilizado de maneira tradicional no autocuidado, na saúde e no bem-estar?

Supomos, de modo lógico, que a experimentação seja um caminho válido, na medida em que proporcione sentido às argumentações que positivem ou negativem determinado uso de determinada planta e suas substâncias. Nesse sentido, para sabermos que o acônito é capaz de intoxicar um ser humano e levá-lo à morte, alguém precisou morrer sob o efeito de tais substâncias para que tal conclusão fosse elucidada, a mesma circunstância com o boldo no caso da ressaca.

Apesar da breve reflexão, o que essas duas espécies têm com relação a maconha? Primeiramente, a maconha foi relacionada às questões de vida, ou seja, o limiar entre a vida e a morte, colocada enquanto provocadora da morte. E por segundo, foram tratadas as suas funções fitoterápicas e sociais, tradicionalmente presentes nos circuitos de sociabilidade de determinados grupos. É acerca disso que trataremos neste capítulo.

No primeiro momento, iremos relatar os sentidos medicinais e culturais imbricados no uso da maconha até o início do século passado, mais especificamente até o momento em que a medicina encontra campo fértil para análise do comportamento dos fumadores de maconha. Buscaremos a sobreposição das narrativas positivas para a negativas do uso e manuseio de uma planta aceita e comercializada nas farmácias, e nas feiras do interior de Sergipe, em Propriá.

Vamos explorar declarações basilares para a compreensão negativa do uso da maconha, e para isso iremos analisar o discurso contido no trabalho científico precursor ao tema, na época. Sendo este, o estudo de José Rodrigues da Costa Dória “*Os Fumadores de maconha: efeitos e males do vício*” (1986) [1912]. No sentido de sabermos quais descrições foram base para validarem um empreendimento moral em busca da proibição e negatização da prática coletiva e individual de utilizar a maconha nas mais diversas maneiras no consumo. Assim como saber

mais acerca da vida política e acadêmica desse autor, que muito influenciaram em seu circuito e proporcionaram passabilidade em suas ideias e diagnósticos sobre os fumadores da maconha.

Em seguida, demonstraremos o papel importante dos jornais brasileiros para uma estabilização nas imagens negativas do uso e do usuário da maconha na primeira metade do século XX. Para isso contaremos com trabalhos de Ivan Barbosa (2012; 2022) e Luciana Dinelli (2022). Pesquisas que abordaram essa recepção jornalística do jornal Folha de S. Paulo, um dos mais influentes do país, durante as décadas de 1930-1940.

Por último, teremos um breve salto na história, mostrando como hoje o audiovisual, em específico os programas matinais de entretenimento tratam do tema, a partir de pesquisas que apontam a mudança da nomenclatura utilizada sobre as substâncias extraídas da maconha para fins terapêuticos. Assim entenderemos como tais eventos fortaleceram a relação da sociedade com uma planta conhecida milenarmente pelo homem, da qual foi secularmente cerceada e criminalizada.

2.1 EMPREENDIMENTO MORAL: A CRUZADA MÉDICA DE RODRIGUES DÓRIA E OS FUMADORES DE MACONHA NO SÉCULO XX

Era uma vez, na loucura dos anos 1920, cigarros de maconha sendo vendidos nas farmácias como indicação para asma, catarros e insônias (Imagem 7). Produto do comércio farmacêutico, utilizado para tratamento de incômodos respiratórios e indicado para um sono reparador. Os Cigarros de Cannabis Indica, da Grimault & C., estavam à disposição da população prometendo cumprir reparos na saúde. Abaixo, a imagem da propaganda retirada do Google ao pesquisar sobre “Cigarros Grimault”.

Imagem 8 - Cigarros Indios



Fonte: Google imagens

A virada de século entre o XVII e o XIX foi marcada por vários fenômenos, dentre eles a suspensão do tráfico de pessoas africanas para o continente Americano, ceifando a tradição

secular de objetificação dos corpos pretos. Assim, como a guerra do ópio que envolveu a China e a Inglaterra, em entre 1839-1860, foi um marco na história acerca dos usos das substâncias psicotrópicas. Não por menos, a medicina foi sendo institucionalizada enquanto fonte principal para manutenção e referência de uma sociedade moderna, saudável e reconhecida internacionalmente no mesmo período.

Como afirma Luiz Mott (1986) e Carlini (2005), acredita-se que a planta é originária da África central e floresce na mesma há mais de 6.200 anos, concentrando-se nas costas do Himalaia. As propriedades do sistema canabinóide propicia, através de suas partes floridas, substâncias de ligeira absorção pelo corpo, como é o caso dos famosos CBD (canabidiol) e o THC (tetrahydrocannabinol), possibilitando também o uso de sua fibra para fabricação têxtil, suas folhas e raízes na medicina popular utilizadas por meio de chás e banhos terapêuticos. Inclusive, o decreto do rei D. João V, de 1656, comprova que o incentivo à produção de maconha era uma política de Estado (Barros; Peres; 2011).

Todavia, o discurso médico é o ponto de partida para espalhar os diagnósticos clínicos sobre o uso e os usuários da maconha. É nesse mesmo período que as faculdades começam a ganhar espaço enquanto centro de produção de conhecimento da nação e pesquisas para aprimoramento e funcionamento do corpo social como unidade (Saad, 2015). Nesse movimento encontraremos a maconha como objeto de estudo para justificativa de males que assolavam o território brasileiro.

Desse modo, podemos perguntar: como uma planta, a maconha, deixou de ser recomendada como remédio para diversas enfermidades e tornou-se alvo de depreciação e negatividade? Precisamos saber de um movimento importante nesse processo: a participação médica, em específica a medicina legal. Esse processo vai ser marcado por pesquisas mal intencionadas e controladas pelos pesquisadores, inferindo sobre a maconha peso depreciativo e degenerativo.

O cenário é o seguinte: no início do século XX a primeira guerra mundial fez com que uma corrida científica fosse iniciada. As nações estavam dispostas a provar que dominavam os conhecimentos provenientes das atividades humanas e da apropriação da natureza. Portanto, a observação e profilaxia minuciosa realizadas pelos médicos foi o ponto de partida para interpretar o que seria de maior coerência e justificativa sobre a experiência da vida coletiva e individual.

A medicina legal foi a responsável por recomendar e tornar efetivas as leituras relativas ao uso da maconha, justificando preocupação com o corpo social. Quando, na verdade, segundo Barbosa (2012; 2021), a maconha foi o bode expiatório para institucionalizar o racismo

científico que vingou por muito tempo dentro da ciência brasileira, baseado nos estudos de Cesare Lombroso, médico italiano, que no momento estava em reconhecimento no espaço científico.

Entretanto, a relação do consumo da planta com práticas culturais e valores depreciativos narra uma cruzada moral iniciada no início do século XX. Tomando como epicentro, os circuitos dos quais era amplamente inserida entre os fumadores da planta, na qual o médico legista classificou-a por “fumo de Angola, maconha e diamba, e por corrupção, liamba ou riamba” (Dória, 1986, p. 21). Para tal compreensão, as contribuições de José Rodrigues da Costa Dória [1915] (1986) são o ponto de partida para se analisar a interdição e disciplinamento de tais comportamentos coletivos e individuais.

Com o objetivo de mensurar o trabalho pioneiro responsável pela cruzada moral, ocasionando a regulação e conseqüente proibição do consumo da planta assim como a coerção do uso e do usuário da maconha, será apontado a relação do sergipano Rodrigues da Costa Dória (1959-1938), sua vida profissional, assim como sua vida política, e o seu texto “*Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício*”, mostrando a pertinência de tal produção à seara do século XX e as imagens narradas por esse médico e espraçadas pelo mundo.

A saber, Dória representou a Faculdade de Direito da Bahia, a Faculdade de Medicina da Bahia, a Sociedade de Medicina Legal, o Governo do Estado da Bahia, o Instituto Histórico Geográfico da Bahia e a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia da Bahia, apresentando durante o II Congresso Pan-Americano sediado em Washington (EUA), realizado em 1915. De tal forma, foi também apresentado certo diagnóstico e medidas de contenção para soluções do então problema social que assolava o avanço do país: o consumo da maconha.

A comunidade acadêmica fez parte de sua vida, e de maneira efetiva construiu o seu legado, estreitando relações interestaduais entre Bahia e Sergipe. Onde esse homem estava, o Estado o acompanhava. E assim, proporcionando às relações sociais de sua época um *empreendimento moral*, iniciado pela cruzada forjada em desejos individuais, amplamente divulgados e legitimados em espaços científicos. Alcançando e angariando colaboradores até a efetiva proibição da maconha com a criação da CNFE (Comissão Nacional de Fiscalização de entorpecentes) em 1936, por parte do Estado.

Dória foi um contribuinte relevante para a estabilidade da medicina no nordeste, não só pela sua paixão com a Medicina Legal, anseios políticos e vontades ideológicas, mas também pelas suas contribuições, ocupando espaços na construção de saberes e de conhecimento científico na Bahia.

Desse modo, a próxima seção será dividida em dois momentos, o primeiro compete a apresentação da vida e da inserção política de José Rodrigues da Costa Dória. E no segundo momento, será tratada a relação entre a produção pioneira acerca do consumo da maconha, comumente conhecida como diamba na referida época, e a relação da obra com a dimensão teórica do empreendimento moral presente na Sociologia do Desvio proposta por Howard Becker (2008).

2.2 VIDA E POLÍTICA: JOSÉ RODRIGUES DA COSTA DÓRIA (1857 - 1938)

Com 61 anos de profissão médica, Rodrigues da Costa Dória nasceu em 25 de julho de 1857, mais especificamente em Propriá, interior de Sergipe. Filho da dona de casa Maria da Soledade da Costa Dória e do advogado Gustavo Rodrigues da Costa Dória. Teve a infância e início da juventude semelhante ao aspecto interiorano da época, e foi influenciado pela presença paterna na formação de sua educação, lhe sendo ensinado português, francês, latim aos dez anos de idade (Cerqueira, 2021).

Aos 19 anos, foi para a Faculdade de Medicina da Bahia, matriculou-se no curso de medicina no ano de 1877, formando-se em 1882 e no final deste mesmo ano recebeu o título de Doutor em Medicina (Saad, 2019, p. 317). Após sua formação, para exercer atividade clínica e remunerada, voltou ao seu estado natal e escolheu a cidade de Laranjeiras como local para suas atividades médicas.

Permaneceu em atividade clínica entre 1883 e 1885, quando, devido a uma reforma no ensino médico, a Faculdade de Medicina da Bahia renovou o quadro docente e novas cadeiras foram concedidas. Com propósito pessoal e interesse na Medicina Legal, Rodrigues Dória viaja à Bahia para concorrer a cadeira da disciplina na então instituição. E assim, em 5 de dezembro do mesmo ano, recebe das mãos do Imperador Pedro II o aceite para lecionar na Faculdade de Medicina da Bahia (Wynne, 1959, p. 181).

A nomeação aconteceu no Rio de Janeiro, entretanto, exerceu a função de professor substituto das disciplinas de Botânica e Zoologia. Já em setembro de 1892, por conta da reforma Benjamin Constant, foi assegurada a posse dos substitutos aos cargos adjuntos. Porém, os substitutos a se tornarem adjuntos foram os aprovados preliminarmente, sendo então ocupada por Virgílio Damásio e depois por Nina Rodrigues em 1895 (Saad, 2019, p. 329). Talvez por esse motivo, Rodrigues Dória, apesar de beber da mesma visão de mundo de Nina Rodrigues, não o tenha citado em seus trabalhos.

A contribuição sergipana na produção de saberes da Faculdade de Medicina da Bahia e da Faculdade de Direito da Bahia foram destaques da vida de Rodrigues Dória durante sua

carreira intelectual. Nas palavras de Gilberto Leite (2011, p. 2) “no que toca a Faculdade de Medicina da Bahia, Sergipe ofereceu copiosa contribuição” e completa afirmando que “nenhum outro estado contribuiu tanto para o desenvolvimento da medicina baiana”, nomes como Josino Cotias, João Sabino, Guilherme Rebelo, entre outros, dos quais formados médicos pela Faculdade de Medicina da Bahia, voltaram posteriormente para lecionar na instituição e assumir cátedras.

No caso de Dória, não foi o contrário, e sua relação com o estado vizinho, que abriu espaço e recepcionou-o, foi campo de estudos, espaço amostral, e ambiente de socialização médica. Proporcionando um legado na medicina brasileira que influenciou e foi reconhecido, não só pela atividade médica, mas também por disposições políticas nos Estados da Bahia e de Sergipe.

De certo, a relação passional da qual Dória deleitou-se pela Medicina Legal, e sua ambição para atuar enquanto médico legista, lhe renderam frutos. Desta forma, mesmo não ocupando a cadeira, estava muito íntimo da disciplina e aproximava seus conhecimentos médicos para o campo jurídico, acreditando veementemente de que seria essa a única maneira de dar conta dos aspectos dos criminosos e solucionar o problema da criminalidade enquanto elementos problemáticos do país.

Assim, sua sede e ambição o levaram à Faculdade de Direito da Bahia. E, em março de 1891, aconteceu o evento de inauguração da Faculdade Direito da Bahia, que contou com a participação de Dória, contribuindo para auxiliar na recepção da nova instituição enquanto espaço científico do estado. Foi um dos responsáveis por ajudar nas instalações da FDB, e não por ordem do acaso, assumiu a cadeira de Medicina Legal do mesmo instituto.

Para Gilberto Hochman e Nísia Trindade (1996) em *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*, a simbiose entre a medicina e o direito proporcionou à época uma certa complementaridade no fortalecimento dos laços destas áreas do conhecimento, e foi colocado sob a elaboração do diagnóstico médico certa credibilidade para incorporar leis às prescrições da disciplina como modo legítimo de solucionar os males do social brasileiro.

Os autores apontam que o descaso das elites com a população, buscando na camada pobre a justificativa para a doença, abandonando-a, deixando explícito a relação de dominação através de uma disciplina que serviu para aliviar a preocupação da classe intelectual que estava preocupada em justificar as diferenças étnicas do país. Procurando alternativas a partir de uma perspectiva preconceituosa e racista. Moralizando hábitos, costumes alimentares e higiênicos, alegando evitar a degenerescência social.

Consoante, Luísa Saad (2018, p. 356) pondera que “Dória parecia ser o homem certo no momento certo: possuía conhecimento médico legal e estava inserido na cena política, precisamente na transição do século, cenário ideal para suas ideias”. E além, uma cátedra de Medicina Legal em uma instituição de direito, forneceu o movimento ideal para que através da operacionalização da disciplina, ocorresse a incorporação do direito enquanto prática científica do campo jurídico, assim, o ensino de medicina legal nas faculdades de direito tornou possível a adoção da concepção de crime como algo natural (Ferla, 2009, p. 97).

Em 1895, Rodrigues Dória foi apresentado enquanto conselheiro municipal da capital baiana, Salvador. Segundo a Lei Estadual nº4, art. 36, de 20 de outubro de 1891, os membros do Conselho Municipal poderiam agir por meio das leis, posturas, instruções e regulamentos sobre qualquer assunto ligado à administração, à economia e à política municipal (Saad, 2018, p. 265).

Importante ressaltar que a aspiração para a política estava imbricada nas relações de grupos específicos, ou seja, eram espaços de circuitos fechados, limitados a determinados atores sociais, sendo assim com o direito e a medicina. A classe da elite, por sua vez, além de integrar esses circuitos, recebeu de braços abertos os legados jurídicos e médicos, que muito contribuíram com a formação, não somente ideológica e cultural, mas também a política no primeiro quartel do século XX (Cerqueira, 2021).

Nesse sentido, Dória foi deputado federal pelo Estado de Sergipe por quatro mandatos e ocupou o espaço da presidência do referido Estado entre os anos de 1908 - 1911. Sua influência política dialogava com o partido conservador, fazendo parte da legenda legislativa e compondo o conselho regional, cuja participação foi significativa para a divulgação das propostas higienistas e de influência decisiva rumo ao desenvolvimento e construção nacional.

Foi eleito em 1934 deputado por Sergipe e compareceu à Assembleia Nacional Constituinte do mesmo ano. Em 1937 foi eleito deputado estadual, mais uma vez, assim como sua presença na Assembleia Nacional Constituinte (Leite, 2011). Entretanto, não chegou a concluir esse último mandato, pois um acidente com o bondinho não permitido, sendo arrastado em via pública e indo a óbito.

Apesar disso, durante sua jornada acadêmica e atividades profissionais deixou seu legado em trabalhos como o apresentado no II Congresso Nacional Pan-Americano sediado em Washington, nos Estados Unidos, no ano de 1915, obra de maior repercussão em sua carreira: “*Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício*”. De modo exequível, a centelha moral de início por esse texto, deu origem ao empreendimento moral coercitivo e proibicionista que até hoje se faz presente na realidade do mundo, em específico no Brasil. E assim, ensinou ao

leitor uma forma de enxergar no uso e no usuário da maconha negatividade e depreciação, imagens amplamente difundidas até hoje (Cerqueira, 2021).

2.3 A MEDICINA LEGAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA

A medicina forneceu base empírica, teórica, e instrumental para a intervenção, por parte do Estado, realizando testes com sucesso em parcelas cada vez maiores da população, sobretudo das classes subalternizadas pelo sistema social desigual entre ricos e pobres (SOUZA, 2015, p. 326). Desse modo, a incorporação do ensino da medicina legal na faculdade de direito foi um passo para a legitimidade do campo jurídico enquanto corpo científico, enquadrando o crime como natural (Saad, 2015, p. 338).

Para Foucault (2012) o sistema penal fez dos conhecimentos científicos ponte para legitimar a sua sistematização, apesar de ser prescritivo, buscou em outras fontes a base de sua verdade. Aplicando na sociedade o disciplinamento e a interdição de práticas, o século XIX foi o precursor, dando ao XX a mesma abertura. Acerca do sistema penal, o autor salienta:

Penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, se não por um discurso de verdade (Foucault, 2012, p.19).

Portanto, a classe médica utilizou do sistema para regular pessoas e seus comportamentos a partir da posição científica, portanto a mais confiável, segundo as expectativas. O coletivo formado por profissionais desta área tomou a linha de frente e foi encarregada de deliberar medidas higienistas, eugenistas, e até hoje seguem influenciando decisões por meio do Estado (Souza, 2015). Na esteira da sociologia clássica, Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 72) alertam que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”.

Para esses autores, a sociedade moderna é fundamentada por classes separadas entre dominantes e dominados. Os primeiros detêm os meios dos quais validam seus interesses, anseios e desejos, impondo sobre os últimos força moral e coercitiva. Com isso, forjando símbolos e valores que relacionam o indivíduo e o coletivo da sociedade de classes. A exploração, exclusão e visão de mundo dos dominantes prevalece sobre os dominados, posicionados estrategicamente para a manutenção do poder exercido pelos detentores dos meios de produção no sistema capitalista.

Segundo Jorge Souza (2015), a transição do século XIX para o XX foi uma marca, não só temporal, mas também paradoxal, no sentido das organizações sociais, das configurações e

comportamentos morais, influenciando decisões e políticas do Estado. Logo nas primeiras décadas, a medicina e as políticas higienistas estavam angariando espaço, fazendo valer, por meio o Estado os diagnóstico e profilaxias, assim:

A partir da década de 1930 haveria a formação de conselhos técnicos no governo, uma novidade do regime, que buscava uma racionalidade administrativa. Outro dado significativo foi a penetração das ciências médicas no interior do Estado, saindo das ligas eugênicas para ocupar diversos postos na administração pública. [...] Período fértil em projetos de controle de massa em que, na maior parte do tempo, esteve no poder central Getúlio Vargas e uma elite política que planejava operar uma profunda mudança no país sem alterar a hierarquia social. (Souza, 2015, p.254).

Principalmente, devido a escravidão ter deixado de ser o principal financiamento do Estado. O autor pondera que o remorso da elite não ficou inerte, e o interesse em formatar a recém liberdade se fez valer na prática de se fumar maconha como degenerescência, inviabilizando o movimento geral à civilização moderna. Dória, torna a derrubada da escravidão a porta de apresentação da maconha:

Em 13 de maio de 1888, por entre alegrias e festas, foi promulgada a lei que aboliu a escravidão no Brasil e integrada a nacionalidade com os libertados, tornados cidadãos; mas no país já tava inoculados vários prejuízos e males da execrável instituição, difíceis de exterminar. Dentre esses males que acompanharia a raça subjugada, e como castigo pela usurpação do que mais precioso tem o homem - sua liberdade - nos ficou o vício pernicioso e degenerativo de fumar as sumidades floridas da planta aqui denominada fumo d'Angola, maconha, e diamba, e ainda, por corrupção, liamba, ou riamba [...] Por este nome ouvi muitas vezes chamar o vegetal em Sergipe e Alagoas, nas margens do rio São Francisco. (Dória, 1986, P .21-22)

O eugenismo médico-legal brasileiro, seguiu recomendações teóricas da então recém estabelecida antropologia criminal, baseada nos estudos de Cesare Lombroso, médico italiano, apontado por defender que a causa do crime, e da criminalidade, eram predisposições ligadas a determinados indivíduos. Esses indivíduos estariam programados geneticamente pela sua diferença ao homem civilizado e branco, portanto, com traços de selvageria em sua conduta social e estrutura genética (Schwarcz, 1993). Cabendo então à medicina legal o dever de analisar esses elementos fenotípicos e justificar o motivo do comportamento dos criminosos.

Entra em cena um elemento fundamental explorado pela medicina do século XX, o vício, ou seja, o efeito crônico causado pela intoxicação de substâncias, alterando o estado de consciência e influenciando o sistema nervoso central. O consumo da maconha foi a prática delimitada como intoxicante, portanto, objeto de análise para a toxicomania. A medicina realizou pesquisas feitas em indivíduos usuários de substâncias psicoativas, colocando estes como males sociais que atrasam o avanço e a ordem. Dória ocupou a cadeira de Toxicologia

em 1885 durante sua passagem pela Faculdade de Medicina da Bahia, legitimando seus diagnósticos sobre o consumo da maconha (Cerqueira, 2021).

O Nordeste, naquela época localizado como região Norte, foi o território mais abundante para o consumo da maconha, aponta Rodrigues Dória. Juntamente com a ajuda de dois dos seus colegas de profissão, Dr. Aristides Fontes e Dr. Xavier de Monte, respectivamente em Aracaju e em Propriá, e ancorado nos laudos recebidos pelos mesmos, apresentou no II Congresso Pan-Americano, seu trabalho, alegando que “é principalmente no Norte do Brasil onde sei achar-se o vício de fumar a maconha mais espalhado, produzindo estragos individuais, e dando por vezes lugar a graves consequências criminosas” (Dória, 1986, p. 22)

As informações fornecidas pelos médicos colegas de Dória, descrevem a presença do consumo da maconha no cotidiano dos pescadores, como o caso de um relato de um homem de 43 anos, afirmando fumar a planta a mais de vinte anos, declarando que ao ir pescar fazia uso da planta para poder abrir o apetite e encorajar-se ao mar aberto. De forma não diferente, outro argumento coletado pelos seus colegas, o relato de um homem de 45 anos, afirmando ao Dr. Xavier de Monte, que o mesmo fumava para ficar alegre, afastando a indisposição à vida. Assim:

Os meus colegas e amigos Drs. Aristides Fontes, clínico em Aracaju, e Xavier do Monte, em Propriá, atendendo bondosamente as minhas solicitações, fizeram em Sergipe, nas suas respectivas cidades, inquéritos, que muito vão me ajudar na confecção desse ligeiro e desprezioso trabalho (Dória, 1986, p. 23)

O Dr. Aristides Fontes, que conversou com pescadores habituados a usar a maconha, ouviu que, quando se encontram no mar em canoas ou jangadas, fumam em grupos para se sentirem mais alegres, dispostos ao trabalho, e menos penosamente vencerem o frio e as agruras da vida do mar. Denominam assembleia a essa reunião, e começam a sessão, fumando no cachimbo Maricas, no qual puxa a sua tragada, na frase por eles empregada, para exprimir o esforço que exige o cachimbo tosco e a quantidade maior da fumaça que procuram absorver. Depois de algumas fumadas, tocados pelo efeito da maconha, tornam-se alegres, conversadores, íntimos e amáveis na palestra; uns contam histórias; tais fazem versos; outros têm alucinações agradáveis, ouvem sons melodiosos, como o canto da sereia, entidade muito em voga entre eles. Um desses, caboclo, robusto, de 43 anos de idade, fumando a erva há mais de vinte anos, sem apresentar perturbação da saúde, informou que a usava, quando se sentia triste, com falta de apetite e pouca disposição para o trabalho, principalmente à noite, quando ia para a pescaria, ficando satisfeito, disposto e podendo comer copiosamente. Dizem que faz cessar as câimbras que experimentam ao entrar na água, à noite. Ao Dr. Xavier do Monte referiu L.S., a quem conheço, homem de 45 anos de idade mais ou menos, robusto, que fumou a maconha, como experiência, sentindo-se alegre, achando graça em tudo, dando estridentes gargalhadas a todo propósito, como um louco e tinha muita fome. Comeu desmesuradamente, e após cessou o delírio, entrando em sono profundo e calmo. Dizem que o açúcar de cana faz cessarem os fenômenos da embriaguez. Alguns misturam-no com as folhas no cachimbo. (Dória, 1986, p. 27)

Entretanto, mesmo com argumentos positivos, fornecidos pelos seus colegas de profissão, Dória propôs a defender que a maconha estava habituada no cotidiano de

determinados indivíduos e reforçou a utilidade negativa da função organoléptica da planta. O problema foi relacioná-la diretamente aos subalternizados pela ordem social da época, onde pondera ser, por exemplo, “nos candomblés - festas religiosas dos africanos ou dos pretos crioulos, deles descendentes, e que lhe herdaram o costume e a fé, é empregada para produzir alucinações e excitar os movimentos das danças selvagens e barulhentas” (Dória, 1986, p. 26)

A abordagem relacionada a práticas do dia a dia desses indivíduos pode ser lida pela Sociologia do Desvio como caminho do empreendimento moral. Para o sociólogo Howard Becker (2008, p. 72), rótulos e valores não são inerentes aos desviantes, e sim impostos a estes por meio do processo de uma cruzada moral e "para explicar os passos dessa sequência, devemos nos concentrar no empreendedor, que providencia para que o movimento ocorra", a esse elemento o autor completa:

esse fato - que as cruzadas morais são em geral dominadas por aqueles situados nos níveis superiores da estrutura social - significa que eles acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem de sua posição superior na sociedade (Becker, 2008, p.80).

A obra *Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício* foi responsável por inspirar outros trabalhos como o de Francisco de Assis Iglésias [1917] (1986) de título *Sobre o vício da diamba* e posteriormente inspirando a construção da coletânea *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros (1958)* realizado pelo Serviço Nacional de Vigilância Sanitária, por meio do ministério da saúde, reunindo trabalhos de diversas áreas abordando a planta em suas mais diversas esferas. Sendo o ponto de partida a influência do consumo da mesma nos circuitos do diambistas.

A maconha, comumente chamada de diamba, foi elemento central em circuitos culturais dos quais os diambistas eram os atores centrais. Realizado a partir dos encontros esporádicos ou frequentes e que tinham como propósito a comunhão e fortalecimento de laços das relações sociais. Nesse sentido, a leitura de Rodrigues Dória a respeito do consumo da diamba reduzia o uso à herança da escravidão, nas palavras do autor:

A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe faria rever talvez as areias ardentes e os desertos sem fim de sua adorada pátria, inoculou também o mal nos que a afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstrutiva (Dória, 1986, p. 13)

Com essa citação, fica explicitamente declarado o discurso propagado pelo médico que tornou possível a formação discursiva acerca do uso e do usuário da maconha no início do século XX. Bem acolhida, amplamente divulgada nos circuitos científicos, e tão bem consolidada. Enxergando na maconha o pivô responsável pela degenerescência da raça branca, propondo incorporar as leis medidas de contenção do uso e manuseio da planta.

Parte da história do Brasil, da Proclamação da República (1889) até o início da Era Vargas (1930), a criminologia baseava-se em origens etiológicas para o crime. A escravidão foi abolida em 1888, a República proclamada em 1889, e a sua constituição, foi implantada em 1891. Mas, um ano antes de ser promulgada a lei maior, a República instaurou dois instrumentos de controle aos negros em 1890: o Código Penal e a "Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação", a fim de combater cultos de origem africana e ao uso da cannabis, utilizada em rituais do candomblé, considerado “baixo espiritismo” (Barros; Peres; 2011).

Em 1936 foi criada a CNFE (Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes) organizada pelos estados e municípios do país, a mando do Tesouro Nacional. Com intuito de fiscalizar e conter o uso dos estupefacientes identificados pela ala médica como mal a ser combatido e tinha como missão o retardamento do avanço social à modernidade. Impondo valores e regras vigentes até os dias atuais. Marcando os usuários da maconha como criminosos e fora da linha reta civilizada da qual a moral se faz válida.

Para divulgação científica dos apontamentos produzidos sobre a maconha no Brasil, o Ministério da Saúde, solicitou à CNFE a organização da obra construída utilizando de diversos saberes de diversas áreas sobre a maconha. E em 1958, assinado por Roberval Cordeiro de Farias, o prefácio da obra *Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros*, aponta que:

A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, ao publicar a presente coletânea, tem por objetivo facilitar a divulgação dos estudos sobre a maconha, oriundos de fontes brasileiras [...] felizmente foi focalizado, ainda em tempo, o vício da maconha, de modo a ser evitada entre nós a sua disseminação, não tendo o seu uso conseguido ultrapassar as classes sociais mais desprotegidas e ignorantes dos seus malefícios. Desde 1943, vêm sendo tomadas, pelo Departamento Nacional de Saúde e pelos Departamentos de Saúde dos Estados, bem como pelas Comissões Nacional e Estaduais de Fiscalização de Entorpecentes, medidas cada vez mais rigorosas, a fim de evitar o aumento do vício produzido pelo uso da maconha ou diamba [...] Isto nos traz a convicção de que o maconhismo não se tornará um problema social entre nós, se não esmorecermos nas medidas de repressão que vêm sendo exercidas e que será extinto com o mesmo êxito, como o foram as toxicomanias determinadas pela cocaína e pelo ópio e seus derivados. (Farias, 1958, n.p.)

As medidas de contenção, prevenção e repressão na descrição do prefácio da obra, denota uma “guerra” necessária para retirar da sociedade o “maconhismo” que ainda não havia “conseguido ultrapassar as classes sociais mais desprotegidas e ignorantes dos seus malefícios”.

No ano em questão, já havia sido orquestrada o empreendimento de Dória, publicizando suas ideias e intervindo com elas por meio da força policial.

Entretanto, se faz necessário apontarmos como esse discurso furou a bolha do circuito médico e adentrou o imaginário social da época, chegando às manchetes de jornais representadas por diversas narrativas que buscavam na maconha a causa do crime, da degenerescência e do atraso social. Segundo Barbosa (2022) e Dinelli (2022) a mídia da época foi a responsável pela estabilização desse discurso oriundo do seio médico. É a respeito desse argumento que exploraremos na próxima seção o discurso midiático da época e os valores encontrados para justificar a negatividade sobre o uso e o usuário da maconha.

2.4 A ESTABILIZAÇÃO DA IMAGEM CRIMINAL SOBRE A MACONHA DURANTE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO JORNALISMO BRASILEIRO

A sociologia do desvio fornece aportes para investigação das causas e consequências dos fatos sociais que determinam formas de interditar práticas coletivas e individuais na sociedade. No caso da história natural da proibição da maconha, nos fornece o modo de investigar como os fenômenos vão sendo revestidos de significados diferentes ao longo da história (BARBOSA, 2022). A sociologia explica quais fatores determinaram essa mudança.

O empreendimento moral, também tem regras. Uma cruzada bem-sucedida tem como possíveis consequências não somente a criação de um novo conjunto de conhecimentos, valores e crenças sobre determinado fenômeno, e de correlatas regras, mas a criação de novas agências, que institucionalizam o empreendimento e, finalmente, permitem a imposição de condutas por meio da coerção de uma força policial.

A criação e difusão da CNFE (Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes) como órgão regulador de práticas, políticas de prevenção e repressão ao uso e usuário da maconha foi a força policial responsável por disciplinar coercitivamente esses sujeitos. O jornalismo, por sua vez, replicou o discurso médico deletério, publicizando-o, e posteriormente aderiu à narrativa policial como principal fonte de informação sobre o vício pernicioso que assolava os problemas sociais do país e era causado pelos efeitos nefastos da planta.

O processo migratório do farmacológico, medicinal e cultural para a esfera criminal, além de ter sido orquestrado pelos movimentos da medicina legal, e em específico o discurso de Rodrigues Dória, foi amplamente difundido e disseminado pelo jornalismo do início do século XX. Com isso, poderemos notar como o meio de comunicação de determinado momento

da história fornece dados para acessarmos os contextos sócio-históricos da abordagem midiática sobre a relação do crime com a maconha.

O crime foi epicentro dessa abordagem, assim como a adjetivação dos usuários de modo depreciativo, inculcando no consumo da maconha o pivô do problema. Para controlar hábitos de determinadas populações, o empreendimento de Rodrigues Dória contou com o jornal da época para endossar e fortalecer as imagens do usuário da maconha. Estabilizando, portanto, o discurso higienista sanitarista médico, estruturado por um conjunto de estratégias profiláticas (Barbosa, 2022).

Desse modo, segundo Ivan Barbosa (2022) a maconha enquanto elemento do crime, foi recebida pelo discurso jornalístico como alvo combatido pelo corpo policial, e de tal modo que é perceptível a transição de declarações médicas para as policiais. Conjecturando a pobreza e a incivilidade como justificativa para os delitos cometidos pelos então “maconheiros”.

As primeiras ações do estado começam a ganhar materialidade em 1940, as fontes referentes aos dados expostos aqui são das coletas realizadas nos Jornais Folha da Manhã (SP), Folha da Noite (SP) e Folha de São Paulo, limitados ao período entre 1930 - 1950. Segundo Ivan Barbosa (2022) e Luciana Dinelli (2022), é nesse momento em que a pulverização das imagens relacionadas à dimensão criminal do uso e do usuário da maconha começam a ganhar regularidade no Jornal de São Paulo.

Os registros que teremos como fonte e referências serão datados das décadas citadas anteriormente, entretanto, não pudemos aprofundar sobre as manchetes da segunda metade do século XX. Portanto, teremos um hiato na demonstração das imagens estabelecidas pelo jornalismo. Todavia, a dimensão criminal, ilícita e de perigo à sociedade, se mantém sólida até hoje, representada pelo jornalismo. O jornal televisivo é um exemplo desse movimento, que diariamente são filmadas e reproduzidas apreensões de drogas onde a maconha é citada como um dos materiais apreendidos pela polícia.

Assim, a primeira informação que temos sobre a restrição do uso da maconha aparece em 1931, especificamente no mês de abril, no dia 11. Remetendo à Secretaria de Serviços Sanitários do Estado de São Paulo, através do secretário Joaquim Rabello Teixeira, informava sobre a proibição consoante a lei 2.121 de 1925, afirmando que era vetada às “drogarias venderem especialidades farmacêuticas ou fórmulas aprovadas tendo por base o ópio, a coca e a cannabis indica e os seus derivados” (Editaes, 1930 *apud* Barbosa, 2022, p. 297)

Dessa forma, era notificada à sociedade de que as determinadas substâncias estariam passando pelo crivo de reprovação dos órgãos competentes. O jornal, meio de comunicação da época, de maior valor e relevância, tem por característica a dimensão unilateral, e, portanto, não

é uma via de mão dupla. As mensagens são dadas aos leitores que as recebem de modo passivo, uma relação emissor-receptor. Byung-Chul Han (2018), filósofo contemporâneo, relaciona a posição dos jornais como um anfiteatro, centralizando as informações, restando aos demais espectadores a contemplação do que lhes é exposto.

Conforme Luísa Saad (2019, p. 10) “a medida que o assunto se consolidou nos meios acadêmicos, as páginas dos jornais diários começaram a alertar a população para a ameaça que a planta representava”, e com a posição semelhante ao anfiteatro, as informações foram centralizadas em torno do crime como elemento coadjuvante da maconha e do seu consumo. A guerra contra a planta começa a ascender nas páginas de jornais e sua primeira aparição surge em 11 de junho de 1931, com a reportagem nomeada “A guerra aos fumadores de maconha”, descrevendo sobre a maconha as seguintes afirmações:

A maconha, um entorpecente cujos efeitos podem comparar-se sob certos aspectos ao do ópio, foi sempre usada em alguns estados do Nordeste, inclusive em Alagoas. Esse uso é muito antigo, parecendo que foi herdado dos silvícolas pelos primeiros colonizadores. Na classe popular, os fumadores de maconha são numerosos. O abuso da droga produz alucinações e paraísos artificiais, o ópio e os efeitos sobre a saúde são deploráveis. Agora, a polícia alagoana está empenhada em uma séria campanha contra os fumadores de maconha, que é um produto da flora do Nordeste, abundante em algumas regiões (Guerra, 1931, n.p. *apud* Barbosa, 2022, p. 297).

A descrição da maconha, assim como seu local de maior germinação, é relatada pelo jornal. As características atribuídas à planta buscam aspectos no ópio para semelhança e, além disso, sua origem é intrinsecamente relacionada ao Nordeste, em específico Alagoas. Os usuários são descritos enquanto pertencentes da classe popular e seus efeitos são alucinógenos, caracterizados como deploráveis à saúde. Então, temos a imagem negativa amarrada às descrições geográficas, de classe e efeitos deletérios. Fica claro, portanto, que o alvo da fiscalização policial seria o pobre e o cenário espacial seria o nordeste.

Edward MacRae (2015) aponta que a imprensa teve um papel fundamental no impacto do proibicionismo na vida das pessoas das classes pobres e trabalhadores do século XX. Jorge Souza (2016, p. 6) complementa atestando que a noção de maconheiro foi associada aos indivíduos da Bahia e demais regiões do Nordeste, o pesquisador afirma que os “personagens sociais identificados entre as populações nortistas pobres, [...] seriam, em sua maioria, negros e pardos, acusados de serem os maiores responsáveis pela propagação do vício” e mais, que “nesse cenário foram diversos os grupos de pobres urbanos associados à maconha pela imprensa e autoridades públicas”.

O jornalismo foi o canal de comunicação a tratar da maconha de modo generalizado, utilizando do seu espaço midiático para estabilizar as leituras realizadas pelo empreendimento

moral forjado por Rodrigues Dória. O fomento realizado pela ala jornalística desenhou, no imaginário da época, as justificativas que teciam a imagem da maconha.

O ponto de partida dessa cruzada no âmbito da imprensa, conforme instrui os alcances de nossos registros, limitados ao acervo digital dos jornais Folha da Noite (SP), Folha da Manhã (SP) e Folha de S. Paulo, é a década de 1940. Momento em que a imprensa começa a pulverizar com uma maior regularidade notícias e manchetes relacionadas às dimensões criminais dos usos e usuários da maconha. (Barbosa, 2022, p. 296)

Dessa forma, as reportagens foram ampliando espaço sobre a planta. No primeiro momento, a restrição, em seguida teremos as medidas de repressão e prevenção contra o uso e usuário da maconha. E quando estabilizadas as imagens, a maconha permanece utilizada como pilar criminal para realizar a manutenção constante dessa cruzada.

Os jornais do Sudeste do país reforçaram as acusações referidas aos maconheiros, por meio da apreensão policial. Portanto, a terceira etapa do empreendimento moral foi realizada, não somente pelo seu poder moralizador, mas também pela publicização do policiamento das práticas interditas e disciplinadas em decorrência do empreendimento moral forjado sobre o consumo da maconha por parte da sociedade.

Assim como o anfiteatro é palco para roteiros onde cada cena representa um momento preenchido com contextos e justificativas, o jornal toma, no primeiro momento, o amparo da apresentação do consumo. Ressalta o empenho da polícia alagoana contra o hábito vicioso de se fumar as sumidades floridas da planta. Já acerca da desenvoltura do Estado, em novembro de 1943, no dia 20 de novembro, a Folha da Manhã informa:

Viajando no avião da “Panair Brasil”, chegou hoje de Maceió, o sr. Roberval Cordeiro de Farias, diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e presidente da Comissão Nacional Fiscalização de Entorpecentes. O sr. Cordeiro de Farias, que esteve também em Aracaju e Salvador, foi ao nordeste a fim de tratar a adoção de medidas repressivas à plantação de maconha, cujo comércio clandestino tem aumentado em grande proporção (Viajantes, 1943, n.p.).

De cunho informativo, o Jornal da Manhã destaca as ações do presidente da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes e seu trânsito entre algumas capitais do país, em específicas 3 capitais do Nordeste, alegando que o comércio clandestino da maconha estava tomando grandes proporções. Já no Jornal da Noite, utilizando de uma linguagem mais voltada ao pânico social, destaca os narcóticos e os narcotizadores como estrategistas do crime, com direito a enredo de filme de ação, assim:

Narcotizadores estão operando em Niterói e S. Gonçalo, levando pânico às famílias residentes nos arredores de ambas as cidades [...] aproveitando-se de uma janela aberta, os ladrões atiraram para o interior da casa um molho de ervas em combustão. Em poucos instantes a fumarada fez com que as pessoas adormecessem pesadamente

[...] em seguida, de máscaras, os assaltantes fizeram uma limpeza (Ladrões, 1947, n.p. *apud* Barbosa, 2022, p. 298).

Mencionando os municípios Niterói e S. Gonçalo, no Rio de Janeiro, no dia 17 de março, o jornal descreve a cena da qual a maconha é utilizada enquanto bomba sonora pelos invasores, causando pânico e insegurança social. Fazendo valer do momento de vulnerabilidade para realizar assaltos e furtos às residências de ambos os municípios. Já durante o dia, o Jornal da Manhã (SP), no dia 23 de abril de 1947 continua monitorando as ações fiscalizadoras acerca das medidas de prevenção e repressão, apontando os “primeiros frutos da campanha policial contra viciados”, título da manchete descrita abaixo:

A delegacia de costumes, conforme noticiamos há dias, iniciou uma severa campanha contra todos os viciados e vendedores de tóxicos, concentrando suas atenções no comércio clandestino da maconha, esta terrível droga que, transformada em inocentes cigarros, provoca a morte dos fumantes (Primeiros, 1947, n.p. *apud* Barbosa, 2022, p. 298).

Aqui já notamos a menção às consequências deletérias das funções fatais da planta, que ao “transformada em inocentes cigarros, provoca a morte dos fumantes”. O limiar entre maconha, a vida e o crime, estabelece o circuito e status depreciativo que a circunscreve dentro das manchetes jornalísticas. Em 12 de maio de 1947, a Folha da Noite (SP) reporta em destaque à diamba que é causadora de diversos sintomas:

Os mortíferos cigarros entram pelo porto de Santos e são vendidos a dez cruzeiros cada um. Na gíria dos viciados, são conhecidos como “fininho” e “baseado”. As maiores plantações estão no sertão de Alagoas. No Nordeste, fumam obedecendo a um bizarro ritual. E, muita gente anda por aí baratinado pelo tóxico terrível. Dois médicos abalizados, dos doutores Pernambucano Filho e Adauto Botelho, já escreveram, a respeito da maconha, as seguintes e impressionantes observações que merecem a maior divulgação para que todos se acautelem contra o vício que anda espalhado pela cidade. Os efeitos da diamba são o seguinte: tomadas as primeiras baforadas, o indivíduo apresenta os olhos vermelhos, os músculos da face contraídos, dando a expressão estranha ao rosto. A embriaguez vem logo, com o delírio a princípio agradável, e vai aumentando depois, até uma grande agitação que toma formas diversas conforme o temperamento do indivíduo. Uns ficam em completa prostração, outros cantam, gritam, correm, tornam-se agressivos e perigosos (Mais, 1947, n.p. *apud* Barbosa, 2022, p. 299).

A descrição parte do contato com a literatura sobre os diambistas, pertencente ao discurso médico, reforçado pela manchete tendenciosa. Do espacial ao comportamental, é apontada como vício. A sistematização da abordagem da maconha passa a ser rotineira e, para além dos maconheiros cometendo delitos penais, o jornal mostrou como estava sendo a posição das autoridades competentes com relação ao tema.

A aproximação com a década de 1950 indicam que o jornal participou efetivamente “no processo de espriar para o imaginário social essa escala de valores que alçou e associou a

maconha a uma dimensão criminal e toxicológica” (Barbosa, 2022, p. 302). Estrategicamente alocada no processo de estabilização das imagens depreciativas sobre o consumo da maconha, os anos posteriores às manchetes mencionadas adjetivam o sujeito maconheiro fazendo valer a imagem do traficante e viciado como elemento criminoso.

Nesse sentido, Luciana Dinelli (2022) explora manchetes que embasam essas afirmações acerca da maconha. Demonstrando a transição da narrativa médica recebida pelo jornal e a chegada da representação policial, descrevendo como as abordagens acontecem, quais elementos estavam envolvidos, nome dos detidos, resumo da ficha policial e material apreendido.

Imagem 9: Notícia de 1955



Fonte: (Dinelli, 2022, p.63)

SAIU DA CADEIA E RAPTOU A MOÇA QUE O DENUNCIARA - O maconheiro Joaquim Pereira da Rocha, 23 anos, mais conhecido no meio frequentado por toxicômanos como "Quinzinho", raptou ontem à tarde a jovem Isabel Sedano, 17 anos, depois de ameaçá-la de morte e intimidação também feita à mãe da moça, Carmen Muniz Sedano, residente na rua Onze s.n. na Vila Rica, Cachoeirinha. Como se sabe, esse criminoso dia 4 último foi preso em flagrante em sua residência na Alameda Barão de Limeira, 603, apto. 5, onde se encontrou uma mala de viagem com cerca de quinhentos "pacaus" de maconha. Ainda, não se sabe porque motivo foi quebrado o flagrante e no dia seguinte o perigoso delinquente que "profetizara" sua liberdade da Delegacia de Costumes para horas mais tarde conseguiu efetivamente transformar em realidade as palavras.

DENUNCIADO - Ontem à tarde, afim de comunicar à polícia o fato, compareceu à presença do delegado Geraldo Cardoso de Melo a sra. Carmem Muniz Sedano, ocasião em que apuramos alguns aspectos do caso que redundou no flagrante.

Afirmou ela que, positivamente a mala com os “pacaus” pertencia a “Quinzinho”, porém para escapar alegou que toda maconha era de Manoel da Costa, um inquilino seu. Sabe-se por outro lado, que a denúncia contra o criminoso partiu de Isabel Sedano, que amante que era de “Quinzinho”, não suportava mais a vida em comum com o maconheiro pois além de espancá-la explorava-a, fato que confirmado pela mãe da moça. E para desvencilhar-se do criminoso encontrou como solução a denúncia, que resultou no flagrante.

RAPTADA NO CARRO DE PRAÇA - No dia seguinte já em liberdade novamente, o toxicômano como primeira providência, tratou de procurar a amante, que, porém não o queria mais, motivo por qual passou a residir em companhia da genitora, em Cachoeirinha. As ameaças desde então sucederam-se, até que anteontem, cerca das 17 horas, o marginal, acompanhado de quatro indivíduos, foi em carro de praça, à casa da moça. Foi ele informado pela genitora que a jovem que havia ido até uma farmácia, nas proximidades. Ainda nessa ocasião “Quinzinho” voltou a formular ameaças de morte contra a mulher. O táxi rumou em direção da farmácia. E, desde então, a moça não mais foi vista. O rapto se consumou.

GARANTIA DE VIDA - Diante disso, a sra. Carmem Muniz Sedano resolveu apresentar queixa ao titular da Delegacia de Costumes, que abriu inquérito sobre rufianismo e rapto. Paralelamente, a Delegacia de Segurança Pessoal coube compensar àquela senhora garantia de vida tendo em vista as ameaças feitas. Agora, também a 64ª Delegacia de Vigilância e Captura está empenhada na localização da moça, bem como na captura do maconheiro. A Delegacia de Costumes, por seu turno, está igualmente devolvendo (...) nesse sentido. (Dinelli, 2022, p. 63)

De maconheiro à cafetão, Joaquim da Rocha, o “Quinzinho”, sujeito dessa história policial, foi denunciado por agir de modo criminoso e raptar Isabel, a pessoa com quem se relacionava. O enredo, digno de novela, nos mostra como o crime, as façanhas entre indivíduos e a maconha estavam intrinsecamente conectados. Independente de seus erros criminais, lesando o outro, suas características eram descritas sempre próximas à adjetivos relacionados à maconha, como “maconheiro” no primeiro momento, depois “toxicômano” e então criminoso.

A forma lexical da qual o jornal apropria e dissemina as palavras, descreve o sujeito e narra a história, apontando ações, características e até sentimentos envolvidos na trama. O problema não era somente o rapto da jovem ou o rufianismo cometido contra Isabel e sua mãe, a sra. Carmen Sedano, mas o envolvimento com a mala cheia de “pacaus” de maconha e a relação amorosa com o toxicômano. De qualquer forma, a maconha foi o epicentro do enredo relatado pelo jornal, que por último se preocupou em notificar acerca das autoridades em busca da jovem e de cuidados de segurança com a sua mãe.

Já em maio do mesmo ano, o Jornal Folha da Manhã, destaca o depoimento do delegado Raimundo de Menezes, afirmando, sobre uma tentativa de assalto, que “acredita que todos os participantes sejam maconheiros, pois só assim se explica a fúria com que agiram, atirando em vítimas completamente indefesas, quando não as esfaqueando” (Maconha, 1955, n.p. *apud* Barbosa, 2022, p. 301). Vemos que a denotação da polícia endossa a publicidade já realizada

pelos jornais da época acerca do usuário da maconha e o crime como resultado principal do maconheiro.

As pesquisas de Ivan Barbosa (2022) e Luciana Dinelli (2022) registram o momento sócio-histórico em que a maconha é elemento principal das manchetes dos jornais matinais e noturnos, mensalmente é possível encontrar notícias que relatam o efeito deletério do consumo da planta, ocasionando o crime. Para esses autores, a partir de 50 se dá uma estabilização das imagens do uso e do usuário da maconha na primeira metade do século XX.

A próxima manchete que teremos contato vai narrar o contato de duas gerações discutindo sobre drogas. Os personagens que ilustram essa reportagem são Allen Ginsberg e seu pai Louis Ginsberg, ambos poetas, norte-americanos e, na época, o evento se passou em Miami, no estado da Flórida. Abaixo, teremos o conflito geracional entre pai e filho, dentro de um templo israelita acerca de afirmações sobre o consumo das drogas.

2 GERAÇÕES QUE JULGAM AS DROGAS - MIAMI, Flórida (AFP) – O poeta Allen Ginsberg, de 45 anos de idade, e seu pai, Louis, de 71, tiveram um breve encontro de gerações sobre o problema das drogas. “Legalizem a maconha”, disse Allen diante de mil pessoas no templo israelita. “Que vergonha, Allen” interrompeu seu pai. O Ginsberg, mais jovem, barbudo, cabeludo, e de aspecto miserável, tinha oferecido um recital de sua poesia enquanto seu pai ouvia-o impassível entre a assistência. Mas, quando o poeta beatnik começou a discutir a questão das drogas, o pai mostrou interesse. Depois de ter ouvido alguns comentários mais pro pot (pró-legalização das drogas) o velho Ginsberg não aguentou mais e avançou para o filho, dizendo: “que vergonha, Allen. Eras o guri da geração das flores e lhes fala que fumem maconha e tomem LSD, sabendo que isso criará problemas entre eles e a Polícia. Estás dando mau exemplo, Allen”. O filho se mexeu na cadeira, levantando as mãos como em um pedido que seu pai o ouvisse. “Vocês sabem o quanto meu filho se põe a dizer coisas como essas, é quando nos separamos. Não posso condenar o uso de drogas, mas não quero que os jovens se vejam em problemas com a Polícia”. Disse o pai. “Posso me embriagar com a contemplação do arrojo que desce de uma montanha ao redor dos campos”, falou o velho Ginsberg enquanto voltava a sentar-se, mas separando sua cadeira da de onde se encontrava o filho. Os dois Ginsberg permaneceram sentados imóveis durante o tempo longe um do outro. Depois se beijaram e a congregação se prorrompeu em aplausos. (Dinelli, 2022, p. 71)

A posição liberalista de Allen, claramente incomodou seu pai, que, primeiro, justificou a vergonha do seu filho ter se posicionado a favor do uso livre de substâncias ilícitas. Em seguida, fica claro que a sua preocupação envolve a polícia. Alegando não condenar o uso entre os jovens, mas que a fala do seu filho acarretaria em possíveis problemas policiais. O curioso, é que de forma lúcida, Louis afirma que pode se embriagar com a coragem de quem desce uma montanha. O problema era a não legalização e a polícia, então.

Mesmo assim, o jornal fez questão de descrever o jovem, Allen Ginsberg, como “barbudo, cabeludo, e de aspecto miserável”. Claramente, o jornalismo brasileiro ficara muito combativo com a maconha e/ou a pauta das drogas. Mesmo no período de 1969, quando nos

Estados Unidos, estava acontecendo o movimento hippie e um debate mais amplo acerca do consumo da maconha e da vida em sociedade, o jornalismo fez questão de atrelar a imagem do jovem poeta a adjetivações negativas, tal qual fazia com os maconheiros apreendidos pela polícia.

Os valores da época em questão, ao menos no que atinge as reportagens jornalísticas com relação à maconha, apontam a figura do traficante, do viciado e do crime, como um processo retroalimentar, repetitivo, de cunho fortalecedor para o empreendimento disciplinador e de cunho interventor. Assim, associando a maconha à dimensão criminal e toxicológica, demonstrando o processo multifacetado do empreendimento moral, que não se encontrou somente no discurso médico, mas foi amplamente divulgado e reforçado pela imprensa, responsável pela formação da opinião pública.

Então, podemos analisar nesses produtos da imprensa a formação sócio-histórica discursiva desse canal de comunicação na época referida. Compreendendo a relação de poder que se fez presente de maneira unilateral na transmissão de informações. Portanto, revigorando o imaginário social a cada manchete com imagens sobre o estilo de criminoso que se encontrava perseguido pelo corpo policial. O jornal foi, e é, um canal de comunicação presente na realidade do brasileiro, contribuindo na comunicação da época, na medida em que é unilateral e transmissor ativo das informações (Han, 2018).

Nesta seção, analisamos manchetes encontradas nos jornais Folha da Manhã, Folha da Noite e Folha de São Paulo. Percebemos as diferenças nas manchetes, das quais as mais violentas e causadoras do pânico social estavam na Folha da Noite e as regulatórias e informativas na Folha da Manhã. De qualquer modo, a imagem estabelecida por esses canais de informações teve em comum o cunho depreciativo da maconha e inculcou na mesma o fator do crime.

Portanto, o empreendimento moral orquestrado por Rodrigues Dória e posteriormente a criação da CNFE (Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes) preencheram o jornalismo com uma leitura acerca dos sujeitos maconheiros, e pior, constantemente ligando o uso da planta ao crime. Ou seja, eram maconheiros e criminosos por serem maconheiros. Entendemos, então, que havia nessa formação discursiva um fator transformador que era dado a maconha. Bastava ser maconheiro, que era criminoso, e o crime estava presente no mesmo circuito que o da maconha.

Dos dois um, era maconheiro e criminoso ou criminoso e maconheiro. As duas imagens estão indissociáveis, ao menos pelas matérias que aqui analisamos e discutimos sobre. O sujeito criminoso, ou o sujeito maconheiro, era tido como fora da lei, desviante, e, portanto, sua vida

pessoal não precisava ser resguardada. Muito pelo contrário, era preciso explicar detalhes como nome, profissão, afazeres, quaisquer elementos que só contribuíram para a crença de que o pobre estava envolvido com a maconha, e pior, envolvido com o crime.

Essas imagens muito contribuíram para que o pânico social estivesse constantemente em alerta, negociando com o perigo, o medo, a repressão e a prevenção acerca do consumo da maconha e dos crimes que a cercavam. Um erro visível, que pertencia a determinados indivíduos e esses estavam constantemente sob o olhar vigilante da polícia. A coerção moral, física e a publicidade de determinadas ideias, conjecturam o empreendimento moral bem sucedido por Rodrigues Dória, resultando em regras penais e estereótipos específicos.

Ademais, é importante observarmos como tem se dado a recepção do tema sobre o consumo da maconha. O objetivo dessa pesquisa é demonstrar a dimensão discursiva da qual as associações de cannabis medicinal validam suas atividades e os ideais de suas práticas por meio da plataforma Instagram. Porém, antes de adentrarmos no objeto e vermos os dados coletados, teremos na próxima seção, uma breve discussão a partir de trabalhos que apontam acerca do tema da maconha na televisão, em específico nos programas matinais de entretenimento.

2.5 OS PROGRAMAS MATINAIS DOS ESTÚDIOS GLOBO, REDE RECORD E O CONSUMO DO CANABIDIOL

Acompanhando o aperfeiçoamento tecnológico, do qual foi migrando do papel impresso, à rádio, posteriormente à televisão e atualmente a internet, o jornalismo ainda exerce sobre a sociedade um peso de credibilidade, ocupando as diversas esferas comunicativas da vida cotidiana. Sendo então uma profissão que está no processo de transmissão de informação e ainda é uma fonte recebida como confiável para tratar de assuntos do dia a dia pela sociedade.

As mídias tradicionais como rádio, televisão, jornal e revista, são exemplos de como o consumo de informações influencia os discursos, quando, além de ocuparem diariamente horas do dia de uma pessoa, consegue educar, e de certa maneira, convencer, replicando em longa escala determinados modos de se comportar em uma situação ou discutir um determinado tema que envolve diversos atores, do social ao institucional. Ajudando a formar opiniões e construir significados na mente das pessoas.

Nesse sentido, Nestor Garcia Canclini (1997), pensando no vínculo entre instituições e sociedade, aponta que as tecnologias audiovisuais apontam como as tecnologias de comunicação orquestram, também, o modo de informar o cidadão sobre a realidade do seu país.

E além, esse canal de comunicação incentivou os indivíduos a ocuparem a televisão para reivindicarem direitos.

O autor salienta que a forma da sociedade praticar o consumo por meio do audiovisual estaria ligada justamente a um deslocamento contra o movimento emissor-receptor, ou seja, utiliza-se dos canais audiovisuais para manifestar a insatisfação da época entre instituição-indivíduos, contestando burocracias entre setores da sociedade, assim:

O crescimento vertiginoso das tecnologias audiovisuais de comunicação [...] tornou patente como vinha mudando desde o século passado o desenvolvimento público e o exercício da cidadania. Mas estes meios eletrônicos que fizeram irromper as massas populares na esfera pública foram deslocando o desempenho da cidadania em direção às práticas de consumo. Foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer os direitos. Desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre ao rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviço, justiça, reparação ou simples atenção. (Canclini, 1997, p. 26)

Para o autor, o consumo das tecnologias de comunicação e informação configuram maneiras de reivindicações entre os indivíduos e a sociedade, assim como a noção de pertencimento e exercício dos seus direitos. Desta forma, mudanças que compõem não só o imaginário social, no sentido de forjar símbolos e valores reconhecidos e repercutidos, mas também que interferem nas causas políticas implicadas no cenário cultural.

Ainda consoante ao autor, tais aparições e transmissão de informação são divergentes dos modelos passados, que envolviam autoridade estatal como condutores e influenciadores diretos do comportamento, assim, “em outros tempos o estado dava um enquadramento (ainda que fosse injusto e ilimitado) a essa variedade de participações na vida pública” (Canclini, 1997, p. 24).

Acerca da maconha, ocupando espaço midiático televisivo, Monique Oliveira (2016) aponta o caso de Anny Fischer. Na situação, é revelador o papel da mídia em levantar o perfil do sujeito, principalmente a partir do documentário *Ilegal* (2014) revelado no *Fantástico*, produzido por Tarso Araújo e Raphael Erichsen, que mostra a rotina e a dor do tratamento de Anny. Fischer, então com quatro anos, e sua família brigaram pela liberação de canabidiol importado indo de encontro a burocracias por meio da Anvisa para conseguir as importações (Oliveira, 2016)

A criança tem uma síndrome rara caracterizada por convulsões frequentes e violentas, a epilepsia. Após o uso do CBD, as crises diárias diminuíram bastante, melhorando a qualidade de vida da menina e de sua família. Anny se tornou uma inspiração para várias outras famílias que passam por dificuldades e situações semelhantes. Em abril de 2014, os pais de Anny

obtiveram autorização de importação do medicamento pela Anvisa, demonstrando o papel de mediação cultural da mídia na formação da opinião pública na sociedade brasileira (Rodrigues *et al*, 2021).

Para Ana Rodrigues *et al* (2021), tanto a recepção do tema por programas televisivos, quanto a substituição da nomenclatura foi gradativamente sendo substituída em programas matinais analisados em sua pesquisa. Com foco na análise do conteúdo de três programas, dois do Estúdios Globo de Televisão e um da Rede Record, coletou informações no período de 2014-2018. Utilizando o aporte teórico de Bardin (1998) sobre coleta, separação e análise de dados. Mostrando a mudança significativa na lexicografia dos programas após a importação realizada pela família Fischer.

Focando na estrutura lexical dos programas matinais *Encontro com Fátima*, *Bem-estar e Hoje em dia*, notou-se que no primeiro momento, a abordagem no que tange a escolha da apresentação do tema nos programas durante o processo de liberação da importação estava voltada as palavras-chave como “canabidiol” e “derivado da maconha”. Após a liberação, que só acontece em Janeiro de 2015 há uma mudança na apresentação do tema. No segundo momento, foi observada a presença das fontes para as entrevistas nos programas, se no primeiro momento a família era a referência, apelando para o acesso ao óleo de CBD, com o passar do tempo são substituídas por médicos e neurocientistas (Rodrigues *et al*, 2021). Assim, os autores ponderam que:

(1) O termo Canabidiol é um conceito chave antes e depois da liberação da importação pela Anvisa, que aparece como principal vocábulo nos programas da Globo, mas no programa da Record ocupa a segunda posição em 2014 e a terceira em 2015; (2) a palavra “maconha” só aparece como conceito-chave antes da liberação, tanto na Record quanto na Globo, uma hipótese poderia ser construída no sentido de que o processo de alcançar o público passa, primeiro, pela vinculação do canabidiol a maconha e, em seguida, a sua desvinculação. Se num primeiro momento é fundamental para o processo de mediação explicitar que o canabidiol é derivado da maconha, em seguida essa informação perde importância, e os aspectos medicinais ganham preponderância relativa.; (3) os vocábulos que fazem menção ao canabidiol ocupam lugar de destaque entre os conceitos-chave, se repetindo em ambas as emissoras como é o caso de “medicamento” e “remédio”, por outro lado, a incidência do termo “substância” só se faz significativa na Globo, enquanto “tratamento” se destaca na Record; e (4) os personagens em destaque são a Justiça e o Estado na Record, enquanto a Globo enfatiza a Família, a Anvisa e o Conselho Federal de Medicina. (Rodrigues *et al*, 2021, p. 6)

Conforme Canclini (1997) o audiovisual proporcionou uma certa mudança na forma com que as pessoas manifestam seus interesses e reivindicam seus direitos. A família Fischer, ao expor sua relação com a substância extraída da maconha, provocou uma mudança no cenário social, abrindo espaço para que programas usassem o tema da maconha como medicamento

para tratamentos diversos. E então o cenário com relação a planta, corriqueiramente associada ao uso ilícito, começa a ser percebida também a partir da ótica medicinal.

As palavras utilizadas pelos programas, antes, durante e depois, da liberação da Anvisa para importação do extrato CBD, assim como a presença da família, da própria Anvisa e do Conselho Federal de Medicina, foram importantes para que fortalecesse a necessidade do uso do óleo para pessoas neurodivergentes, como no caso de Anny com epilepsia. A introdução de palavras como "medicamento", "remédio" e o desuso do nome maconha com relação ao CBD são consequências desse movimento (Rodrigues *et al*, 2021)

Retornando a Foucault (2012), acerca do controle do discurso, é dito que três elementos contribuem para esse controle ser estável, os poderes que pertencem ao discurso, os acasos de sua aparição e as condições de seu funcionamento. No caso supracitado, temos a família, no primeiro momento, tomando a frente e apontando a necessidade da substância para o tratamento da Anny Fischer. Em seguida, a relação medicinal do uso da substância extraída da maconha e o que pode ser feito por meio da utilização do óleo.

A formação discursiva em torno do uso do CBD de modo medicamentoso para tratamentos de saúde é espalhada pelos programas de modo sutil, como aponta Rodrigues *et al* (2021), os trechos a seguir, ilustram a aparição do nome e a forma com que foi sendo informado pelos programas verificando “o processo de ressignificação da substância” (idem):

O canabidiol é uma substância proibida, simplesmente por ser uma substância derivada da maconha. (Encontro, 14 de abril de 2014).

O Canabidiol é um dos 80 princípios ativos presentes na maconha (Hoje em Dia, 13 de outubro de 2014).

O canabidiol é uma das 60 substâncias da planta Cannabis sativa, que tem ação sobre o cérebro. Dessas 60, as duas principais são o Canabidiol (CBD) e o THC. O THC pode desencadear uma esquizofrenia. O Canabidiol pode tratar surto psicótico e controlar as crises de epilepsia [...] (Bem Estar, 15 de janeiro de 2015 *apud* Rodrigues *et al*, p. 7).

Assim, podemos observar a progressão com que o tema foi sendo apresentado de acordo com o tempo. A informação sobre as substâncias, as características e os usos do extrato. Sendo assim, o canabidiol se destaca e toma a representação vinculada à maconha. Nesse sentido, as associações de cannabis medicinal utilizam o mesmo vínculo com o canabidiol para poder espalhar suas atividades, ideias e fornecer o óleo aos associados.

Vimos como o tema foi recebido pelo jornalismo do século XX, e posteriormente como o audiovisual, em específico os programas matinais de entretenimento, receberam o tema e publicizaram seus usos medicamentosos. A história de vida da garota Anny Fischer deu

precedentes para organizações coletivas começarem a se reunir em busca do mesmo resultado: o acesso ao óleo CBD.

Em seguida, trataremos de discutir alguns meandros que acentuam o consumo da maconha na atualidade, por meio das associações de cannabis medicinal. Discutiremos o consumo, como a sociologia infere sobre esse comportamento humano, suas causas, provocações e como a plataforma digital é um instrumento auxiliar no espraiamento do discurso positivo sobre insumos de uma planta estereotipada, que hoje é vista como potencial medicamentoso, mas não sendo restrita somente a essa modalidade de uso.

CAPÍTULO 3: **AS ASSOCIAÇÕES DE CANNABIS NO INSTAGRAM E O DISCURSO POSITIVO SOBRE A MACONHA**

*A maconha está para a medicina do século XXI
como o antibiótico esteve para a do século XIX*

Sidarta Ribeiro

Segundo Sidarta Ribeiro (2020, p. 83), na obra *Limiar: Ciência e Vida Contemporânea*, o autor se preocupa em explorar determinados temas que envolvem o fazer científico, a percepção analítica em constante relação com o mundo externo, o passado e as projeções para o futuro. Uma das seções é dedicada às drogas, o autor então afirma:

não sabemos ao certo em que momento nossos ancestrais começaram a ingerir drogas, mas é seguro afirmar que o uso religioso, terapêutico ou recreativos de substâncias extraídas da natureza constitui um comportamento fundante da experiência humana

Nesse sentido, o autor pontua como experimento global da proibição das drogas, tem seu ponto de partida em 1924, na II Conferência Internacional do Ópio, realizada em Genebra, pelas Ligas das Nações. Ressaltando a presença paternalista e proibicionista do Brasil, delegação que alegou acerca do uso da maconha ser pior que o ópio. E assim, para o autor “prosperou desde então, uma noção muito hipócrita de um mundo livre de drogas, exceto álcool, tabaco e tudo mais que se compra nas farmácias e supermercados” (idem).

A ocasião denota a participação do Estado em acordos internacionais, apontando demandas e deliberações em uma oposição severa ao consumo de substâncias não controladas. Se por um lado, a falseabilidade das conclusões médicas acerca do consumo da maconha propiciou a criação de um conjunto de conhecimentos sobre o tema, o Estado pôde então criar agências reguladoras e impor condutas por meio da coerção policial, e então o proibicionismo.

É, de certa maneira, difícil discutir o tema relacionado ao uso da maconha sem procurarmos mencionar o papel do Estado enquanto agente presente entre o individual e coletivo por meio das leis. Vivemos em um país comandado pelo aparelho legislativo que cumpre a função de determinar quais regras serão toleráveis e quais irão sofrer consequências ao serem violadas.

Assim, a legislação detém as premissas do que é considerado crime ou não. Obter maconha para consumir é um ato de desobediência civil. Um ato de desobediência ao Estado, órgão regulador do corpo humano, podendo decretar a prisão de quem infringe a lei, e portanto, estabilizador de práticas (Pedrosa, 2019).

Luana Pedrosa (2019) em *Sociologia filosófica da maconha: ensaios sociológicos* aponta que, no social, encontramos referências acerca da função do Estado no cotidiano por meio dos apontamentos de Karl Marx. O Estado, portanto, é entendido como o limiar entre o indivíduo em coletividade e sua liberdade. Para Karl Marx (2006, p. 20) em sua obra *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, fica claro que: “O Estado é intermediário entre o homem e a liberdade humana [...] assim, o Estado constitui o intermediário ao qual o homem confia [...], toda a sua liberdade humana”.

A moral, as práticas e as regras são incorporadas por meio do Estado, da Certidão de Nascimento ao voto nas eleições, do abrir e fechar de estabelecimentos, ao poder, ou não poder agir de determinada maneira. É o Estado que determina o que o homem pode adquirir para consumo e o consumo da maconha é uma mercadoria proibida (Pedrosa, 2019, p. 8). Só que é o mesmo Estado que permite, para fins medicinais, e agora científicos, que determinadas pessoas e entidades tenham acesso a esse produto da natureza.

Todavia, o Estado é administrado por homens, suscetíveis a desejos e anseios, e que esses interesses se chocam, e, portanto, interferem influenciando do individual a esfera geral, surgindo em uma configuração maquiada. Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p.61) em *A Ideologia Alemã* apontam que:

A luta prática dos interesses particulares, que constantemente e de modo geral chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tido como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção prática por meio do interesse “geral” ilusório sob a forma de Estado.

Assim, o Estado age como força independente, ignorando muitas vezes as necessidades, vontades e anseios de uma parcela da sociedade em questão (Pedrosa, 2019, p. 18). Ainda consoante com a autora, ao apontar a minoria que consome maconha da qual é ignorada pelo Estado, Pedrosa pondera que:

Não é apenas a minoria da nossa sociedade civil que interpela e que almeja a legalização, há outras coletividades existentes em diversas outras sociedades civis de nacionalidades próximas ou distantes que assim como a nossa também estão lutando pela mesma ideologia: a ideologia de que o Estado legalize o plantio e regulamente o uso da erva e que pare de interferir na esfera da vida privada da coletividade que ele diz defender. (Pedrosa, 2019, p. 11)

O crime é um elemento limiar entre o Direito e a violação das regras dadas ao indivíduo em uma determinada sociedade. Para Durkheim (2006, p. 83), “o crime é normal, porque uma sociedade isenta dele é completamente impossível” e Pedrosa (2019, p. 27) completa “a desobediência civil é uma condição necessária para que haja uma evolução moral e do direito

vigente”. É preciso que o crime ocorra, para que aconteça a sua superação e, de certa forma, ele é a antecipação do que está por vir.

Plantar maconha no Brasil é crime, e as associações têm subvertido essa dimensão proibicionista, organizando-se, judicializando-se e contradizendo a moral da sociedade, que já vê com maus olhos o uso da maconha no cotidiano. Mas, adiantou-nos Durkheim, de que o crime desempenha um papel útil para que modificações aconteçam, o autor aponta que:

Além dessa utilidade indireta, o crime chega a desempenhar um papel útil nessa evolução. Não só implica que o caminho fique aberto às modificações necessárias, como ainda, em certos casos, prepara indiretamente estas mudanças. Onde ele existe, não só os sentimentos coletivos estão no estado de maleabilidade necessária para tomar uma nova forma, como também contribui, por vezes, para predeterminar a forma que estes tomarão. Quantas vezes, com efeito, não é ele uma simples antecipação da moral futura, um encaminhamento para o porvir! (Durkheim, 2006, p. 86)

Assim foi com Sócrates, usado como exemplo para Durkheim, e, que apesar de não ser criminoso, foi julgado como um. Mas que o julgamento, a saber, o seu modo de pensar, abriu as cancelas para que a liberdade de pensamento pudesse surgir como possibilidade para as sociedades futuras. O plantio de maconha passa pelo mesmo processo, é um crime, e sua subversão promove mudanças estruturais na moral e no direito.

O fato de que o Estado consegue impor práticas regulares ou irregulares, não significa que não possa haver um atrito de interesses entre a população e o modo de operação legislativa de determinado país. De forma geral, o Estado detém as amarras que seguram e afrouxam o corpo social. Nesse sentido, Manuel Castells (2013), trabalhando sob a perspectiva dos movimentos sociais, lançam luzes às contradições da relação entre o Estado e o indivíduo ou coletivo de indivíduos e a estrita relação entre estes.

Para o autor, “uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder, há também contrapoder” (Castells, 2013, p. 14). O fundamento acerca do poder parte da premissa de que este é constituído de interesses e valores, sendo legitimados por meio da coerção, monopólio da violência e pelo controle do Estado. E como instrumento de imposição, aparece mediante mecanismos coercitivos. Em oposição, o contrapoder é considerado pela capacidade dos atores sociais de desafiar o poder e reivindicarem seus próprios interesses e valores em um movimento coletivo.

Os atores sociais que buscam modificar a lógica impositiva do poder, fazem essa subversão do sistema promovida pela contradição em relação às normas e valores institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado. Castells (2013) pondera que mesmo que a mudança não seja efetuada de acordo com os interesses e valores finais dos

movimentos sociais, é possível uma alteração na lógica de funcionamento e maneira como os agentes são tratados pelo Estado.

O conflito fundamental pelo poder é a batalha na construção de significado na mente das pessoas, possuindo maior influência do que a imposição puramente bruta de poder, pois, “torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades” (Castells, 2013, p. 15). E a criação de significado para os seres humanos, surge na interação entre o ambiente social e o natural. Estes símbolos estabelecidos pela comunicação demonstram que “a contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social” (idem), porque oferecem aos movimentos sociais uma produção da comunicação e assim:

Os movimentos sociais exercem o contrapoder, construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. (Castells, 2013, p. 18)

A sociedade em rede, descrita por Castells, proporciona aos atores individuais determinada autonomia ao buscarem conexões com pessoas de posições semelhantes nas redes difundidas pela internet, esse movimento se caracteriza pelo “processo de compartilhar significado pela troca de informações” (Castells, 2013, p. 15). Assim, a troca de informações fortalece as redes de conexões de contrapoder e estão direcionadas à mudança do sistema normativo, mesmo que não necessariamente para concretizar os interesses dos agentes de mudança social.

Na leitura que tem sido feita para esse trabalho, a Marcha da Maconha se apresenta como um ponto de encontro entre usuários e pacientes. Esse movimento que ocupa as ruas de diversos municípios do estado, possibilita a visibilidade de causas que transcende o consumo recreativo da maconha e demonstra ter sido a porta de entrada para que as associações tenham iniciado a inspiração à subversão, espriamento de ideias e pressão social nas ruas para contornar as vias proibicionista de uso e cultivo da maconha.

O movimento da Marcha da Maconha foi iniciado em 2007, no Rio de Janeiro, e desde então, anualmente, tem deslocado pessoas de suas casas para alcançarem no asfalto a visibilidade para o consumo da maconha (Melo, 2018). Por mais que esse consumo seja apresentado, de maneira recreativa pelos que se fazem presentes na marcha, as associações aparecem não como concretizadoras da mudança social projetada pelo movimento, mas em

contorno ao sistema proibicionista, reunindo pessoas de interesses em comum e promovendo atividades coletivas, com respaldo judicial, para exercício das atividades associativistas.

Os interesses das associações subvertem a lógica coercitiva do Estado ao conseguirem liberação judicial para cultivarem, extraírem e produzirem produtos à base da maconha, como o caso do citado CBD (Canabidiol). E, por meio do Instagram, positivam o consumo construindo um canal de comunicação dentro de uma plataforma digital, na internet. Promovendo ampla divulgação para o debate público sobre o consumo da maconha medicinal, construindo significado na mente das pessoas por meio da plataforma digital.

Por outro lado, o consumo de dados e informações sobre a maconha promovidos pelas associações, contribuem para uma maior compreensão de como integrá-lo no cotidiano e subverter a lógica proibicionista do Estado. Possibilitando mudanças sociais na forma como a sociedade observa e reage a determinadas práticas, como o consumo da maconha.

Acerca do consumo, precisamos entender mais desse movimento enquanto características da atividade humana em coletivo. Para isso, veremos como a sociologia tem abordado o conceito do consumo enquanto categoria de análise social. Identificando métricas tanto individuais quanto coletivas na sociedade, e que correspondem aos indicadores teóricos apresentados.

3.1 O CONSUMO PARTINDO DO GIROSCÓPIO SOCIOLÓGICO

Adentrando na perspectiva do consumo, visitaremos alguns autores que refletem a forma com que o conceito é empregado e apreendido por meio da sociologia. Serão apontadas as leituras e reflexões acerca do tema. Neste sentido, o consumo dentro da sociedade contemporânea não se faz presente somente enquanto prática individual, mas também é fundamentado em ações coletivas. O giroscópio teórico sociológico aponta para o eixo do consumo como produto das atividades humanas em sociedade e em contato com a natureza.

Na esteira do horizonte teórico, acerca do tema, Jean Baudrillard (1995) aponta que o consumo surge de forma ativa e coletiva, em aspecto de coerção e moralidade, e até mesmo como instituição, construindo e contribuindo para o sistema de valores de determinada sociedade, ou seja, o ato de consumir convence e o ato de convencer movimenta. Podemos então observar indicadores a partir do consumo de coisas, informações e produtos.

A maneira da qual o consumo aparece, de forma pervasiva ao comportamento humano, pode ser notado desde as necessidades básicas de sustento, as quais envolvem recursos naturais, às das esferas de agentes consumidores no digital, podendo realizar a função do adquirir e juntar, descartar e substituir. Ter a capacidade de realizar essas atividades possibilita o

entendimento de que acessamos diversas informações durante o contato com o digital e essa comunicação, de acordo com Castells (2013), esse modo de interagir com as plataformas online, tem a influência de construir significado na mente das pessoas ou mudar a forma de observar determinada situação/objeto.

Segundo Garcia Canclini (1997), desde o final do século XX, o consumo, e principalmente o consumo informacional, influenciou a cidadania do indivíduo, modificando a maneira de comportamento do indivíduo em coletivo. De tal forma, a presença do consumo por meio dos conteúdos audiovisuais forjou, de certa maneira, a identidade do cidadão. Identidade no sentido de reconhecimento de um indivíduo enquanto parte de um coletivo que tem ideias, desejos, anseios e que tais modos de operação estão dialogando com constante mudança nos sujeitos sociais.

Dentro da perspectiva do autor, as instituições não respondiam com simetria ao cidadão, e por isso as mídias tradicionais da época estariam sendo o canal de comunicação primordial para a produção e repercussão de informações. Neste momento, não seria equívoco reconhecermos o papel importante do jornalismo como já mencionado anteriormente para uma formação de opinião. Assim, no século XX, foi um importante meio de comunicação e conseguiu contribuir para uma estabilização do discurso sobre o consumo da maconha.

Atualmente, precisamos reconhecer o potencial das telas terem se tornado, então, o instrumento principal de comunicação na sociedade contemporânea, operando de forma direta na construção da noção de pertencimento do indivíduo ao grupo social. Assim, podemos perceber a flexibilidade no consumo de informação através de aparelhos smartphones, televisões, computadores e etc. com conectividade à internet (Han, 2017).

Assim, quais seriam os elementos desse consumo? Para isso, Bauman (2007) chama a sociedade de *agorista*, representando a atualidade no momento em que afirma ser uma “verdade que na vida “agorista” dos cidadãos da era consumista o motivo da pressa é, em parte, o impulso de *adquirir* e *juntar*. Mas, o motivo mais premente que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de *descartar* e *substituir*.” (Bauman, 2007, p. 50 grifos nossos).

O atributo consumista, entretanto, caracteriza necessidades individuais. O consumo da maconha, por sua vez, é específico para cada indivíduo, pois cada uso se faz presente devido a sua demanda específica. E, igualmente, o digital está espalhado de modo em que o smartphone é um dispositivo individual (Santini, 2020). Consoante, Bauman defende o consumismo como justificativa do comportamento individual, onde:

Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade do trabalho na sociedade

de produtores [...] numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e mantém em curso como uma força específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais da vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais (Bauman, 2007, p. 41)

Sendo assim, o consumo “é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos” (idem, p.41), mas o consumismo vem a definir o modo *agorista* com que as relações do século XXI se estabelecem e coloca em movimento a sociedade de consumidores, estabelecendo relações com as “probabilidades de escolha e conduta individuais” (idem, p. 41). A exemplo disso, em decorrência dessas estratégias para atingir o consumo individual, estruturas surgem e se caracterizam de determinada maneira a conduzirem a probabilidade de escolha e conduta individual.

André Lemos (2004), ao propor a discussão acerca das relações de consumo de informações através da internet, destaca um fenômeno que identifica a nível planetário: a forma de compartilhar e consumir informações, transicionando de *copyright* (em referência a sociedade da produção) para uma contraposição chamada de *copyleft* (em sentido a sociedade do consumo) ou seja, de uma forma mais controlada para uma mais livre.

O *copyright* é conhecido por se tratar de direitos autorais envolvendo grandes corporações que têm por sua atividade principal domínio direto no tipo de informação a ser consumida; como a da música, do cinema, da escrita, etc., é também um sistema de proteção de conteúdo. Mas, com o advento da internet, a forma de compartilhar informações e conteúdo ultrapassaram os limites jurídicos que protegem os produtos por meio do *copyright*. Logo, o *copyleft* aparece como uma nova possibilidade de transportar os dados, entre diversos usuários de diferentes redes; um fenômeno característico é a pirataria e o uso do *Torrent* para baixar e/ou transmitir diversos arquivos, filmes, músicas e etc.

A especificidade da cultura, defende o autor, está imbricada no processo de complexidade, ressaltando a importância dessa forma estrutural de condicionar e estabelecer-se em coletividade. A cultura passa pelas transformações, assim como os indivíduos, uma espécie de retroalimentação em conjunto com a construção contínua dessas relações no seio da sociedade, para tanto, o autor ressalta que:

A riqueza de qualquer sociedade sempre está ligada à complexidade de sua cultura, isto é, à força do seu poder criativo e empreendedor. A comunicação, neste sentido, é a forma pela qual uma sociedade põe em marcha e intercambia o conjunto de seus empreendimentos, sejam eles artísticos, sociais, políticos, científicos ou técnicos. Uma cultura complexa é uma cultura plural, aberta, circulando livremente pelo corpo social. Podemos compreender a cultura contemporânea, marcada basicamente pelas redes telemáticas, pela sociabilidade on-line, pela navegação planetária e pela informação. (Lemos, 2004, p. 5-6)

O modo do qual a cultura contemporânea tece as sociabilidades e o jeito como as manutenções das relações sociais por meio de aplicativos de relacionamento ou plataformas de redes sociais on-line são realizados, nos mostra um elemento característico da geração pós anos 2000. Quando a internet foi mais difundida e seu acesso cada vez mais pervasivo, e no Brasil, após o segundo mandato da presidenta Dilma (2015 - 2016), possibilitou a política de acesso à inclusão digital.

Partindo do entendimento acerca da influência e força cultural que as plataformas digitais exercem sobre a experiência do cotidiano, este trabalho vai explorar algumas publicações dos perfis de três associações de cannabis no Instagram, buscando evidenciar o discurso positivo sobre o consumo da maconha. Demonstrando como essas publicações carregam relações de poder ao compartilharem on-line as informações, promoções discursivas sobre o consumo da maconha medicinal e a propaganda na mobilização de ideias e conhecimentos.

A plataforma do Instagram se destaca como um expoente para ser analisado por conter elementos como (1) acessibilidade; ou seja é uma das plataformas frequentada pelos usuários várias vezes no mesmo dia; (2) é gratuita, não sendo necessário fidelidade financeira com o aplicativo para usufruir de algumas de suas funcionalidades, como observar as publicações, criar e seguir os perfis; (3) Circula a mídia digital com facilidade, ou seja, fotos, vídeos, *reels*, são as peças basilares para exibição da imagem e da imagem em movimento.

Nesta perspectiva, Carlos d'Andréa (2020) aponta que as dimensões sociotécnicas servem como horizonte de análise e fornecem aos estudos das plataformas leituras acerca das atividades culturais na sociedade da informação, de modo a “moldar discussões, conversações, mobilizações vinculadas a temáticas ou acontecimentos específicos, como transmissões televisivas, declarações de autoridades ou campanhas eleitorais” (d'Andréa, 2020, p. 90). É evidente que as plataformas digitais intercambiam a conexão entre usuários e aceleram a troca de informação entre diferentes atores.

Para Carlos d'Andréa (2020), estudar plataformas digitais é acessar informações tecnossociais utilizando de os mecanismos como possibilidade sociotécnica de perfis formalizarem suas interligações através de recursos como seguir, curtir, compartilhar (d'Andrea, 2020, p. 244). Portanto, a validade do tratamento dos dados segue a análise do pesquisador. Fazendo valer as informações mais úteis para servir como base de justificativa para a referida pesquisa.

De modo artesanal, coletar dados no/do/pelo digital sem um programa de tratamento de dados é complicado, árduo e delicado. Porém, não deixa de ser útil para a pesquisa social na

atualidade, onde o digital faz parte do cotidiano de modo inegável. Do mesmo modo como sobre a pandemia ainda não temos uma conclusão exata dos prejuízos, acerca do digital mantemos a mesma leitura, enquanto vivemos, analisamos. E só trabalhando em conjunto para proferirmos avanços e retrocessos na cultura, economia e na política.

Esperamos que os dados a serem lidos possam contribuir para um aprofundamento e reflexão sobre os modos discursivos que compõem as associações em suas atividades on-line. Ademais, observarmos a positivação do consumo da maconha nas publicações das associações em seus perfis é útil para a sociologia ao percebermos que além do digital transportar informações essas informações terem cunho ideológico, contribuem para ampliar redes de conexões e engajam uma causa material sobre o modo terapêutico de consumir maconha e tratar da saúde.

3.2 ABRACE, APEPI E CURANDO IVO: AS PUBLICAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES NA PLATAFORMA DIGITAL INSTAGRAM

Os dados que analisaremos neste trabalho, contém informações que colaboram com a hipótese da pesquisa, ressaltando como as associações canábicas possuem o discurso positivo voltado para o consumo da cannabis medicinal e que esse discurso tem como elementos a linguagem positiva sobre a maconha. Sobrepondo a imagem construída a partir da lógica médica do século passado, reforçada pela polícia e publicizada pelos jornais. Dessa forma, a visão nefasta e prejudicial que paira sobre o senso comum sobre essa planta de cinco pontas é craquelada diante o discurso das associações.

É importante a noção discursiva positiva ao pensarmos em como o discurso médico junto a propaganda jornalística foi importante para orquestrar um empreendimento moral e centralizar o discurso negativo acerca da planta durante o século passado. Esses atores, os médicos e as matérias de jornal, exerceram em sua época o peso formador de opinião, isso é sabido. E atualmente, no século XXI, é justo inferir que o digital tem a mesma potencialidade?

Quanto ao questionamento, não há consenso sobre o impacto que o digital tem sobre nós e não podemos cair no determinismo tecnológico. Todavia, é inegável a presença no cotidiano e a flexibilidade do consumo digital auxiliar tomadas de decisões, como procurar uma associação de cannabis medicinal para tirar dúvidas, entrar em contato com um médico prescritor e realizar uma tele consulta ou localizar um parente distante, compartilhar um vídeo, mandar um áudio ou ministrar uma palestra. São situações que acontecem e estão sendo feitas e refeitas dia após dia.

As associações compartilham informações que ressocializa as imagens endossadas pela negatividade histórica do uso e do usuário da maconha, construindo redes entre médicos prescritores, advogados ativistas, consultores canábicos, usuários, não usuários e pacientes, demonstrando a seara de utilidade farmacológica, terapêutica, social e cultural da qual a maconha pertence.

Assim, teremos como destaque o resultado da observação de três associações brasileiras na plataforma de mídia social on-line Instagram: @abraceesperanca, @familiaapepi, e @curandoivo. Para obter as publicações, frequentei os perfis e coletei as imagens por meio do *print screen* disponível tanto pelo botão localizado no computador e por meio do uso do smartphone.

Hoje, de acordo com o mapeamento de Kaya Mynd (2022), existem cerca de 101 associações, 81 ativos em território brasileiro, com a maioria concentrada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. O primeiro deles, o Instituto da Cannabis, surgiu em 2007 e está inativo hoje. Levaram-se 5 anos para o número de associações de fatos começarem a aumentar. Desde 2012, quando a ACuCa -SP (Associação Cultural Cannábica de São Paulo) surge, o crescimento foi significativo a partir de 2012, sendo 2020 o período com maior número de fundações, 22 no total (Mynd, 2022)

Vale ressaltar que em julho de 2020 a APEPI teve sua liminar concedida pela Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, liminar essa que protegia judicialmente a pesquisa, plantio, manipulação e extração dos insumos necessários para fabricação do óleo fornecido aos filiados da associação, ou seja, legitimava as atividades da associação e dava respaldo para permanência e estabilidade.

Entretanto, em dezembro do mesmo ano foi revogado esse direito. Em nota, a ANVISA declarou que “o Tribunal Regional Federal da Segunda Região revogou a decisão, que autorizava o cultivo da cannabis para produção e distribuição de óleo a seus associados. Os desembargadores consideraram que não há elementos nos autos judiciais que permitam a concessão da autorização solicitada pela Associação”²⁸. A defesa alegou inconsistência na decisão e recorreu em última instância, assim, em 25 de fevereiro de 2022 saiu a sentença de mérito, devolvendo à associação o direito de cultivo e comercialização de seus produtos aos filiados.

²⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/agencia-esclarece-sobre-decisoes-judiciais-relacionadas-a-cannabis-medicinal>

O caso da Curando Ivo, entretanto, se destaca por uma diferença, e apesar de estarem - o grupo que administra a associação - mobilizando forças para estruturar a sede e entrar no hall das associações de forma judicializada - a maneira como se tornou conhecida não foi devido a ter respaldo judicial, mas sim por mobilização no Instagram chegando a repercutir no programa televisivo Encontro²⁹, apresentado por Fátima Bernardes, nos Estúdios Globo.

A associação é um projeto iniciado pelo Felipe Barzan, filho do Seu Ivo, a quem o nome da associação se refere. Engajado pela luta diária de cuidado com o pai, que tem Alzheimer, utilizando a plataforma digital, pôde tornar público o cotidiano do Seu Ivo em tratamento com maconha medicinal, promovendo maior visibilidade à causa.

Já a ABRACE, tem um visibilidade inegável quando o assunto é cannabis medicinal, foi uma associação que se tornou pioneira na questão judicial e conseguiu a liminar em 2017 e desde então tem realizado suas atividades em João Pessoa - PB. Apesar de já ter tido essa liminar suspensa, conseguiu recorrer. Atualmente, produz e fornece o óleo aos associados de forma livre, desde que os associados tenham prescrição médica.

Nessa seção, trataremos de dois momentos. O primeiro serão os dados analisados e publicados entre dezembro de 2021 e abril de 2022. Esses dados foram utilizados na qualificação dessa pesquisa e preferimos mantê-los, acreditando que a distância de tempo com a segunda análise de dados daria maior solidez às hipóteses apontadas como justificativa do problema de pesquisa.

Acerca das informações retiradas pelas publicações, partimos do pressuposto de serem dados públicos, já que os perfis das associações compartilhadas no Instagram são acessíveis a qualquer pessoa que detenha o link de acesso aos perfis. Com a coleta de dados, foi possível averiguar pontos positivos sobre o consumo da cannabis medicinal espreado, ao menos em uma plataforma, dentre tantas.

Para tornar mais objetiva a coleta, e propor maior exposição dos conteúdos coerentes ao interesse da pesquisa, no primeiro momento, descrevo as publicações com que tive contato durante o período anterior ao mês de dezembro de 2022. Em seguida, analisaremos as publicações coletadas por último.

²⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7932247/>

3.3 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE CANNABIS MEDICINAL NO INSTAGRAM

Para apreender o discurso digital das associações de cannabis no Instagram, foram visitados e tirados “print” das publicações relevantes para serem analisadas a fim de contribuir com as hipóteses de pesquisa. Assim, foi dada preferência às postagens que demonstram o uso e manuseio da planta de forma positiva, ou seja, narrativas que apontam benefícios do consumo, da causa, e não somente postagens que publicizam o uso da cannabis medicinal.

Teremos de início as publicações levadas à qualificação desse trabalho, realizada no final do primeiro semestre do ano de 2022. Portanto, as publicações foram visitadas na ordem datada de 25/12/2021 até 11/04/2022. Ou seja, publicações anteriores e posteriores a estas datas não fazem parte desta primeira apresentação. Em seguida, teremos acesso às publicações referentes ao mês de dezembro de 2022.

Começaremos com a ABRACE, depois teremos as publicações da APEPI e por último falaremos da Curando Ivo. Com relação aos números, foram 8 publicações da ABRACE analisadas, 9 da APEPI, e 3 da Curando Ivo. Totalizando 20 publicações. Apesar de estarmos cientes de que a quantidade de publicações em cada perfil ultrapasse a marca de 100, optamos por não prolongar a coleta de dados devido ao tempo para confecção final da dissertação.

Assim, achamos justificáveis selecionar de modo pontual informações que (1) contribuíssem para analisar o discurso dessas associações, entendendo o potencial informativo das postagens e (2) buscando uma taxonomia, ou seja, nos quais a positivação do consumo da cannabis medicinal seja central para articulação interna e externa da associação; sobre suas atividades, contato com ideias e posicionamentos.

Diante disso, partiremos de agora em diante a análise de dados, dos quais contam com leituras realizadas a partir das reflexões já apontadas ao longo do texto. Entendemos a potência do digital no cotidiano atual e acreditamos que os discursos transportados em rede digital contribuem com a relação de poder, onde associações e pacientes partem do consumo da cannabis medicinal como elo entre diversos temas e atores.

O perfil da ABRACE Esperança postou acerca do “dicionário cannabico” (Imagem 9), onde publica uma explicação resumida de algumas das substâncias que estão presentes no sistema canabinóide da planta cannabis sativa. E que são isoladas pelos métodos de extração para obter formas moleculares (CBA, CBD, CBN, CBG e etc.) manipuladas às necessidades dos pacientes e consumidores. Informar aos seguidores mais do que só o produto final (óleo) amplia o debate e expõe o caráter multifacetado do uso e manuseio da planta pelos interesses científicos das associações.

Imagem 10 - “Dicionário canábico”



Fonte: Instagram

Não obstante, publicou o passo a passo dos documentos para se tornar um associado (Imagem 10), aqui descrevo-os: “1- Cópia do Identidade ou CNH do paciente (ou do responsável) - frente e verso; 2- Laudo com a patologia do paciente (com CID); 3- Receita para o tratamento com a Cannabis (prescrevendo nossos produtos); 4- Termo de ajuizamento assinado (disponível no site no momento do cadastro)”, para a filiação, o paciente pode entrar em contato com os canais de comunicação disponíveis pela associação (*WhatsApp, Instagram, Site e E-mail*). E ressaltou a importância de plataformas digitais para maior acesso ao público que procura a associação para contato e sanar dúvidas.

Imagem 11- “Como se tornar um associado”



Fonte: Instagram

Das três selecionadas, a ABRACE, é, digamos, a mais “robusta”, conta com um prédio próprio e fazenda de cultivo localizada nas redondezas, médicos associados e “tecnologia de ponta” como descreve em seu site³⁰, além de farmacêuticos, recepcionistas e equipe de apoio nutricional. Não difere das outras em termos de promover postagens informativas, mas tem sido a que possui maior números de associados.

O perfil da Associação de Cannabis Curando Ivo, realizou publicações com as temáticas de "cânhamo e nutrição”, “diferença entre CBD e THC” e “Terapêutica endocanabinóide: fundamentos e práticas clínicas integrativa e multiprofissional” (Imagem 11), extensão junto à UFG (Universidade Federal de Goiás) com carga horária de 90h. Ressaltamos este último pela sua ligação à comunidade acadêmica, contribuindo para a construção do conhecimento em colaboração com a associação.

Situação que veremos acontecer mais de uma vez. Acontece que as associações compreendem não haver de modo formal disciplinas que busquem explorar o conteúdo e potencialidade da planta cannabis e suas funções organolépticas, de modo que em convênio com profissionais de diversas áreas, elas oferecem curso de extração e aprendizagem sobre a maconha.

³⁰ Disponível em: <https://abracesperanca.org.br/> visitado 11/04/2022

Imagem 12 - “Terapêutica endocanabinoide”

Fonte: Instagram

Ademais, as atividades publicadas pela APEPI seguiram o mesmo fluxo que as duas observações anteriores. Uma das publicações relatou o movimento da associação durante o ano de 2021, o tema era “APEPI em números 2021” (Imagem 12). No conteúdo, consta a quantidade de óleos CBD que foram fornecidos (+9 mil) e mais de 700 consultas médicas mediadas pela associação. Ainda em termos de números, 500 alunos foram formados, mais de 2000 associados e 25 novos colaboradores no ano de 2021. Houve também publicações mencionando o curso de extração fornecido pela associação aos associados.

Imagem 13 - “APEPI em números 2021”



Fonte: Instagram

A ABRACE compartilhou acerca da possibilidade de “acolhimento nutricional” (Imagem 13) ressaltando a importância da alimentação durante o uso do óleo, dois elementos, que, em conjunto, contribuem para um melhor funcionamento na utilização do extrato de CBD,

assim como suporte aos filiados da associação. Também destacou mais de 192 mil atendimentos por meio de uma plataforma no ano de 2021.

Imagem 14 - “Você sabia que possuímos”



Fonte: Instagram

A APEPI, por sua vez, divulgou a promoção do curso voltado para médicos que se interessem em aprender mais sobre o uso e manuseio da maconha na prescrição médica. Com título de “O curso presencial e online” (Imagem 6), programado para ser realizado no dia 30 de abril de 2022. Podemos perceber que de modo natural as publicações perpassam diversas esferas da vida humana, indo do acolhimento social à produção de conhecimento em conjunto. O que revela o potencial coletivo que essas organizações conseguem estabelecer de modo estratégico com acessibilidade.

Imagem 15 - “O curso presencial e online”



Fonte: Instagram

Esclarecendo a presença de profissionais presentes na construção do módulo, como médicos e farmacêuticos, a ser realizado no Rio de Janeiro (local de atuação da Associação). Compartilhou também acerca de um curso de cultivo, o “Curso Online de Cultivo” (Imagem 15) foi ministrado na modalidade remota, no mês de fevereiro, repetindo-se em março do mesmo ano.

Imagem 16 - “Curso online de Cultivo”



Fonte: Instagram

Divulgou conhecimento sobre “posologia” (Imagem 16) e o se o “CBN ajuda no sono?” (Imagem 17) contendo informações de como esses elementos fazem parte do processo de consumo da maconha, o primeiro apontando a importância da dosagem e o segundo informando sobre os benefícios de um dos componentes do sistema endocanabinóide.

Imagem 17 - “A posologia se refere”



afinal, o que é
POSOLOGIA?

#ApepiSaúde

familiaapepi • Seguindo

familiaapepi A posologia se refere à forma de utilizar o medicamento, ou seja, a quantidade (dose) de medicamento a ser utilizada e o intervalo entre as doses (quantidade de vezes a ser utilizada no dia). A posologia de óleos à base de Cannabis pode variar de indivíduo para indivíduo, dependendo, inclusive, se o paciente está utilizando óleo isolado (apenas uma substância) ou full spectrum (tem a presença de outros canabinoides e terpenoides em menores concentrações).

Estudos apontam que óleos full spectrum podem potencializar a atividade do óleo por conta da sinergia entre os diferentes canabinoides e terpenoides, possuindo maior atividade em menores doses quando comparado com os óleos isolados. A avaliação da dose e frequência de uso depende de cada condição clínica, do organismo do paciente e do tipo de óleo que está sendo utilizado, sendo muito importante a anamnese de um médico prescritor com experiência em Cannabis, principalmente para promover a estabilização de condições mais complexas, como

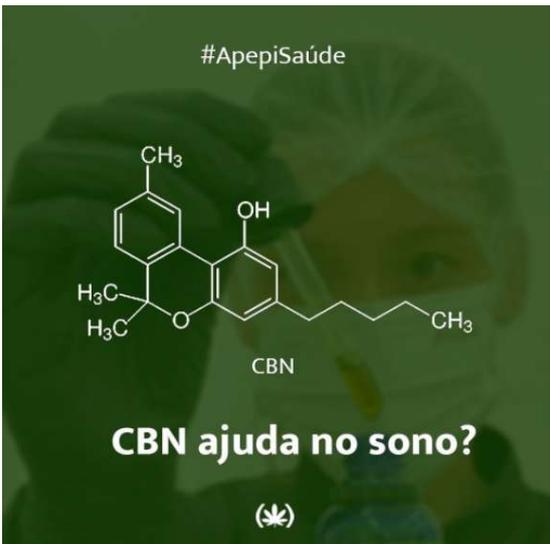
Curtido por opengreen.br e outras pessoas

16 DE MARÇO

Adicione um comentário... [Publicar](#)

Fonte: Instagram

Imagem 18 - “O CBN (canabinol)”



#ApepiSaúde

CBN ajuda no sono?

CBN

familiaapepi • Seguindo
Rio de Janeiro

familiaapepi O CBN (Canabinol), que até então era considerado um canabinoide indesejado por ser resultado da degradação (oxidação) do Δ^9 -THC e do seu tempo de aquecimento, tem sido estudado por sua capacidade de induzir o sono com menor atividade psicoativa e de maneira qualificada. O CBN tem sido referenciado como “canabinoide do sono” em estudos recentes.

Tal característica tem motivado diversos autores a estudarem as propriedades do CBN, visto que ele pode vir a se tornar uma opção terapêutica para pacientes com sensibilidade ao Δ^9 -THC. Outras propriedades como sua atividade antiinflamatória, neuroprotetora e estimuladora do apetite também são promissoras no tratamento ou redução de danos de muitas doenças, incluindo sua utilização como indutor do sono.

Este texto não estimula o uso indevido de medicamentos à base de Cannabis faça seu uso com a devida orientação médica.

Curtido por farmacanabico e outras pessoas

23 DE MARÇO

Adicione um comentário... [Publicar](#)

Fonte: Instagram

A associação Curando Ivo apresentou semelhanças nos conteúdos das postagens. Porém, tem uma variável interessante na associação. Para a construção da sede e investimentos judiciais, tanto compartilha com os seguidores a chave pix para contribuições coletivas, como produz grãos de café. Esse foi o tema de uma das publicações, o “Café Curando Ivo” (Imagem 18) fornecido pela loja da associação (@lojacurandoivo) “que é uma mistura de ativismo com força de vontade de mudar o país” (Curando Ivo, 2022).

Imagem 19- “Você conhece nosso café Curando Ivo?”



Fonte: Instagram

Numa outra postagem enaltece a história da fundação da associação, indagando “você deve se lembrar da minha história, né?!” (Imagem 19) em referência a forma que a tornou conhecida. Na descrição da publicação afirma que “a chama para levar qualidade de vida para outras pessoas começou com um vídeo, mas agora todos tem a chance de ajudar”. Postada em formato carrossel³¹, uma das fotos tem a seguinte informação sobre a formação da associação “essa história já não era mais só minha! Reuni vários profissionais de diversas áreas e, junto, fundamos a nossa”.

³¹ Funcionalidade do Instagram que permite agrupar mais de uma foto na mesma postagem.

Imagem 20 - “A história da família Suzin”



Fonte: Instagram

E, através de um vídeo com participação de uma profissional da saúde, que discute o consumo da maconha em uma perspectiva farmacológica, a “cannabis em pauta” (Imagem 20) apresentou uma enfermeira canábica que contribuiu com falas sobre as práticas profissionais da área em associação ao uso da cannabis, destacando o pioneirismo em levar a pauta para a profissão da saúde.

Imagem 21 - “Cannabis em pauta”



Fonte: Instagram

Para além de fornecer óleos e suportes a pacientes e/ou consumidores de informações sobre a maconha via Instagram, as associações demonstram movimentos entre projetos e

atividades sobre assuntos que passam da esfera medicinal. E usam da plataforma digital para darem voz às demandas que julgam de maior pertinência. Assim, podemos perceber o surgimento de informações como construção de práticas e saberes sobre o uso e manuseio da maconha, divulgação de profissionais que atribuem o consumo terapêutico da planta às suas atividades laborais e maior alcance ao público.

Essas foram as publicações selecionadas no primeiro momento da pesquisa, apontadas como relevantes pelas características de cunho positivo. Não só esclarecendo sobre o consumo da cannabis medicinal, mas também demonstrando as atividades realizadas em coletivo e objetivos dessas organizações não governamentais. Dessa foram, preferimos separar as postagens para dar a sensação de contraste entre as duas seções, o que pode ser interessante para a leitura e comparação.

3.4 PUBLICAÇÕES REFERENTES AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2022

Para justificar a hipótese desta pesquisa, coletamos publicações que pudessem demonstrar a sobreposição negativa da maconha, assim, analisaremos, nesse momento, as publicações dos perfis das associações no mês de dezembro de 2022. Essas postagens tem elementos que contrariam a imagem negativa da maconha quando abordam o tema do consumo voltado para algum benefício do uso, um relato de história pessoal de algum associado ou iniciativas que demonstram um conflito com as imagens negativas acerca do uso e do usuário da cannabis medicinal.

Para dar início a essa exposição, voltada à última visita aos perfis das associações, mostraremos uma postagem sobre a “cannafobia” (Imagem 21). Na legenda, Cassiano Gomes (presidente da ABRACE) esclarece que criou o termo quando sentiu na pele “o preconceito que as mães recebiam dos médicos quando tinha que internar a criança e o médico queria impedir a criança continuar o tratamento com óleo”. Aqui, uma denúncia do modo negativo em uma situação de relação com paciente/médico.

Imagem 22 - “CANNAFOBIA preconceito com quem usa cannabis”



Fonte: Instagram

Todavia, depoimentos são compartilhados na página da associação, utilizando narrativas de incentivo as pessoas que estejam em situações semelhantes às relatadas. A publicação que veremos em seguida, aborda o tratamento em uma paciente oncológica. O relato se passa na academia, onde Adriana (Imagem 22) presta depoimento sobre sua relação com o tratamento do óleo da cannabis medicinal. E na legenda, a associação aproveita para relatar que a divulgação de informações sobre a cannabis medicinal é contínua e conta com a participação de estudos científicos para “desmistificar todo o estigma que percorre a história da maconha e seus benefícios”

Imagem 23 - “Na última semana”



Fonte: Instagram

Sabemos acerca do movimento inicial que mobilizou as associações, a utilização do óleo da maconha em tratamentos de crianças epiléticas. Foi o primeiro passo para a mobilização e organização em coletivo para a produção do óleo. Felizmente, não parou somente por aí. Hoje diversas patologias estão sob prescrição da cannabis medicinal e através de médicos prescritores é possível obter resultados positivos contra tratamentos refratários aos métodos tradicionais. Por exemplo: ansiedade, depressão, fibromialgia, parkinson, alzheimer.

Acerca dessa última patologia, queremos trazer o relato de Dona Paulinha, de 82 anos. O vídeo, dividido em duas partes, está no canal da ABRACE, no YouTube, com o título de “Paulinha, um recomeço, relatos de melhoras com a Cannabis Medicinal”³² (Imagem 23). Quem narra a história e a experiência é a Rebeca, filha da Dona Paulinha.

Segundo dados presentes na publicação do vídeo, a postagem foi feita há cerca de um ano. Durante o relato da experiência familiar de Rebeca, ela conta as diversas vezes em que sua mãe foi submetida aos tratamentos farmacológicos tradicionais e quão danoso foi para o avanço do quadro de Dona Paulinha.

³² Disponível em: <https://youtu.be/26TPWhkdzFg> acessado 03 de Jan. 2023

Rebeca diz que “foi necessário que minha mãe se perdesse, pra que eu tivesse um choque de realidade e finalmente buscasse ajuda de um profissional nessa área” (O reencontro, 2022). Os tratamentos clínicos tradicionais colocaram a experiência de Dona Paulinha sob efeito hipnótico dos fármacos, e Rebeca afirma que era uma maneira muito injusta de lidar com a situação da mãe. Assim, o óleo fornecido pela associação modificou o dia a dia de Dona Paulinha, que interage com a filha, propõe passeios e vive com qualidade de vida. Abaixo, um print da cena final do vídeo, encerrado com a fala da Dona Paulinha.

Imagem 24 - “Maconha é o melhor remédio do mundo”



Fonte: YouTube

Retornando às publicações do Instagram, a ABRACE citou um canal de comunicação por meio de PodCast, chamado “Gotas da Esperança”. Lugar de divulgação das informações acerca do consumo da cannabis e de atividades científicas ou não que envolve o tema. Para exemplificar o tipo de assunto de estar presente no PodCast, selecionamos uma publicação: uma entrevista com um farmacêutico docente da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) (Imagem 24) comentando sobre a interdisciplinaridade do uso científico da cannabis medicinal. Afirmando sobre o podcast, apontando que será tomada a discussão sobre a prevenção e tratamento de patologias utilizando a cannabis como protocolo primário.

Imagem 25 - ABRACE Podcast



Fonte: Instagram

Essa publicação nos permite analisar outras esferas da comunicação digital utilizadas pela associação como canal de diálogo entre profissionais da saúde e a divulgação dos trabalhos científicos em andamento na comunidade científica. Ampliando o alcance dessas atividades, que geralmente transitam apenas os circuitos acadêmicos e quase sempre não atinge as pessoas externas à essa realidade.

Como mencionado anteriormente, a ABRACE compartilha em seu perfil as experiências dos pacientes das mais diversas patologias que estão sob o tratamento do óleo da cannabis. Na imagem seguinte, observamos a experiência, capturada em vídeo, de um adulto com um comportamento acelerado e repetitivo, similar a uma crise (Imagem 25); não fica bem declarada na legenda essas informações. Porém, é importante observarmos aspectos positivos dos quais a descrição tem, ao percebermos o vídeo de um adulto com tremores excessivos e a legenda justificando a utilidade da cannabis medicinal.

Imagem 26 - “Precisamos mostrar para aqueles”



Fonte: Instagram

Ainda sobre a imagem acima, podemos perceber que a descrição da legenda não aponta informações sobre o homem que aparece no vídeo. Mas notamos o discurso fortalecedor, e, de certa maneira, apelativo. “Precisamos mostrar para aqueles que ainda não entendem, que o óleo não traz somente qualidade de vida para quem utiliza, mas também uma qualidade de vida para toda a família”, afirma no primeiro parágrafo.

No parágrafo seguinte, alerta sobre considerarem um descaso a utilização da cannabis medicinal somente em casos refratários. E mais, indaga com precisão que o óleo deve vir como primeira opção para pacientes, comentando sobre os traumas que a família pode carregar. O vídeo em questão grava também a participação de familiares, no primeiro momento o usuário da cannabis aparece com inquietações físicas e bastante agitação, no vídeo aparece “antes do óleo da ABRACE”. Em seguida, o nome “DEPOIS” surge junto às mensagens: “é sobre salvar vidas” e “cannabis salva vidas” enquanto o rapaz, de maneira tranquila, recebe um copo da mão de uma pessoa que aparece no vídeo (descrição de momentos do vídeo não “printados” e expostos aqui).

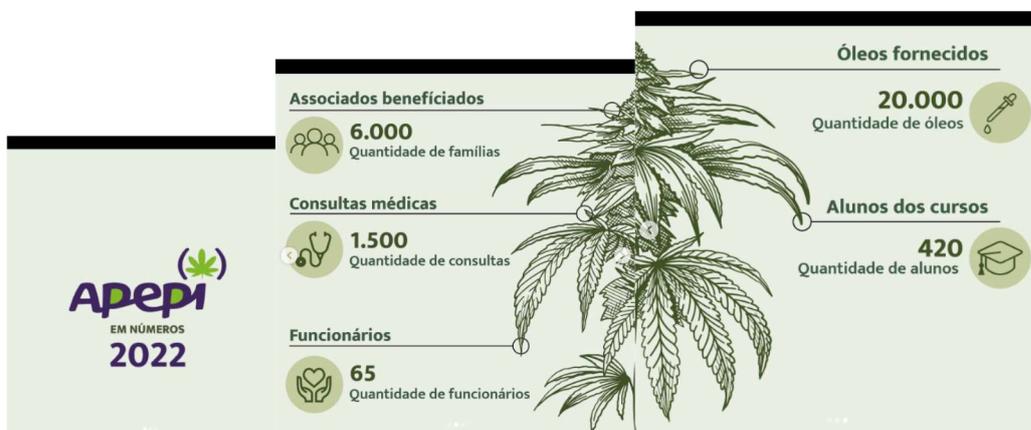
Foi o que pudemos perceber com as postagens da ABRACE, desde os primeiros dados analisados, quanto aos expostos colhidos dentro do mês de dezembro. As publicações perpassam várias esferas da vida cotidiana das pessoas, utilizando o consumo da cannabis medicinal para justificar essa relação de poder compartilhar parte da vida pessoal dos pacientes/clientes. Afinal,

trata-se de um método terapêutico de tratamento participativo e inclusivo, atingindo do paciente em si até aos familiares, ou seja, os terceiros ao seu redor.

Consoante, observaremos agora as publicações da APEPI (Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal), como já mencionada, uma associação carioca, organizada sob a responsabilidade de Margarete Brito, advogada, mãe de uma criança refratária ao tratamento clínico tradicional para epilepsia e que faz uso terapêutico da maconha por meio do óleo de CBD.

Começemos com uma publicação semelhante a outra já apresentada, mas de datas diferentes. Acima (Imagem 26), acerca dos números da APEPI alcançados em 2021, pudemos ver uma grande quantidade de óleos fornecidos aos associados de pacientes, alunos formados nos cursos e os recém colaboradores. Abaixo, os números de 2022 mostram um crescimento dentro de todas as descrições e ainda sinaliza mais duas categorias não mencionadas na publicação do ano anterior: “quantidade de funcionários” e “quantidade de famílias”. Aqui percebemos a variável do afeto, da família, mais uma vez dentro das afirmações que remetem às atividades das associações.

Imagem 27 - “Apepi em números”



Fonte: Instagram

Imagem 28 - “APEPI SAÚDE” Câncer e Cannabis



Fonte: Instagram

Acima, temos a questão oncológica tratada pela associação em uma publicação, onde a cannabis surge como "potencial terapêutico", de "efeito analgésico", ou seja, reafirma a terapia durante o tratamento do câncer, apontando o alívio proporcionado através da anestesia. Por conta da quimioterapia, as pessoas com câncer passam por um árduo caminho para poder finalizar o tratamento. E, por vezes, acomete quadros como depressão e/ou ansiedade. Esses efeitos colaterais podem ser amenizados com o uso da cannabis, como afirma a postagem, apresentando alternativa em relação às divergências do câncer.

Sidarta Ribeiro, neurocientista já citado neste trabalho, certa vez, durante sua fala no “Seminário Internacional da Cannabis Medicinal - Um olhar para o futuro”, realizado em 2019 sob coordenação da APEPI, afirmou, dentre outras informações positivas sobre o consumo da maconha, que a oncologia, geriatria, psiquiatria e a pediatria, seriam espaços da medicina onde, nos próximos anos, a cannabis medicinal ia ser a porta de entrada para diversos tratamentos.

Ao corpo humano compete um sistema denominado endocanabinoide, ou seja, as mesmas substâncias que a planta cannabis produz, o nosso corpo também produz. E foi por meio da comunidade científica que foram desenvolvidas as pesquisas que colocaram como resultado essa estrutura biológica. No Brasil, a pesquisa com o sistema canabinóide e endocanabinóide é de pioneirismo do Dr. Elisaldo Carlini (1930 - 2020) buscando através da epilepsia resultados positivos com o uso da maconha.

Nesse sentido, a publicação a seguir (Imagem 28) oferece contribuições sobre o momento atual em que se encontra a política institucional do Brasil, em específico parte do poder executivo. A associação publicou o corte de um vídeo onde é notificada, e celebrada, a possível indicação da Dra. Nísia Trindade para o cargo de ministra da saúde. Os seminários promovidos pela APEPI, foram realizados na Fiocruz, importante instituto de pesquisa do nosso país, então presidido pela socióloga, empossada em primeiro de janeiro de 2022, como ministra da saúde, a convite de Luiz Inácio Lula da Silva, nosso atual presidente.

Importante registrar esse momento, tanto de uma socióloga assumir o ministério da saúde, quanto de comentarmos sobre Lula. Porque, essa dissertação está sendo escrita depois dos altos picos da COVID-19 e ainda seguimos com óbitos por insuficiência respiratória causada pelo contágio do vírus, além das tentativas de ressocialização em ambientes presenciais. Com isso, passamos, enquanto nação brasileira, por momentos catastróficos nos últimos dois anos; e há seis anos, estamos em uma situação em que surgem eventos como o do golpe de impeachment contra a primeira presidenta eleita e a eleição de um ator político abertamente negacionista aos pilares da sociedade, dentre eles a saúde.

Somente agora, e depois de um ano eleitoral, 2022, caótico fragilizado, podemos evidenciar a primeira mulher eleita para o Ministério da Saúde, uma mulher e socióloga. A associação, por sua vez, compartilhou e legendou a publicação com uma escrita da Margarete Brito, presidente da associação, sobre um ambiente positivo e científico dada a conjuntura, na qual uma cientista comprometida com sua profissão assume a presidência de um importante ministério, o da saúde.

Assim, podemos notar o discurso positivo de comemoração e entusiasmo com que a associação se posiciona à política institucional. É interessante, porque, lembremos de que as

associações necessitam de um estatuto registrado em cartório e ao nosso ver esse trâmite cumpre dois papéis. O primeiro, serve para institucionalizar as práticas das associações, torná-las legítimas, protegidas por lei. E, o segundo, é a inserção da posição política das associações utilizando em seus discursos a institucionalidade como meio importante para o desenvolvimento científico e participativo. Abaixo, podemos ver as declarações em postagem.

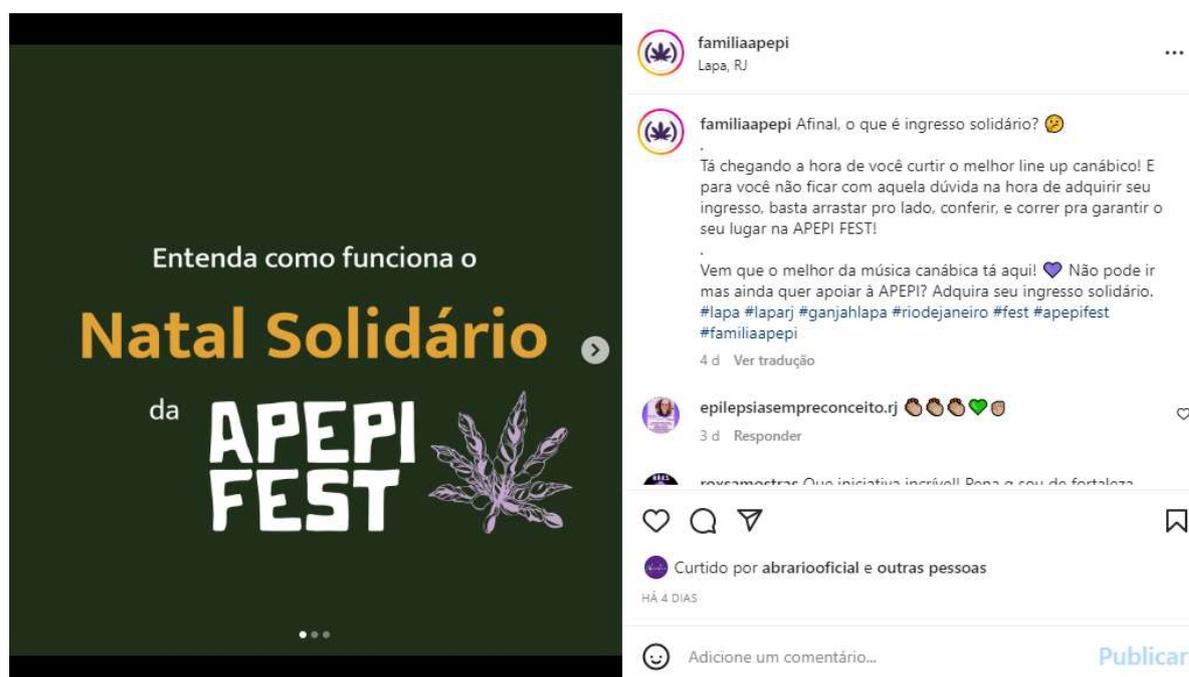
Imagem 29 - “Toda comunidade científica”



Fonte: Instagram

Assim, a participação das associações, enquanto entidades não governamentais, se faz presente em contato com as pessoas fora do circuito da associação. A exemplo dessa circunstância, a publicação sobre o Natal solidário descreve a participação em outras esferas da sociedade. Agora, daremos destaque ao evento realizado pela APEPI, no mês de dezembro (Imagem 29). O festival contou com a participação de artistas e, para ter acesso ao “ingresso solidário”, era só levar 1kg de alimento não perecível. Todos os produtos seriam entregues à Marca das Favelas, segundo informações da publicação.

Imagem 30 - “Afinal, o que é ingresso solidário?”



Fonte: Instagram

A expansão das atividades das associações já tem apontado uma não centralidade voltada a disponibilização do óleo de CBD para os associados. Aqui, podemos ver, acima, um festival realizado pela APEPI. Em dados anteriores, conseguimos perceber a presença da comunidade acadêmica, com a Curando Ivo realizando cursos na UFG - Universidade Federal de Goiás e com o curso anunciado pela APEPI, durante o ano de 2021.

Nesse sentido, podemos inferir que, apesar do fornecimento do CBD ser a principal fonte de conexão entre os associados, notamos que as ações dessas associações extrapolam a questão da saúde e permeiam outros espaços. A ampliação do alcance das associações as coloca em posição legítima. O discurso delas passa então a ganhar atenção, movimento descentralizado de ideias e informações.

Tomar posições políticas ideológicas, como a “cannafobia” expressada pela ABRACE, por meio do discurso do Cassiano, ou da fala de Margarete Brito, descrita na publicação acerca de Nísia Trindade, nos fornece reflexão sobre a inferência acima. Quando analisamos esse discurso com base na Análise de Discurso, exploramos as ideias contidas nessas afirmações que ocupam espaço em uma plataforma digital, utilizando-se de mídia digital para espriar ideais sobre o consumo da cannabis medicinal.

Conseqüentemente, esses ideais estão diretamente ligados a uma rede que está em construção, quando lembramos que as movimentações e estabilização das associações ainda seguem em andamento. Portanto, não há plenitude na abertura de uma associação e no funcionamento da mesma. Esses processos ainda dependem do aval judicial e da luta conjunta de indivíduos e coletivos de indivíduos que partilham da mesma vontade sobre a mesma planta: consumir. Seja informação ou os derivados materiais da maconha.

Vale ressaltar um evento que mobilizou as associações em conjunto. Uma associação em específico, a AbraRio³³, no mês de dezembro, teve a liminar que garantia a “pesquisa, plantio, cultivo, manipulação, transporte, extração de óleo, acondicionamento, embalagem e distribuição de produtos” (ABRARIO, 2022) à base de extrato de cannabis para seus associados, mediante prescrição médica para fins medicinais e terapêuticos, derrubada pelo desembargador federal Guilherme Couto. Acometendo uma mobilização coletiva entre as associações, inclusive entre as selecionadas para análise nesta pesquisa.

A ABRACE e a APEPI solidarizaram-se com a causa da AbraRio, tanto digitalmente como fisicamente. Margarete Brito, junto com ativistas da APEPI, pacientes da AbraRio, e demais simpatizantes, foram pessoalmente ao gabinete do desembargador para dialogar com o mesmo e reaver a suspensão da suspensão da liminar. A APEPI declara que “A União recorreu da decisão que concedeu liminar e os desembargadores decidiram acolher o recurso e deram provimento. Vale salientar que o MPF se posicionou, também em relação a este recurso, a favor da AbraRio.” (APEPI, 2022).

³³ Disponível em <https://www.instagram.com/abrariooficial/> Acesso em 03 de Jan. 2023

Essa situação serve como referência para o apontado anteriormente, as associações não gozam de direitos plenos para realizar as atividades propostas pela organização. Então, ações como essas, do desembargador, são recorrentes. Assim como aconteceu com a APEPI em 2021. De tal forma, coletivos em coletivos são acionados e a força conjunta engaja movimentos físicos e midiáticos (dentro das plataformas digitais). Notadamente, a solidariedade entre as associações de cannabis medicinal é um expoente positivo.

Entretanto, falamos, citamos, demonstramos, e não foi exposta nenhuma publicação da associação Curando Ivo referente à segunda etapa da análise. Para nossa surpresa, ao visitar o perfil da associação, a última publicação datava o mês de outubro, portanto, fugindo dos critérios de avaliação propostos para a finalização deste trabalho.

Porém, ao investigarmos os outros canais de comunicação da família Suzin, tanto pela página da associação, da página do café (@lojacurandoivo)³⁴, quanto pela página do filho de seu Ivo, Felipe Suzin³⁵, existem atividades. Mas nenhuma postagem que indicasse os sentidos positivos do consumo da cannabis medicinal, eram voltadas às propagandas de publicações já compartilhadas e da produção de café da associação.

Reconhecemos, portanto, que a plataforma digital Instagram proporciona uma maior acessibilidade às informações que as associações decidem compartilhar. De modo dialógico, o discurso das associações está em torno de seus interesses enquanto coletivo de indivíduos e do espraiamento sobre o modo terapêutico de lidar com a planta em diversas esferas da experiência humana na contemporaneidade. A imagem e a imagem em movimento exercem força sobre a construção de significado na mente dos que têm acesso a essas informações (Castells, 2013).

3.5 MÉDICOS PRESCRITORES, ADVOGADOS E CONSULTORES CANÁBICOS: UM NOVO EMPREENDIMENTO MORAL SOBREPONDO AS IMAGENS CRIMINAIS DO CONSUMO DA MACONHA NO BRASIL?

Durante a primeira coleta dos dados, foram percebidos a presença de médicos prescritores, advogados ativistas e ativistas da causa canábica. Com isso, surgiu o primeiro questionamento sobre esse conjunto de atores, juntamente com as associações, estarem promovendo um empreendimento moral. Notar a presença desses atores a causa tornou possível a construção de um projeto de pesquisa sobre esse movimento.

³⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/lojacurandoivo/> Acessado em 03 de Jan. 2023

³⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/filipesuzin/> Acessado em 03 de Jan. 2023

Para além do resgate terapêutico, social e cultural da planta, ressocializando a mesma, estariam então as associações negociando a sobreposição das imagens criminais do consumo da maconha juntamente com apoio desses atores? De que modo estariam contribuindo com as associações os médicos prescritores, advogados ativistas e os consultores canábicos? Como esses profissionais estariam validando o consumo da cannabis medicinal enquanto medicamento? São questões levantadas e levadas ao projeto de pesquisa que foi aprovado pela banca avaliadora da seleção de doutorado do PPGS/UFS 2023.

Além do direito e da medicina, que são profissões centrais para a o paciente/cliente ter direito e acesso à cannabis, surgem os consultores canábicos, profissionais de diversas áreas que, juntamente com as associações, auxiliam na administração do uso da cannabis medicinal no dia a dia do paciente/cliente. Sendo estes até agora localizados em profissões como: fisioterapeuta, veterinário, farmacêutico, dentista, dentre outros.

Movimento como a apresentação de pasta dental, com CBD, por exemplo, surge eventos como o CIOSP (Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo) realizado em janeiro de 2023, onde a inserção das substâncias derivadas da maconha se faz presente em circuitos que envolve a manutenção da saúde. A matéria da Folha de São Paulo sobre o evento afirma que “esse novo lançamento no país, mostra que a cannabis medicinal começa a fazer parte de hábitos simples do cotidiano, o que ajuda a desmistificar as substâncias derivada da planta para a maioria das pessoas”³⁶ (Folha, 2023)

Outra situação envolvendo um produto produzido por profissionais da saúde, é a coletânea de textos feito por médicos, farmacêuticos, psicólogos, neurologistas, farmacologistas, entre outros, intitulada *Cannabis Medicinal - Guia de Prescrição* (2022), confeccionado pela editora Manole e Instituto Anandamida. Ou então o e-book, construído pelo advogado Fabio Camata Candello, *Guia Completo para Judicialização no SUS e Plano de Saúde* (2023), abordando como utilizar dos meios judiciais para recorrer ao tratamento por meio da cannabis medicinal.

Assim, temos uma miríade de profissionais de diversas áreas produzindo conhecimento sobre acesso e consumo da cannabis medicinal. Essa onda de produção e reunindo diversos atores distintos, fornece base para uma consolidação do conhecimento específico sobre um determinado modo de consumir a maconha: o viés medicinal. Portanto, a imagem do crime, do traficante e do viciado não surgem, por mais que a relação do direito e a medicina com esses atores sociais estejam na mesma seara.

³⁶ Disponível em: <https://folha.com/yr2t0ahn> Acessado 30 jan. 2023

Se faz necessário, portanto, investigar como tem sido forjado esse conhecimento e publicizados esses discursos medicinais que abandonam a esfera criminal e sobrepõem a imagem depreciativa da qual a maconha compõe o rol de drogas ilícitas constantemente apreendidas pela polícia. Institucionalizando uma modalidade de consumo, criando um conjunto de conhecimentos e contrapondo a imposição policial vigilante sobre substâncias controladas pelo Estado.

Em Sergipe, já contamos com uma associação de cannabis medicinal, a SALVAR³⁷, e ela será ponto de partida para contato primário acerca das reflexões acima proferidas. E, também, buscar entender como tem sido a recepção dessa associação no município onde está sediada, em Aracaju. Dentre outros dados que, com certeza, irão contribuir muito para a pesquisa a ser desenvolvida no doutorado, como a visita presencial à sede da associação, contato com os representantes da entidade e com pacientes/clientes que residem em Aracaju e regiões próximas.

A premissa é de que prescrever maconha já é uma realidade, e podemos ver isso com o movimento das associações por todo o país. Agora, nos resta investigar os percalços que torna possível executarem suas atividades, aglutinar profissionais de diversas áreas e receberem reconhecimento pelo trabalho realizado. De antemão, recentemente o governador eleito pelo estado de Sergipe e empossado, Fábio Mitidieri, compartilhou em seu perfil no Instagram mensagens de apoio à associação e o reconhecimento das atividades da SALVAR voltada para benefício à saúde pública.

Além de termos apontado a amplitude de situações da qual o consumo da cannabis medicinal está presente na plataforma Instagram, podemos notar que diversos atores aderem ao discurso positivo do uso da maconha para fins terapêuticos e medicinais. Com isso, pode estar acontecendo uma fuga na imagem vinculada ao tráfico, ao viciado e ao criminoso, e agora, talvez, a pulverização dessas imagens e a recepção benéfica e promissora da cannabis medicinal.

Assim, analisando através do digital, as relações em torno das associações de cannabis medicinal, foi proporcionado inquietações sobre o tema do consumo da maconha na atualidade. E, portanto, uma abertura para o desenvolvimento de uma pesquisa buscando nesses atores um movimento de mudança na forma como o tema tem sido espriado e incorporado no corpo social contemporâneo.

³⁷ Disponível em: https://www.instagram.com/salvar_se/ Acessado 07 jan. 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O digital tem feito parte da maneira como compartilhamos informações na atualidade, devido a vários adventos, como a internet e o smartphone. Estamos cercados de imagens, vídeos, mensagens, informações, além de estarem recheados de ideologias e visões de mundo expressas nessas relações de consumo e produção de dados digitais de modo retroalimentar. (NASCIMENTO, 2020).

Neste trabalho, propus argumentar, de modo objetivo e não totalizado, parcela dessas informações e trabalhar a partir delas acerca de determinados fenômenos na sociedade contemporânea. Ao menos para entendermos a maneira de determinados discursos formados e compartilhados pela plataforma digital Instagram, espriando ideias sobre determinados fenômenos, foi assim com o tema da maconha e as Associações de Cannabis Medicinal trabalhadas ao longo dessa pesquisa.

A maconha, objeto histórico da sociedade brasileira, tem vários percalços, desde a presença em circuitos sociais, a interdição do discurso médico de Rodrigues Dória, a criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes e o jornal incorporando a publicidade e estabilizando as imagens sobre o uso e usuário da maconha no início do século XX. Segundo Ivan Barbosa (2022) é necessário pensarmos na história natural da proibição da maconha no Brasil, para almejarmos compreender as relações estabelecidas e desfeitas nesse processo regulatório.

Nesse sentido, busquei evidenciar as Associações de Cannabis Medicinal que se destacam em coletivo, tomando para si a positivação do consumo de uma planta, feita de refém por interesses pessoais, orquestrado com requintes eugenistas e higienistas. Buscando contribuir com o debate do consumo da maconha a partir da perspectiva do digital, reconhecendo o potencial discurso e positivo presente nas publicações de algumas das associações de cannabis do Brasil.

Todavia, a medicina do século passado encontrou na cultura dos diambistas, o racismo científico ancorando e escorando discursos para dar respaldo ao modo de intervir sob o negro e o pobre, fazendo de refém suas próprias realidades e hábitos. Usando contra eles mesmos práticas até então difundidas de modo natural e parte do contato direto entre o ser humano e a natureza. Arquitetando, portanto, um empreendimento moral que interditou e disciplinou o uso e os usuários da maconha através do discurso ideológico encontrado na medicina e na esfera penal.

A heterogeneidade das maneiras de manuseio da planta, desde o uso para evitar náuseas dos pescadores ao entrar em mar aberto até a disposição alimentar, fez parte do circuito interrompido pela cruzada que teve início na profilaxia médica e atingiu o canal de comunicação mais acessado da época, o jornalismo. Imagens foram reforçadas, endossadas pelo discurso policial descrevendo apreensões e características referentes ao crime e ao criminoso sem desvincular a imagem da maconha desse processo, portanto, era criminoso por ser maconheiro e maconheiro por ser criminoso.

Atualmente, a produção de informação sobre a maconha tem surgido em uma outra roupagem, ao passo em que coletivos heterogêneos, mas com o mesmo intuito, começam a mobilizar forças para o consumo da planta que outrora serviu de objeto coercitivo. Extraindo dela a possibilidade da qualidade de vida, dentre a dor e sofrimento de patologias crônicas como câncer, fibromialgia, epilepsia e etc. A medicina está resgatando a planta para debaixo de seu guarda-chuva, apesar de não ver a mesma proporção em relação às circunstâncias da proibição.

Ambos os movimentos acima citados conduzem uma formação ideológica quando observados sob a perspectiva discursiva, analisando os pormenores que tornaram e tornam válidas a circulação das informações nesses espaços tempo diferentes. O que propus a demonstrar, foi o modo como a partir da relação com o digital, as associações de cannabis medicinal ocupam espaço e estabelecem uma relação com o tema, protagonizando o discurso pró-saúde, bem estar e autocuidado. Desse modo, as associações surgem demonstrando uma seara competente à saúde pública, consolidando espaço e institucionalizando-se.

A legitimidade das atividades em coletivo demonstra que, desde sempre, a maconha foi utilizada em conjunto e não somente individualmente. Foi assim com o circuito diambista, tem sido assim com as associações de cannabis medicinal. A luta pela saúde, bem estar e autocuidado, tem sido o *slogan* das associações e ocupado espaços, tanto físicos quanto digitais. E, apesar de terem iniciado com a busca da qualidade de vida para pessoas com epilepsias, principalmente crianças, hoje, notamos uma maior amplitude de patologias que recebem a terapia canábica.

A função organoléptica da maconha, que foi tratada, ironicamente, como “planta da felicidade” por Rodrigues Dória, recebe hoje uma miríade de profissionais dispostos a utilizá-la junto aos seus pacientes/clientes. O que Dória caracterizou como algo depreciativo, Dona Paulinha exalta ser o melhor remédio do mundo. A escalada da medicina para atingir o posto de legitimidade enquanto ciência, disciplina, e poder então atuar ao lado do Estado, foi desonesto no caso da maconha e as inferências da época são de danos incalculáveis, indo da

marginalização do negro, e do pobre, à exclusão de um fitoterápico de grande utilidade para a manutenção da saúde.

Assim, as associações, hoje, por meio da plataforma digital, engajam a luta política iniciada fora das relações mediadas pela internet. E com esse instrumento tecnológico e de comunicação, conseguem não somente espriar as atividades e formas de ver o mundo da perspectiva coletiva, mas promover conhecimento acerca do modo terapêutico de inserir a cannabis medicinal no cotidiano.

Encontramos na formação discursiva dessas associações, informações que permitem materializarmos suas atividades, depoimentos e propaganda do consumo da cannabis medicinal. Pudemos ver como os dados da APEPI dos anos 2021-2022, o acolhimento por meio de plataformas digitais com a ABRACE e o contato direto com a comunidade acadêmica pela CURANDO IVO fazem parte desse circuito positivo em que a cannabis medicinal está inserida. Essas organizações estão legitimando seus espaços e angariando recursos, dos humanos ao tecnológico.

De maneira estratégica, utilizam da plataforma digital para atingir pessoas diversas, visto que os perfis são abertos, de fácil acesso e estão sempre em atividade constante. Apesar de algumas informações estarem replicadas no perfil, não desqualifica a amplitude de temas que circulam acerca do consumo da cannabis medicinal. E, como afirma Castells (2013), a internet possibilita a construção de significado na mente das pessoas.

Essa nova topologia de dados nos faz ter noção de que o digital consegue transpor relação de poder quando analisamos que o sentido positivo do qual as associações dão ao consumo medicinal da cannabis é contestado, como no caso da canafobia, compartilhado por Cassiano Gomes, da ABRACE. E, quando acontece evento semelhante, como com a situação da AbraRio, há uma organização coletiva que se encarrega de conflitar com as instituições responsáveis pelo regulamento das atividades das associações.

O consumo é uma prática que exerce, em certa medida, poder e influência na sociedade, como apontado pelo texto. O consumo para a manutenção da saúde tem demonstrado grande poder e de difícil ruptura, muito pelo contrário, angariando cada vez mais maneiras de uso e manuseio da planta e seus derivados. A rede de conexão entre médicos prescritores, advogados ativistas e consultores canábicos formaliza, junto às associações, caminhos para uma nova possibilidade: usar derivados da maconha sem que seja enquadrado enquanto crime.

Para Sidarta Ribeiro, a questão latente da nossa época é “que o proibicionismo morreu, agora há de superá-lo. O Brasil tem a responsabilidade histórica de abolir o equívoco que ajudou a criar.” (RIBEIRO, 2020, p.84). Em seguida, questiona sobre a maconha “qual a melhor forma

de regulamentar as drogas?” (idem). De certo, há muitos meandros a serem traçados e muita pesquisa a ser realizada sobre todo fracasso que o proibicionismo está fadado a carregar como mazela de sua imposição.

Por fim, o digital contribui no que torna possível a divulgação dessas relações entre maconha/consumidor/paciente/organização coletiva e deixa de fácil acesso para quem não está inserido diretamente no circuito das associações ou quem nunca teve contato com o tema. Atribuindo ao fator positivo de seu discurso, a relação legítima enquanto produtora de conhecimento, de uma pauta válida e que utiliza da internet para descentralizar a imagem do consumo da maconha através da cannabis medicinal.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, I. F. **Notas acerca do discurso médico brasileiro sobre a maconha no primeiro quartel do século XX.** Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE , v. 1, p. 79-105, 2012.
- BARBOSA, I. F. **A estabilização das representações criminais e psicotrópicas dos usuários e dos usos da maconha no Brasil.** Revista Tomo, n. 40, 2022.
- BARBOSA, M., BARROS, É., LIMA, G., SILVA, G., & SOUZA, P. (2020). **O uso do composto de Canabidiol no tratamento da doença de Alzheimer (revisão da literatura).** Research, Society and Development, 9(8), 1-18. doi:http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6073
- BARROS, A.; PERES M. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas.** Revista Periferia. Vol 3, nº 2, 2011.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo.** Lisboa: Edições 70, S/D. p. 47 - 99.
- BAUMAN, Z. Consumismo versus consumo. In: _____. *Vida para consumo.* Petrópolis: Vozes, 2008. p. 37 – 69
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRANDÃO, N. H. H. **Introdução a análise de discurso.** 2ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004.
- CANCLINI, N. G. Consumidores do século XXI, cidadãos XVIII. In.: _____. **Consumidores e cidadãos** 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 29 ? 55.
- CARLINI, E. L.; ORLANDI-MATTOS, P. **Cannabis sativa L(Maconha): Medicamento que renasce?.** Brasília, dez 2011.
- CARLINI, E. A., KARNIOL, I. G., RENAULT, P. F., & SCHUSTER, C. R. (1974). **Effects of marihuana in laboratory-animals and in man.** British Journal Of Pharmacology, 50(2), 299-309.
- CARVALHO, M., ANASTÁCIO, C. A., MELO, B., DIAS, B., SOUSA, F., MOURA, H., FREITAS, Y. (2020). **Projeto de cannabis terapêutica como extensão durante a pandemia: um relato de experiência.** Research, Society and Development, 9(12), 1-14. http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10906
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** - 1.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERQUEIRA, I. G. **Maconha: medicina, empreendimento moral e criminalização.** Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Sergipe. Trabalho de conclusão de curso. 92p. 2021.
- d'ANDRÉA C. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos.** Salvador : EDUFBA, 2020. 79p; Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043> Acesso em 06 jan. 2023
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987 (Texto originalmente publicado em 1895).
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 5ª ed.São Paulo: Edições Loyola, p.79, 2001.
- GARCIA, T., CRUZ, M., SILVA, G., CARDOSO, E., & ARRUDA, J. (2020). **Canabidiol para o tratamento de pacientes com Síndrome de West e epilepsia.** Research, Society and Development, 9(9), 1-17. doi:http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7267
- HAN, B. C. **A Sociedade da Transparência.** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

- HAN, _____. **No Enxame: perspectivas do digital**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- HOCHMAN, G. e LIMA, N. T. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.
- IGLÉSIAS, Francisco de Assis [1918]. Sobre o vício da Diamba. In: HENMAN, Anthony e PESSOA JÚNIOR, Osvaldo (Orgs). **Diamba Sarabamda: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha**. São Paulo: Ground. 1986.
- LEMOS, A. & CUNHA, P. **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- LEMOS, A. **Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma “Cultura Copyleft”?**. Contemporanea, vol.2, no 2 p 9-22, 2004.
- LEMOS, A.; PASTOR, L. **Experiência algorítmica: ação e prática de dado na plataforma Instagram**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 2, p. 132-146, ago./nov. 2020.
- LEMOS, A.; VALENTIM, J. **Cibercultura e infraestrutura de redes sem fio no Brasil**. Comunicação & Sociedade, v. 27, n. 45, p. 79-94, 2006.
- LIMA, F. B. **Navegando no mar sériemaníaco: Convergência e divergências no consumo de seriados**. UEM. 2020. Disponível < <http://www.pgc.uem.br/producao/dissertacoes-1/2018> > Acesso em 11, Abril, 2022.
- LIMA, F. B. **Netnografia dificuldades de uma etnografia virtual**. IN: v. 2 n. 24 (2021) Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- LOPES, A. P. ; LOPES, I. S. ; M, V . **Ninguém tá falando em liberação da droga?: Ressignificação da maconha nos programas matinais das redes Globo e Record**. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v. 10, p. 1-12, 2021.
- LUPTON, D. **Digital Sociology**. London: Routledge, 2015.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Frank Muller. São Paulo. Editora Martin Claret, 2007.
- MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001
- MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**.
- MESQUITA, R. F. de et al. **Do espaço ao ciberespaço: sobre etnografia e netnografia**. Perspectivas em Ciência da Informação, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 134-153, jul. 2018.
- MISKOLCI, R. **Sociologia digital: notas sobre a pesquisa na era da conectividade**. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, v. 06, n. 02, p. 275-297, 2016.
- _____. **Sociologia digital: balanço provisório e desafios**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 06, n. 12, p. 132-156, 2018.
- _____. **Desejos digitais Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. - 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 303.
- _____. **Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais**. Natal, Cronos, v. 12, 2013.
- MOTT, L. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, Anthony e PESSOA JÚNIOR, Osvaldo (Orgs). **Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha**. São Paulo: Ground, 1986.

NASCIMENTO, L. F. **A sociologia digital: um desafio para o século XXI**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 216-241, 2016.

_____. Combinando webscraping em R e ATLAS.ti na pesquisa em ciências sociais: as possibilidades e desafios da sociologia digital. In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Brasília, 2017.

_____. **Sociologia digital: uma breve introdução**. Coleção Cibercultura. Salvador: EDUFBA, 2020.

Oliveira, M. B. **O medicamento proibido — Como um derivado da maconha foi regulamentado no Brasil**. 313 pp. Dissertação de mestrado. Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

PARANHOS, M. O ofício do sociólogo 2.0: metodologia da pesquisa na sociologia digital. in: **20º Congresso Brasileiro de Sociologia, Belém - PA. Sociedade, Estado e Natureza. GT - 15 Sociologia Digital**. Julho, 2021.

RIBEIRO, S. **Limiar: ciência e vida contemporânea**. 1ed. SP - São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 190

SAAD, L. **Medicina Legal: o discurso médico e a criminalização da maconha**. Revista História, 2, 2 (2010), p. 59-70

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SANTINI, R. M. **O Algoritmo do Gosto. Volume 1**. Curitiba: Appris, 2020. 271p.

PEDROSA, L. T. **Sociologia Filosófica da Maconha: ensaios sociológicos**. Novas Edições Acadêmicas, 2019. 113p.

SEGATA, J. Dos Cibernautas às Redes. in: **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. (Org.) Jean Segata, Theophilos Rifiotis. – Brasília : ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016. 208 p.

SILVA, S. de A. **Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático**. Intercom – RBCC São Paulo, v.38, n.2, p. 339-342, jul./dez. 2015

SILVA, G., REIS, G., LOPES, K., REBELO, L., ALENCAR, S., SERRA, V., & LOPES, G. (2020). **Enfermagem: um estudo da fisiopatologia do Alzheimer e os seus tratamentos alternativos com células-tronco e cannabis**. Research, Society and Development, 9(11), 1-20. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10094>

SILVEIRA, S. A. de. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. in: **A Sociedade de Controle Manipulação e Modulação nas Redes Digitais** - São Paulo, SP: Hedra - 2018.

SOUZA, J. E. L. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano**. Salvador. EDUFBA; CETAD/UFBA, 2015.

SOUZA, J.E.L. "São mesmo analfabetos e sem cultura": Repressão à maconha, criminalização da pobreza e racismo em Salvador, nas décadas de 1940 e 1950. In: **Fumo de angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**, 2016.

VAN DIJCK, J. **La Cultura de la Conectividad: una historia crítica de las redes sociales**. Buenos Aries: Siglo Veintiuno, 2016.